UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

SILVIA DE BERNARDINIS

O PROGRAMA ECONÕMICO DOS COMUNISTAS NA ITÁLIA NOS GOVERNOS DE UNIDADE NACIONAL (1943-1947)

VERSÃO CORRIGIDA

SÃO PAULO 2013

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

O PROGRAMA ECONÕMICO DOS COMUNISTAS NA ITÁLIA NOS GOVERNOS DE UNIDADE NACIONAL (1943-1947)

SILVIA DE BERNARDINIS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Lincoln Secco

VERSÃO CORRIGIDA

De acordo: Prof. Dr. Lincoln Secco

SÃO PAULO

2013

Sumário

INTRODUÇÃO 3

CAPÍTULO I 7

HISTORIOGRAFIA MARXISTA E HISTÓRIA DO PCI 7

1.1 O comunismo como objeto historiográfico **7**

1.2 Algumas observações sobre o uso político da história no contexto italiano do II pós-guerra **10**

1.3 O Pci na perspectiva da historiografia marxista **18**

1.4 A historiografia comunista entre Zdanov e Gramsci **20**

1.5 O Pci e o debate sobre a história do capitalismo na Itália **31**

CAPÍTULO II 40

A TRAJETÓRIA DO PCI 40

2.1. Algumas observações preliminares **40**

2.2. "Fazer como na Rússia" **45**

2.3 "Não faremos como na Rússia". O Partido novo. **58**

2.4 O pós-guerra **71**

2.5 As últimas batalhas **77**

O PROGRAMA ECONÔMICO DO PCI ENTRE 1943 E 1947 82

3.1 O colapso do fascismo e a transição **82**

3.2 Algumas observações sobre o contexto da política de Reconstrução econômica na Itália **90**

3.3 A democracia progressiva **95**

3. 4 A batalha na Assembleia Constituinte e a nova Constituição **99**

3.5 O "novo curso econômico" **104**

3.6 A reforma agrária **112**

3.7 O esgotamento dos governos de unidade nacional **117**

CONCLUSÕES 123

BIBLIOGRAFIA 129

RESUMO

A presente dissertação tem como objeto a análise das propostas de política econômica do Partido comunista italiano de 1943 a 1947. O período analisado marca a transição do regime fascista à construção da república democrática e representa a única experiência de governo do partido ao longo de sua história. A partir do debate sobre o capitalismo italiano desenvolvido pelo partido, a pesquisa buscou identificar algumas das razões que originaram o fracasso de sua ação nos governos de unidade nacional num dos períodos que, por outro lado, registrou um forte enraizamento social do partido. Destacou-se, principalmente, o instrumental teórico subjacente à estratégia adoptada pelos comunistas italianos neste período, a "democracia progressiva", como instrumento privilegiado para realizar a "via italiana ao socialismo", uma alternativa ao processo revolucionário da Rússia de 1917 e ao mesmo tempo não assimilável à tradição da socialdemocracia europeia. Buscou-se detectar os entraves e as aporias teóricas que tal estratégia colocou na atuação governamental do partido, em particular no que diz respeito à elaboração de duas substanciais reformas, agrária e industrial. Identificou-se no "moderantismo" do partido a incapacidade de formular – mantendo-se dentro da teoria marxista, mas ao mesmo tempo afastando-se do socialismo soviético – um claro projeto econômico alternativo às propostas e projetos de reformas de tipo keynesiano que no mesmo período outros países europeus experimentavam.

Palavras chave: comunismo, democracia progressiva, frente popular, revolução passiva, Partido comunista italiano, Terceira internacional, Togliatti, Gramsci, socialdemocracia, Resistência.

ABSTRACT

This dissertation focuses the analysis on economic policy proposals of the Italian Communist Party from 1943 to 1947. The sample period marks the transition from the Fascist regime to the construction of a democratic republic and represent the only government experience of the party throughout its history. From the debate about capitalism development by the Italian party, the survey tried to identify some of the reasons that led to the failure of his action in national unity governments in a period, on the other hand, that recorded a strong social roots of the party. The survey highlighted mainly the theoretical tool underlying the strategy adopted by the Italian Communists in this period, the "progressive democracy" as a privileged instrument to perform the "italian way to socialism", an alternative to the revolutionary process of russian 1917 and at the same time different from the tradition of European social democracy. We attempted to detect obstacles and theoretical aporias that such a strategy put in the party´s performance in the government implementation, in particular with regard to the development of two substantial reforms, the agrarian and industrial ones. The research identified in the "moderantismo" party's the inability to formulate – in a marxist theory perspective, but at the same time moving away from Soviet socialism - a clear alternative economic project to keynesian proposals and reform projects type that in the same period other European countries were experiencing.

Key-words: communism, progressive democracy, popular front, passive revolution, Italian communist party, International communist, Gramsci, Togliatti, social democracy, Resistance

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objeto central de análise o programa econômico do Partido comunista italiano no período de transição do fascismo ao nascimento da república democrática. A escolha deste tema nasceu de um questionamento motivado principalmente por um interesse pessoal e de militância: compreender por que quase nada sobreviveu da cultura marxista na Itália apesar do país ter tido o maior partido comunista do mundo ocidental, que exerceu uma forte influência na sociedade italiana em pelo menos cinquenta anos, estando presente capilarmente em todos seus interstícios.

Escolhemos este recorte temporal por duas razões: a história do Pci apresenta uma série de rupturas progressivas e irreversíveis com a teoria marxista. Tais rupturas foram justificadas essencialmente pela impossibilidade de reproduzir, no contexto italiano, uma revolução nos moldes da revolução bolchevique. Escolhemos analisar a primeira significativa ruptura com a elaboração teórica marxista e leninista que foi obra de Palmiro Togliatti, o principal dirigente da história do Pci, e entre os mais destacados dirigentes do movimento comunista internacional. A segunda razão que motivou a escolha deste período é pelo fato de tratar-se de um período de transição, portanto de abertura de espaços de disputa de hegemonia, e que coincidiu também

com a única experiência de governo do partido.

No I capítulo procuramos reconstruir as principais linhas do debate historiográfico sobre o Pci inserindo-o no contexto geral do debate sobre o comunismo depois da queda da Urss. Demos particular destaque ao papel do Pci como sujeito ativo, através de seus historiadores, de uma produção historiográfica que se inseriu e influenciou não somente o debate político imediato, mas também o debate acadêmico, estimulando linhas de pesquisa historiográfica de cariz marxista sobre a história italiana e sobre o desenvolvimento e as peculiaridades do capitalismo na Itália.

No II capítulo reconstruímos, em linhas gerais, a trajetória do Pci, desde os anos que antecederam seu nascimento até o esgotar-se de seu papel como partido comunista com o abandono definitivo, político e teórico, do campo marxista, nos últimos anos que precederam sua dissolução. Ressaltamos a influência exercida, no plano teórico e estratégico, pela Internacional comunista sobre o Pci, sem a qual não seria possível entender a trajetória do partido e sua atuação no contexto italiano, sobretudo nos anos da eclosão e do desdobrar-se da II Guerra mundial.

No III capítulo, tentamos traçar e analisar o programa econômico proposto pelo Pci nos anos da transição do fascismo à instauração da república democrática, anos que coincidem com a única experiência de governo do partido. Procuramos destacar, primeiramente, o instrumental teórico subjacente à estratégia adoptada pelo partido neste período. Tentamos detectar os entraves que tal estratégia colocou na atuação governamental do partido, para além das dificuldades objetivas que o partido encontrou na rápida reconstrução de uma nova ordem internacional e de recomposição das classes dominantes no plano nacional.

Para a realização da pesquisa utilizamos documentos oficiais produzidos pelo Pci: atas de congressos do Pci e de reuniões do comitê central; informes de conferências de

organização para os quadros do partido; informes de convenções promovidas pelo partido (em particular "Ricostruire" – 1945 – conferência dedicada à discussão entre dirigentes do PCI para definição do programa econômico do partido e balanço sobre a atividade dos então ministros Mauro Scoccimarro, Fausto Gullo e Emilio Sereni). Além disto, foram consultados discursos e cartas de Togliatti (1944-1964), hoje amplamente publicados, e a vasta produção bibliográfica existente sobre o Pci.

Consultamos as atas da Consulta nacional (1945-1946) e as atas das sessões da Assembleia Constituinte (1946-1948), ambas disponíveis no arquivo da Câmara dos Deputados.

Foram consultadas também as principais publicações periódicas do partido: Lo Stato Operaio; Rinascita; Critica Marxista; o diário L´Unità; a revista do Instituto Gramsci, não vinculada ao partido, Studi Storici.

Todas as tradução do italiano ao português são de nossa autoria.

****

Agradeço primeira e principalmente ao orientador desta pesquisa, Prof. Dr. Lincoln Secco, por ter aceitado o projeto e pela paciência que mostrou comigo nestes anos. Um agradecimento especial à Prof. Dra. Vera Amaral Ferlini, pelo apoio, pela ajuda e pela disponibilidade que sempre teve comigo. Agradeço à banca examinadora que se disponibiliza a ler e avaliar este trabalho. Agradeço também aos companheiros de militância com que desenvolvi e desenvolvo um ininterrupto e frutuoso diálogo e que me ajudaram indicando e sugerindo documentos, e que se prontificaram em recuperar parte das fontes necessárias para a realização desta pesquisa. Finalmente um agradecimento ao meu filho Marco, que tem suportado bravamente este período,

“aguentando” o dia-a-dia de uma mãe, às vezes distraída, em luta com seu objeto de pesquisa.

CAPÍTULO I

HISTORIOGRAFIA MARXISTA E HISTÓRIA DO PCI

1.1 O comunismo como objeto historiográfico

Do ponto de vista teórico, o debate e o confronto historiográfico sobre o tema comunismo divide-se em dois blocos, ambos marcados pelas implicações e pelas disputas ideológicas que o objeto "comunismo" suscita, sem que isso implique, *ipso facto*, uma ausência de cientificidade.

De um lado, a visão liberal – hoje dominante – que assimila e enquadra o comunismo dentro da categoria do totalitarismo, limitando tal fenômeno apenas à experiência do estado soviético; Talvez a tese mais conhecida e representativa desta perspectiva seja a do historiador francês François Furet[1]. Procedendo pela *reductio ad unum,* Furet descreve o comunismo como fenômeno homogêneo limitando-se a tratar de seu aspecto ideológico e traça um quadro daquilo que ele define como a história da ilusão da idéia comunista, alimentada pela existência da União Soviética, apropriada e depois propagandeada por um consistente numero de intelectuais da Europa Ocidental que tornaram popular uma ideologia utópica, uma fé laica. A tese desenvolvida por Furet está baseada no papel secundário atribuído à revolução de Outubro, reduzido a golpe de estado, simples reação antiliberal e antidemocrática vivenciada pela Europa ao longo do século XX, uma utopia que produziu morte e que enquanto fenômeno

[1] FURET, François, *O passado de uma ilusão. Ensaio sobre a idéia comunista no Século XX*, São Paulo, Siciliano,1995

totalitário é assimilável ao fascismo e ao nazismo[2].

Segundo esta perspectiva, que aborda o comunismo como fenômeno homogêneo, como um monólito ao considerá-lo apenas em sua dimensão ideológica, ocultam-se os significados políticos e sociais que este assumiu nos diferentes contextos nacionais e nas diferentes conjunturas históricas[3].

Questionamos aqui a possibilidade e a adequação científica de investigar as múltiplas e complexas realidades históricas produzidas ao longo de sua história pelas diferentes experiências comunistas, a partir de uma perspectiva que apoia na premissa de o comunismo um fenômeno uniforme, um fenômeno "ao singular". A este propósito podemos citar, como mais eficaz pela compreensão teórica e historiográfica, a experiência realizada pelo grupo de estudo criado na França por Annie Kriegel, ativo desde a década de 1980, voltado à interação de dois planos, o teleológico que permite evidenciar a dimensão ideológica do comunismo e sua integração dentro de um movimento internacional, e o plano *societále*, isto é, a inserção dos partidos comunistas dentro de seus contextos político, cultural e social nacionais[4].

Outro vertente que se confrontou com o discurso liberal, no plano teórico, é representado pelo marxismo, uma perspectiva que poderíamos definir como "interna". As leituras marxistas afirmam que a queda da União Soviética não esgota a trajetória comunista, representando apenas uma cesura de um processo de *longa duração* iniciado com a experiência da Comuna de Paris e ainda não concluído. Sob tal ótica o comunismo seria um objeto que se insere na história do presente. Destacamos ainda que ao falarmos em perspectiva "interna", é necessário distinguir entre a "história oficial"

[2] tese que neste aspecto aproxima Furet ao historiador alemão Ernest Nolte.

[3] Lembramos aqui a mais importante, isto é, o papel que o bloco socialista teve no desenvolvimento das lutas de libertação nacionais e antimperialistas nos países do chamado Terceiro Mundo ou, no caso dos países capitalistas avançados, quanto afirmamos sobre o papel do PCI na construção e fortalecimento da democracia na Itália.

[4] Veja-se AGOSTI, Aldo, *Bandiere Rosse. Un profilo storico dei comunismi europei*, Roma, Ed. Riuniti, 1999, p. 16.

produzida pelos próprios partidos comunistas pelo menos até a década 1980 (pois o comunismo está baseado em uma teoria da história) e um discurso acadêmico de corte marxista, nem sempre disposto a aceitar os dogmatismos postos pela "história oficial". Nesta perspectiva, o projeto de transformação revolucionária da sociedade esboçada pela Revolução Bolchevique de 1917, indicando a possibilidade concreta de construção e superação de uma sociedade e de uma ordem alternativa à capitalista, é peça fundamental para a compreensão da História mundial do que Eric Hobsbawm chamou de "breve século XX", pois atravessou e condicionou tanto a política e a economia mundiais quanto as histórias nacionais de cada país. Seus percursos – com avanços, retrocessos e rupturas - só podem ser entendidos dentro deste amplo contexto internacional, e levando sempre em consideração as especificidades que o caracterizaram, pois não se trata de um projeto ou de um fenômeno uniforme e homogêneo. Destaca ainda Hobsbawm que a revolução de Outubro deve ser posta em relação ao imperialismo – fator que, por exemplo, Furet ignora – constituindo-se essencialmente como um fator de progresso, forçando o capitalismo a um processo "civilizatório" pelo menos em termos de extensão de direitos civis e trabalhistas às grandes massas de trabalhadores dos países capitalistas.

Nascidos no começo do século XX para serem protagonistas - como vanguarda - de um processo revolucionário que parecia iminente em toda a Europa - sob o impulso da Revolução de Outubro - contrariamente às expectativas e à razão de fundo de sua gênese, os partidos comunistas tiveram que abandonar a perspectiva revolucionária, e – alguns tomando um caminho reformista que os aproximava à social-democracia ocidental, outros respondendo subalternamente às diretrizes do Estado soviético – adaptaram-se às diferentes realidades nacionais recortando um espaço de ação e uma representatividade social e política em alguns casos relevantes.

1.2 Algumas observações sobre o uso político da história no contexto italiano do II pós-guerra

O papel do PCI na e para a história da Itália e do movimento comunista no século XX é questão que gerou uma prolífica produção historiográfica, seja internacional seja italiana. Deu lugar a diversas interpretações as quais, inevitavelmente, se entrecruzam com as reflexões historiográficas sobre o movimento comunista internacional, sendo inseparáveis dele.

Presença constante e influente desde sua fundação, em 1921, na história italiana, o Pci participou como protagonista de todos os principais acontecimentos da história italiana do século XX. Único partido presente, clandestinamente, na Itália fascista e sucessivamente principal antagonista da Democracia Cristã, o outro grande partido de massas com que, de fato, contribuiu a forjar uma nova identidade italiana no pós-guerra e a construir um regime democrático; perspectiva, esta, que não representava uma certeza absoluta quando a II guerra mundial terminou.

O processo de desmembramento do comunismo como sistema de Estado, que culminou com a queda do Muro de Berlim e – dois anos depois – com o colapso da União Soviética, provocou um efeito dominó que dissolveu, ou transformou, grande parte dos partidos comunistas herdeiros da tradição da Internacional Comunista, como no caso do Pci. Estes acontecimentos representam um divisor de águas tanto na historiografia de cariz marxista como na de orientação liberal. Mudaram a perspectiva sobre o movimento comunista internacional, já que representaram o encerramento de um projeto de sociedade, de transformação revolucionária da sociedade teorizada e posta em prática pela Revolução de outubro. E este elemento, sobretudo no contexto italiano, deixou cair, ao menos em parte, o fenômeno que Guido Liguori definiu como

grandes "campanhas historiográficas" em torno da história do Pci[5], orquestradas para fazer política e que, evidentemente, foram mais contundentes enquanto o Pci existiu como agente político ativo. Não somente, a dissolução do sistema soviético permitiu o acesso aos arquivos até então não consultáveis pelos historiadores e ajudou a esclarecer algumas páginas ainda obscuras sobre a história comunista.

O desaparecimento de um dos dois protagonistas mundiais que durante cinquenta anos determinaram e condicionaram o equilíbrio mundial provocou, usando as palavras de Nicola Gallerano, a necessidade de uma "reescrita impaciente do passado"[6], por parte de diversos sujeitos, não somente historiadores, mas sobretudo sujeitos políticos e mídia. Em particular na Itália, diversamente de outros países ocidentais, esta mudança epocal, coincidiu, e em parte provocou, o esgotamento da que foi chamada "primeira república", ou seja, um sistema também baseado numa ordem bipolar, constituída pelo Pci e pela Dc e que, pelo fato de a Itália pertencer ao bloco atlântico, se traduziu em um sistema político de fato bloqueado, sem opções reais de mudança, pois estas teriam provocado uma anomalia na ordem da Europa Ocidental.

Hora, estas grandes mudanças repercutiram sobre a historiografia e trouxeram à tona o "uso político" da história. Nicola Gallerano usou esta expressão em contraposição à definição de "uso público da história", usada pela primeira vez em 1986, pelo filósofo alemão Jürgen Habermans, com uma conotação negativa, ao distinguir o trabalho científico do historiador e o debate público, principalmente desenvolvido pelos meios de comunicação de massas. Habermans cunhou esta expressão com relação a um debate entre historiadores alemães sobre o nazismo e sobre as responsabilidades dos alemães com relação ao Holocausto que se desenvolveu na

[5] Liguori refere-se em particular aos constantes ataques por parte do Partido socialista dirigidos por Craxi, em fim da década de Oitenta, que geraram grandes campanhas mediáticas sobre as responsabilidades do Pci, e em particular de Togliatti, com os crimes do stalinismo.

[6] GALLERANO, Nicola (org.), *L´uso pubblico della storia,* Bolonha, Il Mulino, 1995, p. 7

imprensa alemã (em particular no 'Die Zeit' e no 'Frankfurter Allgemeine Zeitung'). Mais do que disputa científica, segundo Habermans, tratava-se de uma disputa sobre o presente e o futuro.

A crítica de Gallerano a Habermans está no fato de o filosofo alemão recusar em princípio – ou de julgar negativamente – o uso público da história, ou seja, o tratamento de eventos históricos fora do meio acadêmico, e chama atenção para outro elemento que constituiria o problema real. Diz Gallerano:

"convivem no presente dois fenômenos aparentemente contraditórios: um acentuado e difuso desenraizamento do passado de um lado; e uma hipertrofia das referências históricas no discurso público do outro"[7]

Por este motivo Gallerano considera mais correto utilizar a expressão "uso político da história" para identificar um uso reticente da história por parte de expoentes políticos por fins de consenso ou por historiadores que se tornam panfletistas, abjurando o rigor científico.

É importante, a nosso ver, ressaltar este aspecto porque, sobretudo no que diz respeito ao contexto italiano, este tipo de "uso político" da história, foi um dos fenômenos historiográficos mais relevantes dos últimos anos, justamente pela coincidência entre o fim do comunismo soviético e o fim da assim chamada "primeira república" italiana, fundada com a contribuição fundamental do Pci.

O fim da "primeira república" deveu-se à descoberta e à apuração por parte da magistratura italiana[8] de fenômenos generalizados de corrupção que envolveram os principais partidos que governaram juntamente com a Democracia Cristã desde 1948. Em poucos meses, os personagens mais poderosos da vida política italiana, foram

[7] Idem, p. 25

[8] Um grupo de promotores públicos de Milão deu início à operação conhecida como "mãos limpas". Iniciada como investigação por um caso de desvio de dinheiro público que envolvia uma clínica de repouso por idosos, em poucos meses, desvelou um sistema capilar de corrupção que derrubou os grupos dirigentes dos principais partidos políticos.

arrastados por escândalos, que envolviam formas ilícitas de financiamento aos partidos políticos. Processados e na maioria dos casos condenados, a maioria deles foi obrigada – ainda que em alguns casos temporariamente – a abandonar a cena política[9]. O Pci (que, no entanto, com a dissolução da União Soviética havia sido dissolvido por seu grupo dirigente, transformando-se em Pds – Partido democrático de esquerda e Mrc – Movimento para a refundação comunista) também investigado, foi o único grande partido a ser envolvido apenas marginalmente nestes fenômenos de corrupção.

O desmoronamento do sistema político provocou o questionamento de valores que haviam forjado a identidade nacional: em particular a Resistência e o antifascismo – valores sobre os quais se fundou a República e que legitimaram o direito de existência e de participação política dos partidos na Itália – passaram a ser o alvo privilegiado de um discurso revisionista, que apenas em parte viu os historiadores protagonistas e que se apresentava de forma bastante agressiva.

O ataque à velha classe dirigente italiana por parte de uma nova, ainda em formação e com a exigência de legitimar-se, desenvolveu-se sob a forma de ataque ao seu passado e aos seus valores tout court. O processo lento de revisão do passado realizado pelos historiadores, que durante pelo menos três décadas havia contribuído a reescrever páginas complexas da história italiana, passava a ser tachado de ideológico, porque supostamente hegemonizado por historiadores marxistas e elitistas, distantes das mutações em curso.

O debate e o questionamento sobre antifascismo e Resistência como valores constitutivos da identidade nacional, encontraram um veículo poderoso de difusão, a mídia, e um contexto político internacional favorável: o colapso do comunismo soviético tornou-se, paradoxalmente, o elemento mais eficaz para a legitimação de uma

[9] Tratou-se também de um grande evento mediático, de fato, de um processo público à classe dirigente que havia governado por quase cinquenta anos e que os italianos podiam acompanhar todo dia ao vivo, pela TV.

nova classe dirigente italiana que se constituía principalmente sobre o anticomunismo. O Pci, que foi o maior partido comunista do mundo ocidental, mas que nunca governou na Itália, a não ser por um breve período nos anos da transição do fascismo para a democracia, tornava-se, portanto, o principal protagonista e responsável pela crise italiana.

O comunismo – um objeto apresentado nos programas televisivos de grande audiência como homogêneo, igual tanto na Itália como na Urss, com o aval de historiadores ou jornalistas "ex-comunistas" – e os "crimes" do comunismo representaram a ocasião para divulgar e popularizar as teses revisionistas, teses já conhecidas e debatidas no âmbito acadêmico e liquidadas pelo frágil implante científico. Contudo, agora se dirigiam a um público bem mais amplo, com o objetivo de formar e alimentar um novo senso comum: o antifascismo e a Resistência, enquanto momentos da história hegemonizados pelos comunistas não representariam plenamente os valores democráticos.

O comunismo, assimilado ao fascismo e ao nazismo, também não permitiria um desenvolvimento democrático da sociedade. E na simplificação, não neutral, da linguagem midiática, o Pci era apresentado como o elemento que não permitiu a afirmação de uma plena democracia na Itália.

A linguagem, os tempos e os ritmos midiáticos, caracterizados pela velocidade e pela simplificação das mensagens, favorecem o uso político do passado e a afirmação do discurso revisionista: uma vez que os partidos que saíram vencedores da guerra de libertação se desintegravam sob os escândalos por corrupção ou mudavam de identidade, os novos partidos que não recusavam a presença da extrema direita, seja a herdeira direta do fascismo, seja a nova direita xenófoba e separatista, e que precisavam apresentar os fundamentos para uma nova identidade nacional, escolheram o

anticomunismo como valor.

Enquanto os partidos políticos – novos ou renovados – e a mídia ocupam, constroem e consagram novos lugares da memória, enquanto contestam os livros didáticos e os manuais de história por uma suposta parcialidade, os historiadores ficam em parte fechados no âmbito restrito da academia, respondendo e opondo o discurso revisionista – que se apresenta como "novidade", mesmo não sendo novidade, mesmo sem dispor de legitimidade científica, mas gozando da amplificação da mídia – a um discurso "oficial" que apesar de ter sua fundamentação científica, é percebido como superado; enquanto outros historiadores se prestam a serem às vezes usados, tanto pela mídia como pela política, para legitimar o novo "príncipe".

Nos dois momentos de transição política italiana (1945 e meados da década de Noventa), o elemento comum que emerge é a submissão do discurso e dos temas de debate historiográfico às contingências e às necessidades do discurso político. De fato, também no período que seguiu o fim da II guerra mundial e que marcou a derrota do fascismo, a prioridade da frente de partidos que haviam lutado na guerra de libertação (PCI, DC, PSI, Partido de Ação, Republicanos) era a de legitimar-se como nova classe dirigente e de impulsionar o processo de pacificação entre os italianos, entre os que lutaram em campos opostos durante a guerra e entre os que não participaram ativamente da luta de libertação. Era preciso construir uma história e uma memoria comum, que permitisse superar as divisões provocadas pelo regime fascista e pela guerra e deixar de lado, temporariamente, as profundas diferenças ideológicas existentes entre os vários membros que compunham a frente. Ao mesmo tempo era preciso remover e "esquecer" os aspectos que poderiam levantar dúvidas com relação à adesão dos italianos ao fascismo. Além da necessidade de reconstituir uma coesão social, duas outras motivações impulsionaram o processo de "esquecimento" de

memórias que divergiam desta visão: a necessidade de alinhamento dentro da ordem internacional e a necessidade de apresentar a Itália como país que lutou ao lado dos aliados contra o nazi-fascismo, garantindo, desta forma, o recebimento da ajuda para a reconstrução prevista pelo Plano Marshall.

Optou-se por escrever, neste caso também, uma história sem contradições, que operava uma separação entre o regime fascista e o povo italiano: o fascismo nunca teria tido consenso entre os italianos, que apenas sofreram sua violência, e a Resistência teria sido uma luta coral para libertar o país da ocupação alemã, a qual foi coadjuvada apenas pela participação de poucos traidores da pátria. Esta leitura dava plena legitimidade, aos partidos que constituíram a frente antifascista, para governar ou para ter direito a representar uma legítima oposição.

Tratava-se de uma leitura que dava prioridade às necessidades políticas do momento e que deixava em segundo plano as reconstruções e as análises historiográficas. Neste caso também assistimos, portanto, a um uso político da história, que continuou nas décadas seguintes: o contexto não era mais o da unidade das forças antifascistas e isto possibilitou a abertura de uma contenda entre os partidos, sobre quem refletia mais – no presente – os valores de um passado recente, escolhidos para representarem a identidade da nova nação.

Entre os partidos políticos, o Partido comunista italiano destacou-se sobre todos os outros pelo trabalho de recuperação e preservação da memória e da história da Resistência, pelo fato de ter sido um dos protagonistas principais e de primeira hora na luta contra o fascismo, mas também porque precisava de legitimação como força nacional, uma vez que – sobretudo no clima de guerra fria – era acusado de representar os interesses da União Soviética.

Mas ao mesmo tempo, o Pci criou, e nisto está seu traço peculiar, uma verdadeira

estrutura de pesquisa e produção historiográfica. Sobretudo os historiadores vinculados ao Pci e inseridos no mundo acadêmico (é o caso em particular de Paolo Spriano e Ernesto Ragionieri, entre outros), contribuíram a questionar a imagem idealizada da Resistência, a medida que, através da pesquisa historiográfica, emergiam os elementos conflitantes com a visão oficial: o papel modernizador do fascismo, a adesão e o consenso de parte da sociedade italiana ao fascismo; a ideia de que o fascismo não representasse um corpo estranho, um parêntese na história italiana, como afirmava Benedetto Croce, mas que ao contrário fosse resultado de um estado liberal frágil e de classes dirigentes subversivas, retomando e valorizando as teses de Gramsci. Esta leitura tornou-se dominante entre a década de Sessenta e Setenta, mesmo porque, por outro lado, o maior partido político italiano, a Democracia Cristã procedeu a uma diminuição progressiva da ênfase sobre a Resistência. Isto foi ditado inicialmente pela necessidade de incluir a extrema direita fascista (1960) em seu governo, e por um contexto internacional dominado pela guerra fria. Um terreno, este, que sucessivamente, o mesmo Pci em crise abandonará, deixando espaço às primeiras leituras revisionistas na década de Oitenta. Uma interpretação associará, por exemplo, o fenômeno da luta armada travada pelas Brigadas vermelhas e por outros grupos menores que propunham a luta armada na década de Setenta à luta de Resistência com o objetivo de associar, ou de vincular de alguma forma, o Pci à luta armada.

Contudo, pela coincidência entre uma linha dominante no discurso historiográfico acadêmico e a visão do Pci sobre o passado recente, criou-se a imagem de uma reconstrução da história italiana determinada pelo Pci, discurso usado em tempos recentes para deslegitimar o próprio discurso científico a favor da leitura que relatamos acima.

Portanto, podemos concluir afirmando que uma das principais linhas desenvolvidas

pelo debate sobre a história recente da Itália construiu – em torno da história do Pci – um discurso revisionista sobre o passado por objetivos políticos imediatos.

1.3 O Pci na perspectiva da historiografia marxista

Ao observar em retrospectiva a vasta produção historiográfica existente sobre o Pci, podemos ver que se destacam pelo menos três linhas interpretativas que tentam dar uma leitura global da história do partido, com diferentes nuances no seu interno: uma primeira interpretação vê na história do Pci uma experiência original – mesmo que vinculada e condicionada pela história da União Soviética – e atribui esta originalidade ao contexto social e político nacional em que o partido atuou e, sobretudo, à marca impressa em sua história por Gramsci, e pela forma com que o pensamento de Gramsci foi atuado. Este seria o elemento que realmente representaria a particularidade do Pci e de sua história. A forma em que esta particularidade se desenvolveu, pode ser encontrada na tentativa, em determinados períodos, de trabalhar pela atuação de reformas parciais (através de alianças políticas e sociais) e, contemporaneamente, mantendo uma constante mobilização social. Esta linha pode ser identificada sem dúvida com a política desenvolvida pelo partido construído por Togliatti e, numa linha de continuidade, o partido de Berlinguer, considerado como seu continuador.

Outra leitura afirma que, de fato, o Pci foi durante todo o II pós-guerra um partido assimilável à socialdemocracia. Embora não o declarasse abertamente, tanto no plano da reflexão teórica como na atuação prática, com relação ao movimento comunista internacional, a história do Pci foi a história de um progressivo afastamento do marxismo-leninismo no plano teórico e de igual progressivo afastamento, na prática, da União Soviética. Em substância um grande partido de massas interclassista e que

absorveu a tradição socialista italiana. A mesma dissolução do partido em 1991 não representou nesta perspectiva algo inesperado, mas foi resultado de um longo e gradual processo de "mutação genética". Como afirma Liguori[10], não se tratou de uma simples adequação teórica do partido necessária a responder a novas condições históricas, mas de um abandono do marxismo e de uma mudança na *weltanschauung* dos grupos dirigentes. Como se chegou a esta situação? Segundo Liguori foi pela perda progressiva de um pensamento crítico, que se produziu em particular nos anos de Berlinguer, e com a escola de intelectuais que cresceram e se formaram no partido na década de Sessenta e Setenta. Este processo começou com a assunção da ideia de democracia como valor universal dentro de uma sociedade capitalista, dividida em classes; no que diz respeito ao Estado, o uso do conceito de hegemonia elaborado de Gramsci, mas despojado do conceito de coerção do estado que em Gramsci estava presente; e finalmente, a crítica da União Soviética que, ao invés de estar centrada na questão e nos motivos do fracasso do processo de construção de uma democracia dos trabalhadores, acabou reproduzindo o mesmo discurso do Ocidente capitalista, insistindo nos valores formais da liberdade e da democracia.

Uma terceira leitura associa a história dos comunistas italianos à história do stalinismo, sendo o Pci, e em particular seu secretário Palmiro Togliatti, um reprodutor da política externa soviética durante todo o pós-guerra. Enxergada nesta perspectiva, a história do Pci seria a história de uma traição de seus fundamentos revolucionários, sacrificados à lógica do socialismo em um só país e da ordem internacional sustentada por Stalin. O dado intrínseco mais relevante desta leitura é o fato de o Pci ter sido um partido com uma dupla identidade: ao mesmo tempo partido nacional e partido pertencente a um movimento internacional liderado pela União Soviética. Estudos

[10] LIGUORI, Guido, *La morte del Pci*, Roma, Manifesto Libri, 2009

recentes, possibilitados pela abertura dos arquivos de Moscou, que remontam a meados da década de Noventa, corroboraram com os documentos a tese já existente da determinação soviética sobre uma série de escolhas do Pci: não somente a "revolução traída" em 1945, como a própria "viragem de Salerno"[11], obra precípua da diplomacia soviética e não de Togliatti, ou ainda a posição do partido sobre a questão de Trieste, cidade disputada entre Itália e Iugoslávia.

Teve bastante impacto, a este propósito, um simpósio organizado pela Fundação Gramsci em 2000[12] que, em particular através de seu presidente, o historiador Silvio Pons, indicava como paradigma interpretativo da história do Pci a "dupla lealdade" que acaba, de fato, pondo em evidência a falta de autonomia do partido, reduzido a peça controlada pela União Soviética.

1.4 A historiografia comunista entre Zdanov e Gramsci

Ao tratar de historiografia comunista em geral, é preciso especificar que esta se divide em dois blocos: um bloco que representa a "história oficial", elaborada pelos próprios partidos comunistas e voltada exclusivamente à afirmação de sua legitimação política, tanto no cenário nacional italiano como no internacional. A outra é uma história científica, produzida por historiadores comunistas no contexto acadêmico que vai se afirmando aproximadamente na década de Sessenta. A especificidade desta história, produzida no âmbito acadêmico, está no fato dela ter sido promovida na Itália principalmente pelo mesmo Pci, que – outra peculiaridade – vê diversos importantes dirigentes tornar-se historiadores, utilizando as ferramentas e respeitando as regras do

[11] Este tema é tratado no II e III capítulo.
[12] *"Il Pci nell'Italia repubblicana"*, Roma, 25-26 de maio de 2000.

trabalho historiográfico[13] (entre a velha geração, lembramos Togliatti, Pietro Secchia, Giorgio Amendola, autores de trabalhos históricos sobre determinadas fases do Pci, e sobre a Resistência; Giuseppe Chiarante, Lucio Magri, Rossana Rossanda a geração sucessiva, da década de Sessenta e Setenta, com obras de reconstrução histórica que se propõem o objetivo de traçar um balanço global da história do Pci).

A primeira história produzida sobre os partidos comunistas é uma "história oficial", é uma história que nasce na década de Trinta do século XX, ditada pelos condicionamentos e pelas pressões sofridas por todos os partidos comunistas pela política stalinista, à qual, querendo-o ou menos, não pôde escapar. Um caso exemplificativo desta história oficial, e que inclusive serviu de modelo para os partidos comunistas, é representado pelo *Breve curso de história do Partido comunista da URSS,* de 1938, um manual de história do partido elaborado em plena época zdanovista e que foi usado por décadas como manual para a formação de militantes comunistas. O Pci, ainda que com uma peculiaridade relevante com relação a todos os outros partidos comunistas neste campo, não fugiu deste iter.

A historiografia oficial do Pci nasceu entre 1947 e 1953, ainda que sua elaboração remonte à década de Trinta e teve, como função principal, legitimar as linhas estratégicas de construção do "partido novo" de Togliatti e o grupo dirigente que o sustentava. Transformado, após 1945, em partido de massas, o Pci apresentava-se primeiramente como herdeiro da tradição do *Risorgimento* italiano: o "partido novo" não se apresentava como partido revolucionário nos moldes leninistas, mas como partido que sustentava a democracia progressiva. Era um partido que não colocava a questão ideológica como discriminante para adesão, pedindo apenas que se aceitasse seu programa. Por este motivo, privilegiou a ênfase sobre a luta democrática, nacional

[13]GROPPO, Bruno, PUDAL, Bernard, *Historiographies des communismes français et italien*, in DREYFUS, Michel, GROPPO, Bruno (orgs.), *Le siecle des communismes,* Paris, Ed. L´Atelier/Ed. Ouvrières, 2004, p. 93-115

e antifascista do partido, mantendo as palavras de ordem usadas durante a luta de Resistência. Estruturar sua identidade em torno destes conceitos e em torno da guerra de Libertação não respondia exclusivamente à afirmação de uma linha estratégica: grande parte de seus militantes, que neste período já passavam dos dois milhões, conheceram e aderiram ao partido no período da guerra, embora não conhecessem muito sobre a história do partido, e também sobre a história da Itália. Portanto, desta forma, almejava-se dar referências imediatas e reconhecíveis a estes mais recentes militantes e mais extensamente ao povo que ativa ou passivamente havia apoiado a luta de Resistência.

Os autores desta história são os membros do antigo grupo dirigente, que liderava o partido desde 1926, e o seu secretário, Palmiro Togliatti, foi seu principal artífice. Tratava-se de uma história da fundação do partido que marginalizava, quando não excluia completamente, seu fundador, Amedeo Bordiga, e junto com ele os primeiros anos de existência do partido: esta história oficial do partido começava com o Congresso de Lion em 1924, com a conquista da direção do partido por parte de um novo grupo dirigente: o antigo grupo de "L´ordine Nuovo" (que em 1924 já não existia mais), a vitória de Gramsci sobre Bordiga. Os conflitos existentes entre Gramsci e o próprio Togliatti, em particular sobre as relações do partido com a Internacional Comunista eram omissos, e Togliatti tornava-se, numa linha de continuidade que parecia responder a um processo natural de evolução, o herdeiro das ideias de Gramsci.

Togliatti foi o primeiro – e único, em fins da década de Trinta – a ter a possibilidade de ler e estudar Gramsci quando, após a morte de Gramsci, conseguiu salvar seus escritos produzidos na prisão levando-os até Moscou. E a ele devemos a publicação dos escritos gramsciano no imediato pós-guerra.

A leitura de Gramsci realizada por Togliatti é uma leitura parcial e ajustada tanto

às necessidades de legitimar sua linha estratégica, como de ficar dentro dos limites postos pelo stalinismo. Isto, de qualquer forma, não diminui o valor da operação que ele levou a cabo, sem a qual a história póstuma do pensamento de Gramsci não teria alcançado a relevância, inclusive em campo internacional que hoje tem. Este tipo de história que é história voltada à legitimação de um grupo dirigente e de uma linha estratégica é, neste mesmo período, típica de todos os partidos comunistas. Esta encontra uma explicação no vínculo destes partidos com a União Soviética e com a política stalinista, com o êxito da II Guerra mundial e com o novo equilíbrio mundial.

Assim, nesta primeira construção da história do Pci, não é casual a ausência das relações do partido com a Internacional comunista, pelo fato de o partido ter atravessado, entre a segunda metade da década de Vinte e parte da década de Trinta, um período de fortes conflitos pela indisciplina à linha que a Ic havia estabelecido. É uma história linear e, como todas as histórias oficiais, sem contradições.

Mas esta história sem contradições, que era necessária para sistematizar e definir a identidade do partido, e que pelo contrário abundava de elementos conflituosos, é apenas uma das facetas da complexa relação do partido com sua história, com a história italiana. Enquanto o partido divulgava a imagem que mostramos, trabalhava ao mesmo tempo em uma direção que aparente e contraditoriamente, era oposta.

A atenção para a reconstrução e preservação de sua memória, para legitimar-se como depositário legítimo de uma tradição é algo presente em todo o movimento comunista e, como evidencia Agosti, uma das características dos arquivos dos partidos comunistas, a partir do período da bolchevização é de manter secretos e inacessíveis tais arquivos[14].

E o Pci destaca-se em relação aos outros partidos comunistas, pelo trabalho que

[14] AGOSTI, Aldo, *Les archives et l´histoire du Parti Communiste Italien: bilan et perspective de la recherche*, in Materiaux pour l´histoire de notre temps, n. 68, 2002, págs. 55-61

dedicou à preservação e à reconstrução de sua memória. Diversamente da maioria dos partidos comunistas, o partido italiano não se limitou a produzir e a escrever uma "história oficial".

Em 1947, a executiva do Pci decidiu criar a Fundação Gramsci, com o objetivo de "dar uma contribuição – no nome de Gramsci – ao crescimento da cultura em sua função social e educativa, assim como ele a concebeu"; o projeto foi apresentado em 1948 definindo melhor as finalidades da Fundação, que além de preparar a edição das obras de Gramsci, apontava a necessidade de promover, através de conferências e da instituição de prêmios, a difusão do pensamento de Gramsci, de reunir toda a documentação bibliográfica.

A Fundação deveria tornar-se "um centro nacional voltado ao aprofundamento, à popularização, à irradiação cultural do marxismo-leninismo em nosso país". Para este trabalho os intelectuais do partido são chamados a colaborar, e nem sempre sobre o conceito de "irradiação cultural do marxismo-leninismo" existia concordância entre executiva do partido e intelectuais, que não entendiam reproduzir o conhecimento doutrinário soviético de Stalin que estava sob o rótulo de marxismo-leninismo.

Logo após o fim da II Guerra Mundial, o PCI dedicou suas energias, entre outras coisas, à criação de uma verdadeira estrutura de pesquisa e produção historiográfica, composta de arquivos e de um centro de pesquisa científica (Instituto Gramsci); de uma revista (Studi Storici) dedicada especificamente aos estudos historiográficos; de uma editora, ("Riuniti"), que conseguiu uma inserção importante no mercado editorial italiano. Além disto, exerceu forte influência sobre duas das maiores editoras italianas, Einaudi e Feltrinelli. A editora Einaudi, em particular, foi escolhida por lançar a obra de Gramsci. Esta escolha fazia parte de um projeto bastante claro: era preciso tornar Gramsci uma das grandes figuras clássicas da cultura italiana, ou seja, antes de

pertencer ao partido, pertencia à mais alta cultura italiana.

Em particular, no campo das ciências humanas, podemos afirmar que o Pci conseguiu exercer uma evidente hegemonia cultural. Por quê? A resposta encontra-se em um dos núcleos estratégicos da linha do partido, ou seja, a construção de um partido nacional e, portanto, era necessário construir sua trajetória dentro do processo histórico italiano. Daqui a procura constante de um diálogo com os intelectuais: a reflexão gramsciana sobre o papel dos intelectuais, mediada por Togliatti, exerceu neste contexto toda sua influência. A criação desta imponente estrutura, evidentemente, não se limitava apenas à reconstrução de uma memória e de uma história do PCI, mas estudava e aprofundava a história italiana: era necessário colocar o Pci dentro do processo histórico italiano, construir uma trajetória que o tornasse agente protagonista do processo iniciado com o *Risorgimento* dentro de uma perspectiva progressista e democrática, que legitimasse seu papel no presente e no futuro da história italiana como grande força nacional, no momento em que a guerra fria provocava sua exclusão do governo, tendo a consciência de que, em base aos equilíbrios mundiais não haveria espaço para se tornar força de governo.

O dado que emerge é uma relação – contraditória e em determinados momentos inconciliável – que por um lado encorajava e sustentava os novos historiadores/dirigentes do partido a investigar sobre a história italiana com ampla liberdade; por outro lado mostrava a necessidade de manter estas pesquisas sob o controle do partido, ou de alguma maneira de fazer com que elas não se afastassem demasiado da linha partidária.

Quando por exemplo saiu o primeiro volume de *Storia del Pci* de Paolo Spriano, o historiador, que era membro também da direção do partido, sofreu a crítica e as reações dos expoentes mais próximos de Togliatti, como Giorgio Amendola, por exemplo, que

o acusou de não ter posto bastante ênfase na tradição progressista italiana. Paolo Spriano, ao reconstruir a história do partido até 1945 havia usado como critério interpretativo privilegiado, o vínculo do Pci com a União Soviética. Tratava-se certamente de uma perspectiva que não satisfazia as necessidades de um partido que no contexto da política interna tinha que se defender das acusações de representar uma sucursal de um estado estrangeiro, adversário do campo de influência ao qual a Itália pertencia. Apesar das críticas, a reconstrução de Spriano, em seu conjunto, representa um exemplo de pesquisa científica interna ao próprio partido, uma história dos grupos dirigentes do Pci como a maioria de histórias do Pci que foram escritas. Sobre a obra de Spriano, Eric Hobsbawm – em polêmica sobretudo com o Partido comunista inglês – escreveu:

"é a primeira história de um partido comunista escrita na base de uma adequada documentação de primeira mão, tanto pública como privada, e que respeita as regras da ciência histórica"[15]

Como nota Cortesi, a obra de Spriano se insere plenamente na tradição gramsciana mediada por Togliatti. Ele afirma que

"Sua obra é impensável sem a direção ideológica e política de Togliatti e, eu diria, até mesmo sem a longa proximidade física de Togliatti e portanto a influência direta de seu estilo político e intelectual. Esta influência pode ter sido gravemente limitadora em um primeiro momento, como o foi para todos que então militavam no partido e também fora dele; e ao menos parcialmente libertadora e estimulante nos últimos anos de vida de Togliatti"[16]

A partir desta observação poderíamos então chegar à conclusão de que, mesmo que realizada obedecendo a critérios científicos, a história de Spriano representa ainda uma "história oficial" do Pci, um trabalho concebido segundo uma perspectiva e uma modalidade diferente com relação ao passado. Os volumes de *Storia del Partito comunista italiano* foram publicados entre 1967 e 1975. Quando Cortesi se refere à contribuição estimulante à pesquisa dado por Togliatti nos últimos anos de sua vida, ele

[15] CORTESI, Luigi, *Le origini del Pci. Studi e interventi sulla storia del comunismo in Italia*, Milão, Franco Angeli, 1999, c. p. 360
[16] Idem, p. 360

pensa exatamente na mudança mais significativa, que vem por iniciativa do próprio Togliatti, com relação ao modo de reconstruir o passado do partido.

A novidade é representada pela publicação, em 1960, pelos *Annali* do Istituto Giangiacomo Feltrinelli, na seção *Documentos,* de material inédito sobre a formação do grupo dirigente, *La formazione del gruppo dirigente del Partito comunista italiano nel 1923-1924*[17]: trata-se de cartas que reconstroem o diálogo entre os principais dirigentes do partido nos anos em que se produziu a ruptura com o então secretário Amedeo Bordiga.

Toda esta documentação é importante pelo fato de que reconhece e atribui importância, pela primeira vez, à história do Pci antes do Congresso de Lion, que marcou a exclusão da maioria vinculada a Bordiga e a nova hegemonia de Gramsci e Togliatti no partido. É um momento importante – Spriano, no prefácio ao livro, diz tratar-se de "uma revolução historiográfica no campo comunista"[18] – porque pela primeira vez oferece a imagem de um partido que atravessa divisões e que vive contradições, o contrário da imagem "harmônica" até então construída e divulgada externamente. Não se trata evidentemente de uma crítica de Togliatti à linha então escolhida e menos ainda de uma autocrítica, pelo contrário, ele reafirma a exatidão de todo percurso do novo grupo dirigente do partido, e dá legitimidade à continuidade. Mas o que ocorre de novo é uma "reabilitação", ao menos em parte, da memória e do papel de Bordiga, reconhecendo seu papel como primeiro secretário do Pci e, ao mesmo tempo, a legitimação de todo o processo que levou à formação de um novo grupo dirigente do partido, o grupo que o dirigiu durante a luta contra o fascismo e que se manteve no período mais obscuro da repressão stalinista.

Ao comentar o processo que se concluiu com a substituição do grupo dirigente de

[17] TOGLIATTI, Palmiro, *La formazione del gruppo dirigente del Partito comunista italiano nel 1923-1924*, Roma, Riuniti, 1962
[18] Idem, p. 1

Livorno, Togliatti fazia questão, em diversos trechos da introdução, de evidenciar as dificuldades e os erros dos protagonistas que deram vida a um "longo e trabalhoso processo" de gestação:

"Julgo um grave erro, ao expor a história do movimento operário, e em particular do partido em que se milita e que se dirige, ou se dirigiu, sustentar e esforçar-se em demonstrar que este partido e sua direção sempre se moveram corretamente, da melhor forma possível. Acaba-se assim representando uma ininterrupta marcha triunfal. É uma representação falsa, distante da realidade e desmentida pela própria realidade"[19]

Como afirma Agosti,

"tratava-se ainda de uma edição conduzida por critérios de seleção precisa, dirigida com a intenção de pós-datar, de alguma maneira, o nascimento do partido como verdadeiro protagonista do cenário político italiano a partir de 1924, quando Gramsci chegou à direção e Bordiga perdeu a confiança do Comintern"[20]

A decisão de reconstruir a partir de documentos, e de apresentar publicamente o debate interno travado pelo grupo dirigente representa de fato o elemento novo, em absoluto, no modo de atuar dos partidos comunistas.

Se a obra de Spriano pode ser considerada como a primeira "história autorizada", ou "história oficial" conduzida segundo critérios e métodos científicos de pesquisa, a primeira história do Pci a vir à luz foi obra de Giorgio Galli. A primeira edição saiu em 1952 e sucessivamente uma série de outras edições (1953, 1958, 1975, 1976, 1991) foram complementando, corrigindo erros e acrescentando partes de história do Pci à medida que esta ia se desenvolvendo, até chegar à última edição de 1991, que representa, nas palavras do autor, um balanço global. Galli trabalhou sem poder dispor de todas as fontes a disposição de Spriano. A primeira edição era baseada exclusivamente, como ele diz na introdução, "sobre jornais e publicações, quase todos de parte comunista (e portanto sem poder dispor de todas as cartas e documentos de

[19] Idem, p. 31

[20] Agosti, Aldo, *Les archives et l´histoire du Parti Communiste Italien: bilan et perspective de la recherche*, in Materiaux pour l´histoire de notre temps.,cit., p. 56

arquivos)"[21] É uma história crítica do partido também escrita por um marxista, mas é uma história que não se deve preocupar em responder ou condizer à linha do partido. O livro saiu em polêmica com a visão veiculada pelo grupo dirigente do Pci que omitia e manipulava, sobretudo, o período inicial da história do partido. A tese principal sustenta que a exclusão de Bordiga da liderança do partido foi essencialmente iniciativa da Internacional comunista e que a mesma Ic impôs Gramsci como novo líder; ressalta as características reformistas do partido de Togliatti, e contrasta com a visão de uma continuidade entre Gramsci e Togliatti; avança a teoria da "revolução traída", ou seja, a ideia de que, mesmo com um quadro internacional que limitava bastante a possibilidade de agir de forma autônoma, as relações de força teriam deixado espaço para o partido atuar uma política menos moderada.

Esta primeira história "não autorizada" de Giorgio Galli saiu em 1953, pouco após a morte de Stalin. Em julho de 1953, no periódico do Pci, *Rinascita,* Togliatti não hesitou em fazer seus comentários sobre a obra de Galli, criticando exatamente o espaço dedicado a Bordiga, que no livro ocupa um papel de destaque e que Togliatti apresenta como "um personagem que poderíamos definir de pré-histórico, como o iguanodonte".

O processo de abertura, que como dissemos começou aproximadamente em meados da década de Cinquenta, essencialmente – e não casualmente – após a morte de Stalin, e que culminou com a publicação feita por Togliatti dos documentos sobre a formação do grupo dirigente, reverteu os aspectos mais propagandistas e de autocelebração presentes até então na construção historiográfica do partido. Podemos dizer, de acordo com Bruno Groppo e Bernard Pudal, que se tratou de uma forma de tomar as distâncias do stalinismo e de legitimar-se novamente à luz do novo contexto[22].

O fato de pôr a disposição dos pesquisadores os arquivos, explica a extraordinária

[21] GALLI, Giorgio, *Storia del Pci. Il Partito comunista italiano: Livorno 1921, Rimini 1991*. Milão, Kaos, 1993, p. 5

[22] GROPPO, Bruno, PUDAL, Bernard, *Historiographies des communismes français et italien*, cit., p. 97.

produção de estudos e pesquisas no âmbito acadêmico sobre o Pci já na década sucessiva, e de fato, a partir da década de Sessenta são os historiadores os que escrevem a história do partido, baseando-se sobre as fontes diretas e sobre os depoimentos de inúmeros dirigentes e militantes.

Acrescentamos também que esta postura em geral contribuiu a reduzir o provincianismo da cultura italiana. Mas este é um resultado que se entende plenamente com a capacidade de atração do partido não somente entre os intelectuais, mas no conjunto da sociedade. A este propósito vale lembrar que o Pci não operou e dialogou apenas no âmbito acadêmico. Em 1945, quando a guerra ainda não havia acabado, o Pci, por iniciativa de um grupo de intelectuais, lançou uma publicação, *Il calendario del Popolo*[23]. Esta publicação ficou sob o controle direto do partido até 1964, ano em que foi adquirida por Nicola Teti, editor marxista, e sobreviveu ao partido, sendo publicada até hoje. Inicialmente, o periódico tinha a finalidade de aproximar o partido às camadas sociais mais humildes, desenvolvendo quase um trabalho de alfabetização, propondo notícias e episódios considerados particularmente significativos da luta de Resistência e páginas da história italiana que o fascismo havia ocultado ou deformado. Contudo, não se limitava apenas à história: artes, ciência, literatura estavam também presentes através de breves artigos de divulgação científica. Tratava-se, em suma, de uma recuperação da memória histórica das lutas populares e progressistas da história italiana e de abertura para uma cultura geral, em um país que na época contava com altas percentuais de analfabetismo. A revista teve uma importante difusão chegando, através do trabalho dos militantes, até as regiões mais remotas do país. No final da década de Cinquenta passou por uma transformação, mudando seus objetivos: debates sobre cinema, literatura, teatro (com publicações de novos autores ainda pouco

[23] Existe um site que apresenta notícias sobre a história da revista e todas as publicações e atividades realizadas: http://www.calendariodelpopolo.it

conhecidos e de nomes já afirmados do mundo da cultura italiana) que contribuíram, no curso dos anos, a elevar o nível de conhecimento geral de uma parte significativa de militantes.

Concluindo podemos dizer que o Pci destacou-se, com relação aos outros partidos comunistas ocidentais[24]. Uma comparação com o Partido comunista francês, que viveu num contexto bastante parecido com o italiano, mostra, por exemplo, uma realidade profundamente diferente, com um partido fechado em si e fortemente condicionado pelo peso da cultura stalinista. Esta estava presente sem dúvida também no Pci, a começar pelo seu secretário. O elemento que realmente parece ter um peso determinante pela rigidez dos franceses e pela maior flexibilidade dos italianos pode ser identificada na influência da figura de Gramsci.

O fato de ter abrandecido o controle sobre sua própria história e portanto por ter posto as condições para que sua história fosse interpretada sob perspectivas externas e, sobretudo, por ter permitido, desta forma, aos estudiosos de ter uma base comum – as fontes – sobre a qual se confrontar.

1.5 O Pci e o debate sobre a história do capitalismo na Itália

Uma ulterior e significativa influência exercida pelo Pci no campo da investigação historiográfica na Itália diz respeito ao debate que se desenvolveu, no segundo pós-guerra, sobre o nascimento e sobre as características do capitalismo italiano.

A despertar o interesse foi, por um lado, a necessidade de entender e investigar as causas que geraram um fenômeno como o fascismo; por outro lado contribuiu também

[24]Completamente diferente é o discurso sobre os partidos comunistas do bloco soviético, que se constituem ao mesmo tempo como forças de governo.

o interesse suscitado pela publicação póstuma dos *Cadernos do Cárcere* de Gramsci – em particular *Il Risorgimento* –. O Risorgimento é o processo politico, social e cultural que culminou com a unificação da nação italiana, que vai de 1815 até 1870, mas que alguns historiadores estendem até o início do século XX[25]. Este período é crucial para a historiografia italiana porque a partir daqui se desdobraram uma série de processos de transição no plano econômico, político, social e cultural que em algumas décadas culminaram produzindo uma profunda transformação da sociedade italiana.

O centro do debate orbitou em torno dos limites destes processos de modernização, apontados por uns como a chave para compreender o fracasso do liberalismo, politico e econômico, que acabou provocando o atraso da Itália com relação aos outros países europeus, e a sucessiva gênese do fascismo.

Em particular, todo o debate historiográfico do segundo pós-guerra inseriu-se nas linhas traçadas pelo confronto entre a interpretação de Antonio Gramsci e de Benedetto Croce, ou seja, entre a leitura marxista e liberal sobre o processo histórico italiano. Até aparecer a interpretação de Gramsci, elaborada entre o fim da década de Vinte e a primeira metade da década de Trinta, mas que se tornou conhecida somente em 1949, dominava a leitura de Benedetto Croce, que também foi elaborada no mesmo período[26].

Inserido no rastro do Iluminismo e da Revolução Francesa, para Croce o Risorgimento era enxergado como uma grande epopeia, essencialmente como um período de progresso sem contradições significativas. O filósofo destacava o retorno da Itália a um papel de primeiro plano no cenário europeu, atribuindo este resultado à atuação política dos liberais italianos no processo de construção da unidade italiana e do liberalismo italiano. Deste processo exaltava a capacidade de Cavour de levar

[25] Com o fim da I Guerra mundial, a Itália conseguiu a anexação dos territórios do Nordeste, cujas populações, por questões linguísticas e culturais, reivindicavam o pertencer à nação italiana. Assim, completava-se o processo de unificação.

[26] O livro *Storia d´Italia dal 1871 al 1915* foi publicado em 1928 e *Storia d´Europa nel secolo decimonono* saiu em 1932.

adiante transformações profundas sem recorrer a métodos revolucionários. Tratava-se, portanto, de uma visão dominada pela harmonia.

Sempre inserida dentro de uma perspectiva liberal, embora oposta à leitura de Croce, é interessante evidenciar também a interpretação de Piero Gobetti, que se aproximava bastante da interpretação de Gramsci[27]. Em sua análise de 1926[28], ele definia o Risorgimento como "revolução fracassada": um processo levado a cabo por uma minoria que abriu mão de atuar uma revolução social optando por um processo de conciliação com as forças políticas conservadoras e que gerou, portanto, um Estado liberal débil que desde seu nascimento excluiu as novas classes sociais emergentes dos processos de unificação econômica e política no Estado.

O dado em comum a estas obras é que, mesmo que a partir de perspectivas diferentes, analisam este período como período que plasma e define o desenvolvimento capitalista italiano.

As reflexões de Gramsci, como dissemos, foram elaboradas no mesmo período, mas somente puderam ser conhecidas e debatidas nos primeiros anos Cinquenta. É importante evidenciar que a primeira organização de todos os apontamentos e notas escritos por Gramsci foi obra exclusiva de Togliatti, com a ajuda de Felice Platone, que escolheram uma sistematização temática do material. Uma nova edição, desta vez baseada numa ordem cronológica, somente veio à luz em 1975, organizada por Valentino Gerratana. Tratava-se, portanto, de uma primeira abordagem ao pensamento de Gramsci que acontecia pela mediação de Togliatti, e que, em parte, acabava sendo "domesticado" em base às contingências políticas imediatas. Lembramos a este

[27] Gobetti entrou em contato com Gramsci em Turim, onde se aproximou do movimento operário e das reflexões que este desenvolvia, chegando a apoiar as ocupações das fábricas. Gramsci convidou-o a colaborar com a revista "L´Ordine Nuovo" atribuindo-lhe a coluna dedicada ao teatro. Se Gobetti conseguiu ganhar a estima e o respeito de Gramsci, Togliatti, pelo contrário sempre o viu com desconfiança, chegando a defini-lo, nas páginas da mesma revista, como "parasita da cultura".
[28] GOBETTI, Piero, *Risorgimento senza eroi*, Roma, Storia e Letteratura, 2011.

propósito o caso de *Americanismo e Fordismo*, uma reflexão fundamental de Gramsci que evidenciava a capacidade de dinamismo e de inovação do capitalismo. O texto apontava a afirmação do americanismo como nova forma hegemônica do imperialismo dirigido pelos EUA, elemento que Gramsci, na década de Trinta, só poderia avançar como hipótese. Em vez de tratar-se de uma investigação sobre as possibilidades de americanização do corporativismo fascista, ou seja, sobre a possibilidade de inserção – dentro de um sistema econômico e político reacionário – de elementos progressivos de racionalização por parte da classe operária, para Felice Platone, autor do prefácio à primeira edição do texto e para o PCI, o Caderno 22 representava uma espécie de premonição sobre uma possível fascistização da sociedade americana (que encontraria uma confirmação nos anos Cinquenta com o macarthismo). Atribuía-se ao Caderno uma proeminência para a "questão meridional" – tema que Gramsci havia tratado extensamente, desde 1919 até o momento em que foi preso em 1926 e que ele considerava como tema chave para a "revolução italiana" – que o Caderno 22 não mostra. Este último elemento, a necessidade de dar respostas à questão meridional, de superar o atraso econômico, social e político do Sul da Itália, foi um dos pontos de destaque do programa econômico do PCI nos anos da Reconstrução e a publicação dos *Cadernos* tinha – ainda que não exclusivamente – a evidente função de dar legitimidade à linha política do "partido novo", propondo, neste sentido uma leitura empobrecida da reflexão de Gramsci.

No caderno dedicado ao *Risorgimento* Gramsci baseava sua reflexão sobre o capitalismo na Itália analisando a estrutura de classe da sociedade italiana. Evidenciava os limites da burguesia italiana durante o processo de unificação, que acabou sendo dirigido pelas forças mais moderadas e conservadoras, marginalizando ou excluindo as massas populares.

Para Gramsci a unificação política – além de ser uma necessidade da burguesia italiana que precisava de um mercado nacional unificado – respondia principalmente aos interesses e ao novo contexto europeu, que marcava o enfraquecimento do papado e a perda de hegemonia de França, Espanha e Áustria, as quais, em passado, haviam obstaculizado a formação de um Estado nacional.

O Risorgimento foi uma revolução sem revolução, ou seja, no conceito usado por Gramsci, uma revolução passiva, pelas debilidades do Partido de Ação, a formação que reunia as forças liberais mais progressivas da sociedade[29]. Enquanto os moderados constituíam um bloco homogêneo, e um partido dirigente, o Partido de ação, segundo Gramsci, mal chegou a configurar-se como partido, ficando ao contrário mais parecido com um movimento de agitação e propaganda, sem direção politica[30]. Em sua fase de afirmação politica, os liberais não conseguiram impor sua hegemonia e acabaram sendo absorvidos, através da prática transformista, dentro do projeto moderado. Tornaram-se, segundo as palavras de Gramsci, instrumento nas mãos dos moderados. Pela incapacidade de inserir em seu programa de governo as instâncias mais radicais das grandes massas rurais, em particular das massas do Sul, e ao não realizar uma reforma agrária, criavam-se as condições para um aprofundamento da distância entre cidade e campo que parecia reproduzir a mesma relação entre Norte e Sul que o processo de unificação havia criado. Tratou-se, portanto, de uma revolução democrático-burguesa inacabada, dominada pelos moderados, e que aconteceu quando já no contexto europeu a fase progressiva das revoluções burguesas havia se esgotado, e a burguesia iniciava a confrontar-se com o proletariado.

O resultado deste processo inacabado determinou uma sociedade heterogênea, em que relações de produção capitalistas conviviam junto com relações de produção pré-

[29] O Partito d´Azione foi fundado por Giuseppe Mazzini.
[30] GRAMSCI, Antonio, *Il Risorgimento*, Roma, Riuniti, 1975, p. 90

capitalistas, gerando vastas áreas de atraso com permanência de resíduos feudais e – consequentemente – pondo a necessidade de diferentes formas de luta. O processo de abolição do regime feudal, quando ocorreu, como no caso das regiões do Norte, não gerou um processo de democratização das relações sociais de produção e não significou uma redistribuição mais equitativa da terra a favor dos camponeses pela ausência de uma reforma agrária.

Esta tese de Gramsci, da revolução inacabada, tornou-se central na estratégia do Pci no imediato pós-guerra. O Pci identificou-se como o agente principal que poderia concluir o processo do Risorgimento. O partido, portanto, assumia como tarefa a realização de uma revolução democrático-burguesa.

Na mesma linha de Gramsci insere-se o trabalho de outro dirigente comunista, Emilio Sereni, *Il capitalismo nelle campagne*, publicado em 1947, ou seja, quando a obra de Gramsci ainda não era conhecida. Sereni concentrava sua atenção sobre as causas da persistência dos resquícios feudais e do consequente atraso do desenvolvimento industrial. A pobreza do mundo rural, a difusa economia de subsistência, foram os fatores que mantiveram aquém do potencial a demanda interna e dificultaram o crescimento de um mercado nacional. Como Gramsci, Sereni também atribuía estas debilidades à falta de uma revolução agrária que inviabilizou a modernização do Sul, dominado por resíduos feudais. Enquanto a Itália entrava em pleno na produção capitalista no contexto europeu, permaneciam vastas áreas dominadas por uma economia natural.

As observações de Gramsci desencadearam o debate entre historiadores de orientação liberal e marxista. Questionou-se, por exemplo, a possibilidade de falar em burguesia na fase do Risorgimento: Gino Luzzatto, considerado o fundador da história econômica na Itália, por exemplo, sustentava que até 1860, não havendo

desenvolvimento industrial, a classe burguesa estaria ainda em formação. Mas a oposição mais forte à tese de Gramsci e à de Sereni, foi avançada por Rosario Romeo, O núcleo de sua crítica a Gramsci está na questão da revolução agrária. Trata-se, segundo Romeo, de uma hipótese completamente irrealista, viciada pela comparação que Gramsci fazia entre Itália e França, uma comparação invalidada pelo fato de na França na época da Revolução já estar em curso um processo de desenvolvimento capitalista. Diversamente, na Itália, existia uma burguesia mais débil e seu processo de afirmação no poder coincidiu com o início do processo de acumulação do capital, existindo, portanto, uma polarização campo-cidade que na França já havia sido superada permitindo a sucessiva aliança entre burguesia e camponeses. Na Itália a indústria tinha um papel marginal; o comércio estava subordinado à agricultura e as únicas formas de capitalismo com certo grau de desenvolvimento na agricultura estavam presentes no vale do Po, onde existiam grandes empresas agrícolas com ingentes capitais e mão de obra salariada com técnicas de produção e métodos de cultura já avançados. Uma revolução agrária, caso esta tivesse ocorrido, teria eliminado também as formações econômicas mais avançadas, teria provocado a afirmação da pequena propriedade camponesa independente e dado vida a uma democracia rural; este poderia ser um cenário possível no Norte, afirmava Romeo, mas improvável no Sul por causa das condições de atraso[31]. As consequências de uma revolução agrária consistiriam, portanto, num freio para o desenvolvimento da mercantilização da agricultura e da revolução industrial no Norte.

> "Uma vez liquidado o capitalismo agrário mais avançado pela revolução camponesa, e na geral debilidade do capitalismo industrial, o país teria sofrido um arresto em sua evolução a país moderno, não somente no plano da vida econômica, mas em geral das relações civis e sociais"[32].

[31] ROMEO, Rosario, *Risorgimento e capitalismo*, Bari, Laterza, 2008. Estas reflexões em particular estão explicitadas no parágrafo *La tesi del Gramsci e il problema dello sviluppo del capitalismo*
[32] Idem, p. 78

À tese de Sereni do escasso desenvolvimento de um mercado interno e, portanto, de uma demanda que se mantinha baixa, Romeo contrapunha a tese de que, em função das dificuldades na acumulação originária do capital, tornava-se necessária uma contenção dos consumos. Para Romeo existia uma contradição entre desenvolvimento agrário do Sul e desenvolvimento industrial do Norte e a única forma que o Norte teve para desenvolver-se foi através da forte imposição tributária ao Sul. Com a extração desta mais-valia foi possível realizar as infraestruturas tanto no plano administrativo como no comercial que possibilitaram o início do processo de desenvolvimento. O elemento que possibilitou o desenvolvimento industrial foi exatamente o dualismo econômico do sistema após a unificação, o atraso do Sul foi a porta para o desenvolvimento do Norte, enquanto uma revolução agrária teria acabado para bloquear o processo em sua fase inicial.

Nesta polêmica sobre o desenvolvimento italiano inseriu-se também Alexander Gerschenkron, que contestou a tese de Romeo sobre a acumulação primitiva. Em *Economic Backwardness in historical perspective*[33], ele afirmava que não existiria uma ligação entre a mais-valia extraída da agricultura e o desenvolvimento industrial, pois na Itália o Estado não foi responsável pelo desenvolvimento industrial, mas foram os bancos. Segundo Gerschenkron, a revolução industrial na Itália começou entre o fim do século XIX e o inicio do século XX. Remonta a este período a criação de bancos como o Banco Comercial Italiano e o Credito Italiano. A criação destes bancos foi possível pela participação de capitais estrangeiros – alemão e suíço – e do grupo berlinense Bleichröder. Diante da debilidade das forças empresariais o papel dos bancos foi essencial para o crescimento econômico.

[33] GERSCHENKRON, Alexander, *Economic Backwardness in historical perspective*, NY, Washington, London, Frederick Praeger Publisher, 1962.

Concluindo, podemos dizer que, em conjunto, e sobretudo com relação aos outros partidos políticos protagonistas do segundo pós-guerra, o Pci destacou-se pela contribuição à difusão de temas em campo historiográfico que, mesmo que motivados inicialmente pelas exigências postas pelo debate político imediato, conseguiram transcendê-los. Mais em geral, o partido contribuiu, em função da hegemonia exercida na década de Cinquenta e Sessenta entre os intelectuais, a um processo de abertura de uma cultura, como a italiana, voltada a certo provincianismo e a um processo de difusão de massa da que contribuiu democratizando o país.

CAPÍTULO II

A TRAJETÓRIA DO PCI

2.1. Algumas observações preliminares

O Pci nasceu como pequeno partido revolucionário em 1921, viveu quase vinte anos de clandestinidade sob a ditadura fascista que aniquilou grande parte de seus quadros e militantes. Foi capaz, todavia, não somente de resistir como de tornar-se protagonista no período da luta de Resistência contra o nazi-fascismo e conquistar, a partir de então, um papel central na vida política e social italiana durante toda sua existência. Viveu na década de Setenta o seu período de máxima influência na sociedade italiana, alcançando seus melhores resultados eleitorais. Contudo, transformado em partido de massas, o maior partido comunista do mundo ocidental, não conseguiu alcançar o objetivo originário pelo qual nasceu, o socialismo. Podemos dizer que este "objetivo originário" tornou-se, ao longo da história do Pci, um "longínquo horizonte" para os grupos dirigentes do partido.

A partir dos anos da transição da ditadura fascista ao nascimento da "República democrática fundada sobre o trabalho", como afirma a Constituição italiana, até os últimos anos da década de Setenta – anos que consideramos de efetivo esgotamento da experiência comunista na Itália – em diferentes conjunturas nacionais e internacionais, e com diferentes motivações e nuance, a transformação socialista da sociedade ficou progressivamente uma aspiração ideal mais do que um projeto a ser concretamente

realizado.

Os grupos dirigentes que guiaram o partido optaram, na prática, para construir a democracia em um país em que esta não existia. Como havia identificado Gramsci, o Pci agia em um contexto nacional caracterizado pela passividade das classes subalternas e pelo subversivismo das classes dominantes. Neste contexto a democracia era identificada como primeiro terreno fundamental a ser construído para que o movimento operário conseguisse romper com este elemento genético da história italiana. Esta análise de Gramsci, todavia, foi em parte forçada e inserida dentro da visão de revolução em etapas que caracterizou a Internacional comunista na década de Trinta e Quarenta, sob a hegemonia de Stalin e que acabou por cristalizar-se.

O Pci tornou as classes trabalhadoras protagonistas da vida política e social italiana e o fez construindo e ficando dentro dos limites da democracia burguesa. Agiu pelo alto – através de uma batalha institucional e parlamentar voltada a construir as condições legais e constitucionais para contrastar as tentativas de golpes de forças abertamente antidemocráticas e subversivas que nunca cessaram de existir e de agir. E o fez ao mesmo tempo por meio de importantes lutas sociais, organizando politica e sindicalmente massas de trabalhadores, pela primeira vez não somente os operários, mas sobretudo trabalhadores agrícolas, e em particular os das regiões do Sul. Radicalização das lutas como forma para tornar incisiva a luta parlamentar. Todavia, à medida que crescia eleitoralmente (e contemporaneamente crescia o peso institucional), tanto a nível nacional quanto e sobretudo a nível local (regional e municipal), a atuação pelo alto, no campo institucional, tornou-se cada vez mais prioritária.

O resultado deste processo de crescimento e participação de grandes massas, em diversas ocasiões (década de Cinquenta e de Setenta em particular) foi uma radicalização das lutas e do conteúdo das reivindicações que chegavam a transcender as

posições do partido. Produziu-se, portanto, um choque entre a ação parlamentar-institucional (que requeria uma política inevitavelmente voltada aos compromissos e à conciliação) e importantes lutas sociais que acabavam sendo frustradas no altar do parlamentarismo.

O partido que nasceu para fazer a revolução socialista tornou-se, portanto, um partido que conseguiu resultados parciais na construção da democracia e que, com certeza, em razão de sua força social, representou uma barragem contra segmentos das classes dominantes abertamente subversivos. A nosso ver o maior entrave foi o de ter transformado a tática da frente popular, aplicada com sucesso no combate ao nazi-fascismo, em estratégia, e isto foi comum à maioria dos partidos comunistas da Europa ocidental.

Hora, a linha inspirada e permeada pela frente popular, que serviu para derrotar o nazi-fascismo e para tornar o Pci um grande partido de massas, continuou sendo perseguida durante boa parte do período da guerra fria; contudo já não existiam mais as condições para que esta desse, em um novo contexto que era de contraposição total, resultados positivos. Na verdade os grupos dirigentes não conseguiram encontrar caminhos alternativos.

O projeto de democracia avançada, dentro de um quadro de legalidade, que o Pci tentou impulsionar, a nosso ver, não foi ditada exclusivamente pelo contexto internacional: a guerra fria, evidentemente, foi um fator determinante e um limite para todos os partidos comunistas do bloco ocidental que foram obrigados a redesenhar, sem sucesso, novas táticas. Todavia, bem antes da eclosão da guerra fria, já desde a luta de Resistência, o "partido novo" de Togliatti trazia consigo, em sua construção teórica, uma mudança de perspectiva, que não representava *in toto* – na visão do líder comunista – um abandono da construção do socialismo, mas identificava um caminho

particular, amoldado no contexto histórico italiano e que ele, mais tarde definiu como "via italiana ao socialismo". O Pci identificou-se como sujeito protagonista de um segundo *Risorgimento*, ou seja, deu-se o objetivo de realizar um processo que havia ficado inacabado – a revolução burguesa – e que tinha como fim a instauração daquilo que o partido definiu não como regime democrático-burguês, mas como regime democrático progressivo.

A mesma luta de Resistência pode ser um exemplo neste sentido, assim como o será, no Parlamento, a batalha travada pela aprovação da nova constituição. Sem dúvida, se a etapa intermediaria era de conquistar uma democracia de tipo formal, na espera da realização da revolução, o Pci ganhou batalhas importantes, que de fato contribuíram para a transformação da Itália e alcançou importantes resultados, ainda que parciais, para a classe que se identificava com o partido. Foi um baluarte importante contra as tentativas subversivas das classes dominantes italianas que constantemente tentaram desestabilizar a república democrática.

Se não cumpriu a tarefa pela qual nasceu, ou seja, a instauração do socialismo, tornou-se, todavia, protagonista de rupturas parciais. Rupturas parciais porque apresentavam um entrelaçamento de elementos novos, mas não plenamente desenvolvidos pela persistência de elementos de conservação. Isto é particularmente evidente no que diz respeito à estrutura do Estado e às hierarquias econômico-sociais: estas passaram indenes durante a transição do fascismo à democracia; uma situação que Togliatti identificou como "dualismo do poder":

"Há vinte anos que se combate na Itália. Há vinte anos que duas forças adversárias, uma de progresso e revolução, a outra de conservação e reação, se enfrentam e se medem em um conflito que passou pelas mais diferentes fases; entretanto, nenhuma destas fases terminou com o prevalecer definitivo de um dos dois contendores […] Qual a origem desta situação? Esta é consequência de um fato que não pode mais e nunca poderá ser cancelado. As classes populares tornaram-se, em um momento decisivo da história nacional e da história da vida do Estado italiano, protagonistas desta vida e desta história […] A partir desta situação dada, inicia e

funda-se toda a situação de nosso país"[34]

O nó enfrentado pelos estudiosos que se ocuparam do Pci está exatamente nisto: quanto, na história da Itália, o partido acabou sendo instrumento nas mãos das classes dominantes para neutralizar massas organizadas com seu potencial de ruptura e em que medida, ao contrário, conseguiu realmente levar a cabo estas rupturas.

A este propósito, Carocci afirma que houve uma substancial restauração do sistema liberal após a guerra, porém com a inserção de instrumentos das tutelas democráticas garantidos pela presença de grandes partidos de massas[35]; Pavone, pelo contrário, afirma que a Itália representa um paradoxo: primeiro Estado a experimentar o fascismo – manifestação da crise do sistema parlamentar e do princípio da representação – após a ditadura fascista a Itália voltou a um sistema de representação e a uma estrutura burocrática que favoreceram, após um breve período de crise, a volta e a restauração no poder das tradicionais classes dirigentes[36]. Ainda neste debate, teve bastante influência a reflexão de Franco De Felice. Ele afirma que o exercício do poder por parte das classes dirigentes italianas baseia-se sobre o transformismo e, por conseguinte, nos conceitos de compromisso e mediação como formas de recomposição dos grupos dirigentes. E, por outro lado nos conceitos de controle e repressão como forma de governar o conflito, impossibilitando a formação de espaços políticos, e de protagonistas políticos, autônomos e alternativos. Quando não existe a possibilidade de neutralizar os conflitos sociais, pelo esvaziamento ou pela absorção, o transformismo assume a forma de violência aberta[37]. Neste sentido, segundo De Felice, dois dados marcariam uma ruptura importante no segundo pós-guerra: por um lado, não foi

[34] TOGLIATTI, Palmiro, *Per un´Italia nuova*, Rinascita, 5 maggio 1962
[35] CAROCCI, Giampiero, Storia d´Italia dall´Unità ad oggi, Milão, Feltrinelli, 1989
[36] PAVONE, Claudio, *Una guerra civile. Saggio storico sulla moralità della Resistenza*, Turim, Bollati Boringhieri, 2006.
[37] DE FELICE, Franco, *Doppia lealtà, doppio Stato*, **Studi Storici,** Anno 30, No. 3 (Jul. - Sep., 1989), pp. 493-563, cit. p. 512.

possível, de imediato, repropor o transformismo, por causa da derrota das classes dirigentes vinculadas ao fascismo e pela presença de partidos de massas; por outro lado, houve uma mudança institucional significativa, representada por uma constituição que norteia as diretrizes para uma reorganização social e econômica. Neste segundo dado, porém, trata-se apenas de uma constituição programática, ou seja, algo a ser realizado.

Podemos afirmar, portanto, que o Pci conseguiu inserir elementos parciais de ruptura os quais, se por um lado funcionaram como barragem contra tentativas reacionárias, constantemente presentes na história italiana do II pós-guerra, por outro lado, não conseguiram funcionar plenamente como instrumento de construção de uma democracia avançada: o Estado, com seus aparelhos de controle e de repressão, continuava nas mãos da burguesia, em defesa do seu próprio poder. A este propósito, Mao Tse-Tung, em um famoso escrito, perguntava ironicamente a Togliatti:

"A Itália é um país de 50 milhões de habitantes. Segundo as estatísticas, a Itália possui, em tempo de paz, centenas de milhares de funcionários de estado, mais de 400mil homens no exército, quase 80mil gendarmes, cerca de 100mil policiais, mais de 1200 tribunais e cerca de mil presídios, sem contar com o aparelho secreto de repressão. Além disto, na Itália, existem bases militares e tropas Usa. Em suas teses, o camarada Togliatti e os outro camaradas falam com complacência de democracia, de Constituição, do Parlamento da Itália, mas não fazem alguma análise de classe do exército, dos gendarmes, dos policiais, dos tribunais e das prisões e dos outros instrumentos de violência que existem atualmente na Itália. A quem protegem e a quem reprimem estes instrumentos de violência? Protegem o proletariado e reprimem a burguesia monopolista ou protegem a burguesia monopolista e reprimem o proletariado e os trabalhadores? Ao falar em sistema de Estado, um marxista-leninista não deve fugir estes questionamentos, mas deve responder "[38]

2.2. "Fazer como na Rússia"

O PCI nasceu em 21 de janeiro de 1921, filho, como grande parte dos partidos

[38] TSE-TUNG, Mao, *Ancora sulle divergenze tra il compagno Togliatti e noi*, disponivel em http://www.bibliotecamarxista.org/Mao/libro_19/anc_div_comp_togl6.pdf, cit. p. 246, consultado em 29/12/2012.

comunistas, da crise da II Internacional e da vitoriosa Revolução bolchevique de 1917, no quadro de devastação e de profundas transformações econômico-sociais produzidas pela I Guerra Mundial. A experiência da guerra havia sancionado, sobretudo, o fracasso dos partidos socialistas europeus, que não souberam opor-se à guerra e que no pós-guerra acabaram dando sustentação ao sistema capitalista.

O Pci nasceu de uma cisão da ala esquerda do Partido socialista italiano, em um contexto de transformação da sociedade italiana, e foi entre os últimos partidos comunistas a constituir-se. Este relativo atraso deveu-se às peculiaridades do Psi. Como observa Agosti[39], não se pode limitar esta especificidade apenas à composição do partido, mais forte entre os camponeses das regiões do centro-norte do que entre os operários das grandes cidades. Entre os partidos socialistas, o italiano distinguiu-se por uma posição firme de repúdio à guerra. Quando o governo italiano, contra a decisão do parlamento, resolveu a entrada em guerra, o partido lançou o lema "nem aderir, nem sabotar" que, de fato, representava uma forma de compromisso entre uma corrente revolucionária que rejeitava sem ambiguidade a guerra, e uma corrente – mais estruturada e mais forte no plano institucional, representada principalmente pela bancada parlamentar e pela CGL (Confederação Geral do Trabalho) – que se empenhava em garantir a paz social em troca da concessão de direitos trabalhistas. O grande empenho do Psi nas campanhas contra a guerra, inclusive no plano internacional, acabou abafando as contradições no seu interno entre a ala reformista e a revolucionária, quando já em outros países esta divisão se havia consumado ou estava se consumando. A imagem que aparecia, ainda que superficialmente, era de um partido revolucionário. Entretanto, exatamente sua corrente revolucionária mostrou os limites

[39] AGOSTI, Aldo, *Storia del PCI*, Bari, Laterza, 1999, págs. 3-11

maiores. Como evidencia Galli[40], apesar da debilidade teórica, sobretudo após a morte de Labriola, a esquerda maximalista do partido socialista que aglutinava um proletariado radicalizado, podia contar com um número significativo de quadros intermédios e parte importante da direção.

Logo após o fim da guerra, a direção do partido afirmava ter chegado o momento da "realização do socialismo". Quando a corrente de esquerda maximalista do partido, liderada por Serrati, conquistou a maioria, no XV Congresso em 1918 (que se confirmou também no sucessivo XVI congresso de 1919), colocou o partido na mesma perspectiva posta por Lenin, a realização imediata de uma revolução socialista:

> "chegou o momento histórico da realização internacional do socialismo. A guerra, expressão típica da luta de classe, mostrou ao mais simples proletário em que consiste a organização econômica burguesa baseada na propriedade privada […] O partido, pronto a sustentar todas as reivindicações que as circunstâncias colocarão, e que serão reclamadas pelas organizações proletárias, propõe-se, como seu objetivo, a instituição da república socialista e da ditadura do proletariado"[41].

Contudo, a radicalidade declarada nas resoluções e nos discursos contrastava com uma debilidade no plano estratégico: se a desagregação do Estado burguês e a ascensão do proletariado tornavam a revolução iminente, todavia, a esquerda socialista em nenhum momento operou para organizar o proletariado e, sobretudo, suas organizações sindicais, que em maioria apoiavam soluções reformistas.

Além disto, mesmo obtendo a maioria no congresso, esta resolução confrontava-se com as posições moderadas que sustentavam a perspectiva reformista, que tinha entre seus expoentes mais prestigiosos Filippo Turati e Claudio Treves. Poucos meses depois do congresso, uma reunião dos representantes dos parlamentares e da Cgl, reiterava a posição comum aos partidos da II Internacional, que afirmava

> "[...] o clássico e fundamental conceito – que sempre informou nossa propaganda

[40] GALLI, Giorgio, *Storia del PCI. Il partito comunista italiano: Livorno 1921, Rimini 1991*. Milão, Kaos, 1993, p. 12 e seg.
[41] ZIBORDI, Giovanni, *Storia del Partito socialista italiano attraverso i suoi congressi*, Reggio Emilia, La Giustizia, p. 117.

após o crepúsculo do socialismo utópico – pelo qual a instauração do regime socialista não pode ser efeito de um golpe de mão nem sequer de prodigiosas antecipações históricas, mas quer ser alcançada pela gradual conquista de poderes e pela capacidade por parte das grandes massas em todos os campos: técnico, econômico, administrativo, nacional e internacional"[42]

Esta situação de paralisia da esquerda maximalista, revolucionária apenas verbalmente, ocorreu no período crucial do "biênio vermelho" (1919-20).

A situação de impasse do Psi – que inflamava as massas mobilizadas com palavras de ordem que anunciavam o aproximar-se da revolução, mas que se mostrava incapaz, na prática, de superar os limites da velha conduta reformista do partido em um contexto radicalmente transformado – foi resolvida por dois acontecimentos que favoreceram o processo de aglutinação das correntes que darão vida, através da cisão do Psi, ao Partido comunista italiano. O surgimento da III Internacional em 1919 e o fracasso das ocupações das fábricas em 1920, que envolveu 500 mil trabalhadores representaram os dois fatores determinantes.

A adesão do Psi à III Internacional foi imediata, contudo, quando no ano seguinte, durante o II Congresso, colocou-se a subscrição do programa de 21 pontos elaborados por Lenin como condição para aderir, a corrente maximalista do Psi recuou considerando-os inaceitáveis. A expulsão imediata dos reformistas (em uma das clausulas citavam-se explicitamente Turati e Modigliani) e a mudança de nome, de "socialista" para "comunista" foram, no específico, as clausulas que os maximalistas consideravam inaceitáveis. Contudo, o elemento que tornava inadmissível a adesão à III Internacional consistia na divergência da interpretação leninista sobre o período iniciado com a I Guerra mundial e sobre a iminência de um processo revolucionário nos países de capitalismo mais avançado; para o Psi era "pueril afirmar que tal período

[42] Idem, p. 122.

[estava] em sua fase mais aguda no mundo inteiro"[43] e por isto queria uma aplicação não rígida das linhas estabelecidas pela Internacional, mas moldada segundo as condições objetivas de cada país. Outras correntes presentes dentro do Psi, à esquerda da corrente maximalista, porém, mostraram-se favoráveis. Tratava-se da fração comunista abstencionista fundada por Amedeo Bordiga, que se expressava pela revista "Il Soviet" e do grupo de "L´Ordine Nuovo"[44], fundado por Antonio Gramsci, Umberto Terracini, Palmiro Togliatti e Angelo Tasca em Turim.

Os 21 pontos, aos quais contribuiu também Amedeo Bordiga (criticado durante o II Congresso por Lenin por suas posições favoráveis ao abstencionismo nas competições eleitorais), foram elaborados não apenas para dar homogeneidade ideológica à Internacional, que até então, havia registrado a adesão das mais diversas componentes do movimento operário e socialista. Em 1919 previa-se uma expansão do processo revolucionário na Europa ocidental; a Internacional nascia como resposta à exigência de criar uma vanguarda do proletariado – cujo potencial estava sendo neutralizado pelos grupos dirigentes reformistas – e de criar partidos revolucionários nos moldes do partido bolchevique. À Itália olhava-se com particular interesse por ser considerada, em determinado momento, um país que possuía condições favoráveis para a eclosão revolucionária. Em 1919 o País apresentava uma crescente radicalização do conflito de classe que induzia diversos expoentes da Internacional a comparar a situação italiana com a russa: nas regiões do centro-norte, os camponeses que voltavam da guerra ocupavam as terras que o governo havia prometido; nas principais cidades italianas as massas indigentes assaltavam as lojas expropriando alimentos e outros gêneros de primeira necessidade sob o olhar impotente dos proprietários; durante o ano

[43] Idem, p.146

[44] O periódico saiu inicialmente com a denominação "periódico de cultura socialista", para tornar-se depois "jornal dos conselhos de fábrica"

ocorreram 1663 greves no setor agrícola e 208 na indústria. Em Turim, nos estabelecimentos da Fiat, coração do capitalismo italiano, em 1919, os operários organizavam os primeiros conselhos de fábrica, e Antonio Gramsci e Angelo Tasca iniciavam as primeiras publicações de "L´Ordine Nuovo", ganhando consensos nos segmentos mais radicalizados do sindicato dos metalúrgicos. O Partido socialista contava, em 1919, com 87 mil filiados e nas eleições de novembro de 1919 obteve quase dois milhões de votos[45]. Entre 1920 e 1921 chegou a 216 mil filiados. Os sindicatos conheceram um desenvolvimento mais impetuoso ainda: a CGL, que reunia 385 mil trabalhadores em 1912, passou a dois milhões entre 1919 e 1920.

Em 1920, com o grande movimento de ocupação das fábricas, chegou ao ápice o processo de lutas dos trabalhadores italianos, conhecido como "biênio vermelho". O pós-guerra italiano apresentava uma situação econômica particularmente grave que repercutia sobre os trabalhadores, os quais inicialmente revoltaram-se para reivindicar aumentos salariais (que haviam sofrido um processo de depauperação por causa da desvalorização da moeda e da inflação), e melhores condições de trabalho. Contudo, o clima de radicalização das lutas, sustentado também pelos proclamas do Psi que anunciavam a revolução às portas[46], acabou dando um caráter e um conteúdo político às agitações. Quando em 1920, diante da reivindicação de aumento salarial por parte da Fiom (Federação dos metalúrgicos), os industriais recusaram qualquer tipo de tratativa[47] e fecharam as fábricas, quase a totalidade dos estabelecimentos metalúrgicos

[45] Os votos foram 1.834.792, que correspondiam a 32% dos votos totais, e que deram ao partido 156 parlamentares. Veja-se GALLI, Giorgio, *Storia Del PCI. Il Partito Comunista Italiano: Livorno 1921, Rimini 1991,*, o.c., p. 15.

[46] Em início de setembro de 1920 a esquerda maximalista difundia um manifesto em que explicitamente convocava o proletariado do campo e das fábricas à máxima mobilização porque "*o dia da liberdade e da justiça é próximo"*. COLARIZI, Simona, *Storia del Novecento italiano. Cent´anni di entusiasmo, di paure, di speranza*, Milão, BUR, 2007, cit. p. 115.

[47] Sobre a situação de grave crise econômica posta pelos industriais para justificar a recusa da tratativa, Paolo Spriano mostra que, pelo contrário, nos anos da guerra, as maiores indústrias tiveram sensíveis aumentos de capital: a Fiat passou de 17 milhões de liras em 1914 a 200 milhões em 1914; o capital da Ansaldo passou de 30 milhões (1914) a 500 milhões de liras (1919); o capital da Ilva passou de 30

italianos foram ocupados. Imaginou-se que o momento da insurreição estivesse chegando. 500 mil trabalhadores foram envolvidos nas ocupações, que duraram quase um mês, tendo seus núcleos mais organizados em Turim e Milão. Os operários conseguiram, sobretudo em Turim, manter os mesmos níveis de produção e organizar, com a ajuda dos ferroviários, abastecimentos e distribuição. O governo liderado por Giolitti decidiu não intervir com o objetivo de recolocar todas as movimentações no plano da estreita reivindicação sindical mas, por outro lado, pesou a inércia do Psi que não soube dar uma resposta. Diante desta situação, portanto, o movimento ficou de fato sem uma direção política: as reuniões nos dias da ocupação entre Psi e Cgl não consideraram maduro o movimento e o momento para a revolução socialista. De potencial início de um processo revolucionário, as ocupações terminaram com a desmobilização: o movimento conseguiu obter resultados sindicais importantes, mas saiu derrotado do ponto de vista político. Poucos anos depois Gramsci escrevera:

> "Enquanto classe, os operários italianos que ocuparam as fábricas mostraram-se à altura das tarefas e das funções. Todos os problemas que lhe foram postos pelas necessidades do movimento foram brilhantemente resolvidos. Não puderam resolver os problemas dos abastecimentos e das comunicações porque as ferrovias e a frota não foram ocupadas. Não puderam resolver os problemas financeiros porque os institutos de crédito e as empresas comerciais não foram ocupados. Não puderam resolver os grandes problemas nacionais e internacionais porque não conquistaram o poder de Estado. Estes problemas deveriam ter sido resolvidos e encarados pelo Partido socialista e pelos sindicatos que, ao invés, fracassaram vergonhosamente, usando como pretexto a imaturidade das massas; na realidade, os dirigentes eram imaturos e incapazes, não a classe. Por isto aconteceu a ruptura de Livorno e criou-se um novo partido, o Partido comunista"[48]

Foi neste momento que ocorreu a aproximação entre a fração abstencionista comunista unida em torno do jornal "Il Soviet" liderada por Bordiga e a revista "L´Ordine Nuovo" e que, também sob a pressão da Internacional comunista, certa de contar com a adesão da grande maioria do Psi, começou a concretizar-se a perspectiva

---

milhões (1916) a 300 milhões de liras (1919). SPRIANO, Paolo, *L´occupazione delle fabbriche. Settembre 1920*, Turim, Einaudi, 1973, p. 40-41.

[48] GRAMSCI, Antonio, *Ancora delle capacità organiche della classe operaia* (artigo não assinado), in **L´Unità**, 1 de outubro de 1926. Disponível em http://archiviostorico.unita.it/cgi-bin/highlightPdf.cgi?t=ebook&file=/archivio/uni_1926_10/19261001_0001.pdf&query= consultado em 20/06/2012.

de cisão. Esta ocorreu poucos meses depois, durante o XVII Congresso do partido em janeiro de 1921. As duas dissidências do Psi convergiam sobre a análise leninista de que o processo posto em movimento pela guerra mundial levaria em tempos curtos à dissolução do capitalismo e ofereceria ao proletariado a possibilidade de conquista do poder. Existia neste sentido uma homogeneidade entre os dois núcleos originários que comporão o futuro grupo dirigente do Pci. Contudo, existiam também – pelo menos na fase inicial – percursos teóricos diferentes que, ao questionar-se sobre as deficiências do Psi e do movimento socialista em seu conjunto, geravam respostas diferentes. Em Turim, o grupo de L´Ordine Nuovo – e Gramsci particularmente – era influenciado e fascinado pela experiência dos conselhos de fábrica; este instrumento passou a ser visto como o real motor da transformação revolucionária: mais do que o partido, os conselhos constituiriam o "esqueleto do Estado socialista":

> "O Estado socialista existe já potencialmente nos institutos de vida social característicos da classe trabalhadora explorada. Ligar estes institutos entre eles, coordená-los e subordiná-los em uma hierarquia de competências e de poderes, centralizá-los fortemente, no respeito das também necessárias autonomias e articulações, significa criar, desde já, uma verdadeira democracia operária, eficiente e ativamente contraposta ao Estado burguês, preparada desde já para substituir o Estado burguês em todas suas funções essenciais de gestão e de domínio do patrimônio nacional"[49]

Em torno desta visão começou a aproximação e o diálogo – crítico e polêmico – com o grupo vinculado a Bordiga, que na época já era líder reconhecido, e que se expressava no jornal "Il Soviet". A crítica de Bordiga a Gramsci movia da subestimação do papel do partido. O erro que ele atribuía a Gramsci era de tornar a questão do poder na fábrica mais importante do que a questão do poder político:

> "Os conselhos operários surgem no momento da insurreição política, mas podem surgir também em um momento histórico em que o poder da burguesia se encontre em uma grave crise... O problema revolucionário não consiste na criação dos Conselhos, mas na passagem do poder político em suas mãos. Nós não apontamos a conquistas parciais"

[49] GRAMSCI, Antonio, *Democrazia Operaia*, in **L´Ordine Nuovo**, 21 giugno 1919, disponivel em http://www.marxists.org/italiano/gramsci/19/democraziaoperaia.htm consultado em 12 de novembro de 2012.

. Ele evidenciava o fato de Turim, ou seja, a vanguarda operária, não ter a força suficiente para aglutinar e dirigir as massas camponesas[50]. Tornava-se necessária a organização de um partido diferente do antigo Psi, mas moldado no modelo bolchevique, capaz de criar uma estrutura ilegal e de agir ilegalmente. E a experiência das ocupações dava-lhe razão neste momento. Sem um partido revolucionário, uma situação revolucionária não tinha a possibilidade de evolver e avançar. Essencialmente aqui reside a diferença entre os dois grupos. Já em 1920 percebeu-se uma mudança em Gramsci, com uma diferente consciência sobre esta questão:

> "A existência de um Partido comunista coeso e fortemente disciplinado que, através de seus núcleos de fábrica, de sindicato, de cooperativa, coordene e centralize em seu comitê executivo central toda a ação revolucionária do proletariado, é condição fundamental e indispensável para tentar qualquer tipo de experimentação de Soviét.; faltando esta condição, toda proposta de experimentação deve ser rejeitada como absurda e útil apenas aos detratores da ideia dos sovietes"[51]

Todavia, quando finalmente em 1921 a vanguarda pronta e disposta a "fazer como na Rússia" fundava o Partido comunista, o contexto econômico, político e social italiano já havia mudado: o fechamento do "biênio vermelho" marcava o esgotamento e a derrota do movimento operário. Não somente havia mudado o contexto nacional, mas a perspectiva da revolução na Europa se afastava. O Partido comunista italiano nascia, assim, tardiamente, na fase de refluxo do movimento operário, no momento de sua derrota e finalmente ocasionado por esta derrota.

Os primeiros anos já obrigaram o partido a viver em uma situação de emergência, sob os golpes da violência fascista, que se tornou, em breve, aberta ditadura, no contexto nacional e sob o peso da Internacional Comunista e das transformações que

---

[50] Em 1920 havia na Itália 4 milhões de trabalhadores industriais, 4 milhões de trabalhadores agrícolas e 4 milhões de camponeses. Veja-se Spriano, Paolo., *L´occupazione delle fabbriche. Settembre 1920,* o.c., p. 35.

[51] GRAMSCI, Antonio, *Per il rinnovamento del Partito socialista*, in **L´Ordine Nuovo**, 8 maggio 1920, disponível em http://www.antoniogramsci.com/rinnovamento.htm consultado em 12 de novembro de 2012.

esta organização iria atravessar entre a década de Vinte e de Trinta. Não se entende a história do Pci, a mudança completa do primeiro grupo dirigente em 1926 (Congresso de Lion); as diferentes táticas aplicadas na luta contra o fascismo ao longo de sua existência e as diversas interpretações sobre o fascismo, se a esta história não se acompanha a história e a evolução da IC e da União Soviética que hegemonizou o partido da revolução mundial. Um dos dados mais evidentes desta influência foi a formação, em todos os partidos comunistas ocidentais, de grupos dirigentes interpretes da nova linha imposta pela Internacional comunista.

Na Itália que via o Pci nascer, a burguesia se reorganizava: diante das agitações sociais e do esgotamento da antiga classe dirigente liberal, que se mostrava incapaz de enfrentar a onda crescente das reivindicações operárias, a burguesia apoiava e sustentava os esquadrões de combate do nascente Partido nacional fascista que, por sua vez, em uma escalação de violência, assaltavam e destruíam as sedes das organizações socialistas, matando seus lideres sindicais e simples militantes. À subestimação do fenômeno fascista por parte do Psi, o Pci respondeu lançando um apelo que chamava os proletários à luta armada, enxergando no fascismo a confirmação da crise final do capitalismo.

Não somente na Itália o movimento operário vivia uma fase de refluxo. Na Alemanha, em particular, outro país onde se esperava uma evolução positiva do processo revolucionário, a insurreição levada a cabo pelo partido comunista em 1921, terminou em derrota. No III Congresso da IC diante da fase de refluxo do movimento operário, prevaleceu a tese de Lenin da “frente única”, ou seja, uma reaproximação dos partidos comunistas aos partidos socialistas ou reformistas. Lenin e Trotsky consideravam a desaceleração do processo revolucionário como um fator transitório. Tornava-se necessário, para os partidos comunistas ocidentais, conquistarem as massas

que ainda apoiavam as forças reformistas. Os partidos reformistas davam sustento a um sistema agonizante e por isto, para conquistar a maioria das massas, as lutas imediatas deveriam ser travadas ao lado destas forças. Para um partido recém-formado que ainda estava construindo e plasmando sua identidade, justamente em contraposição aos reformistas, dos quais se havia separado há pouco tempo, a perspectiva de reaproximação era tarefa de difícil realização: tanto os reformistas liderados por Turati, como os maximalistas de Serrati haviam mostrado a incapacidade de dirigir as lutas operárias, tornando-se responsáveis pela afirmação do fascismo.

A partir de então se abriu um período de contrastes entre os comunistas italianos e a IC e dentro do próprio partido que terminará com a afirmação, em poucos anos, de um novo grupo dirigente.

Em seu II Congresso (março de 1922), o Pci mostrou-se efetivamente contrário a qualquer hipótese de colaboração com o Psi, inclusive quando este partido sofreu sua segunda cisão, que levou à exclusão da corrente reformista de Turati. E também depois das pressões da IC para que o partido se reunificasse com o Psi de Serrati. A única forma de frente única que o partido declara viável durante o II Congresso era no campo sindical. Previa-se como perspectiva política – e era uma visão comum à quase totalidade do grupo dirigente – uma fase hegemonizada pela socialdemocracia. Gramsci, não diferentemente de Bordiga afirmava:

> "Contra a avançada da classe operária ocorrerá a coalizão de todos os elementos reacionários, desde os fascistas até os populares e os socialistas: os socialistas, aliás, tornar-se-ão a vanguarda da reação contra os proletários, pois eles conhecem melhor as debilidades da classe operária"[52]

Atrás desta postura sectária estava uma subestimação do potencial reacionário da burguesia italiana, e uma visão do fascismo como "consequência inelutável do desenvolvimento do regime burguês". Bordiga não diferenciava em sua análise

[52] SPRIANO, Paolo, *Storia del Pci. Da Bordiga a Gramsci*, Turim, Einaudi, 1975, 5 vols., vol I, p. 138.

fascismo e democracia burguesa. Não enxergava os elementos de atraso presentes ao seu interno. Para o líder comunista, o caráter moderno do liberalismo italiano tornaria inconsistente a persistência de resquícios feudais no Sul da Itália, onde prevaleceria uma burguesia agrária, forte já desde os tempos da unificação[53]. Tratava-se de uma visão oposta à de Gramsci, que em 1922 insistia exatamente em evidenciar a debilidade e o atraso estrutural da burguesia italiana, que se soldava com o processo de esvaziamento do sistema parlamentar, sobre os limites da política de Giolitti, a mesma que Togliatti no pós-guerra avaliará positivamente.

Em pouco mais de um ano de vida, o partido que deveria levar a cabo a revolução bolchevique, encontrou-se na condição de lutar por sua própria sobrevivência: a possibilidade de uma revolução na Europa em tempos curtos havia desvanecido; o movimento operário italiano havia perdido sua força; a burguesia havia conseguido reorganizar-se e o fascismo havia chegado ao governo. Em 1922, entre fevereiro e abril, quase o inteiro comitê central do partido – composto por 16 membros – foi preso, a começar pelo secretário Bordiga, com a acusação de conspiração contra o Estado. O conflito com a IC, que se tornava mais tenso pela insistente indisciplina em atuar a "frente única", era mais um fator que colocava em risco a sobrevivência do recém-formado partido, que não podia de fato sobreviver sem o apoio de uma estrutura internacional. É neste contexto que tomou forma um novo grupo dirigente, não pela existência, neste momento, de conflitos internos, mas pela própria pressão da IC. A partir de agora Gramsci, indicado pela IC, tornar-se-á protagonista de uma articulação para construir um novo grupo dirigente, ciente também do fato de o partido estar em um *cul de sac*, numa linha estéril que o isolava. O primeiro passo foi a unificação, ou melhor, a confluência, do Psi de Serrati dentro do Pci, posta com força por Zinoviev em

[53] BORDIGA, Amedeo, *I rapporti delle forze politiche e sociali in Italia*, Rassegna comunista 30 settembre- 31 ottobre 1920, disponível em http://www.quinterna.org/archivio/1921_1923/rapporti_forzesociali.htm consultado em 20/11/2012.

sua função de dirigente da IC, e este foi também o primeiro atrito entre Gramsci e Bordiga. A força de Bordiga, todavia, neste momento não estava em discussão e apesar das dificuldades objetivas de levar adiante sua ação política pelos obstáculos crescentes postos pelo fascismo com as novas leis e com a violência cada vez mais crescente, o partido viu aumentar o número de seus militantes. Depois das eleições de 1924, distinguiu-se entre os partidos antifascistas para propor, ao invés do que um simples abandono da assembleia parlamentar[54] como forma de contestação do fascismo, um "antiparlamento" formado por todos os deputados antifascistas, uma proposta que não teve sucesso e que levou o Pci a desenvolver sozinho no parlamento uma oposição aberta ao fascismo, em postura polêmica com o antifascismo moderado. Sucessivamente, quando o fascismo declarou fora da lei todos os partidos, a própria bolchevização permitiu a sobrevivência do Pci: os militantes como "revolucionários profissionais" e, sobretudo, a transformação da organização – de seção a célula – garantiram a presença de uma rede clandestina comunista ativa, estruturada em todo o território nacional, durante o inteiro período ditatorial. Isto tornou o Pci o único partido presente e ativo, clandestinamente, na Itália, o que significou também uma repressão que foi quantificada em 4 mil condenações por parte do Tribunal Especial, equivalente a 230 séculos totais de prisão. Mas por outro lado, é o elemento que também explica o enraizamento na sociedade e a posição hegemônica dos comunistas entre as forças antifascistas durante a luta de Resistência.

Segundo as indicações da IC, como dissemos, era preciso que o Pci mudasse de linha e de grupo dirigente. Gramsci conseguiu deslocar a grande maioria que apoiava o secretário Bordiga no III Congresso do partido que se realizou em Lion em 1926. As teses traçavam a nova orientação: tratava-se de aplicar a estratégia leninista na Itália;

[54] O episódio é conhecido como "retirada do Aventino", ou seja, a abstenção de qualquer atividade política como forma de contestação por parte dos deputados dos partidos antifascistas.

sendo a Itália um país capitalista, a única revolução que podia ter lugar era uma revolução socialista; aplicação da tática da frente única; luta ao esquerdismo; formulação, através de um documento apresentado por Gramsci, da "questão meridional", e necessidade de formar um bloco entre operários do norte e trabalhadores agrícolas e camponeses pobres do sul, estabelecendo objetivos transitórios, para chegar à revolução do proletariado. Pensava-se, erroneamente, numa curta duração do regime fascista que, pelo contrário, ganhava força e eliminava progressivamente todas as estruturas do estado liberal. Em 1926 ocorreu uma nova onda de repressão do governo fascista que decapitou a direção comunista: todos foram presos com a exceção de Togliatti que conseguiu fugir.

Ao mesmo tempo na IC e no governo da União Soviética, após a morte de Lenin, crescia a influência de Stalin sobre os outros líderes. Este foi talvez o período mais difícil para os comunistas italianos, no exílio ou na clandestinidade na Itália, e esmagados entre a repressão fascista e a repressão stalinista.

2.3 "Não faremos como na Rússia". O Partido novo.

Como foi possível transformar em poucos anos um pequeno partido que nos primeiros anos de sua existência contava com cerca de vinte mil filiados e que por quase duas décadas (1926-1943) viveu na clandestinidade em um grande partido de massa[55]?

As raízes desta transformação, e das contradições que ela trazia consigo, podem ser encontradas na soldagem de dois elementos que agem dentro de um período – meados

[55] Durante o V congresso, em 1945, o PCI contava com cerca de 1.800.000 filiados. No ano seguinte, o numero dos filiados ultrapassou os dois milhões.

da década de Trinta e início da década de Quarenta do século passado – que mudou substancialmente a estratégia dos partidos comunistas e da III Internacional. O primeiro destes elementos é constituído pelas análises e pelas reflexões elaboradas por Antonio Gramsci, realizadas, em grande parte, em uma situação de isolamento a que o fascismo o havia forçado. Por outro lado, deve-se ao papel proeminente exercido por Togliatti em pelo menos três décadas, tanto como secretário do partido italiano, quanto como dirigente do Komintern.

Ele elaborou uma teoria da revolução refletindo sobre a derrota do movimento operário europeu e, mais especificamente, do movimento operário italiano. À morte de Gramsci, em 1937, Togliatti conseguiu recolher seus escritos, que procurou pôr a salvo do fascismo, enviando-os a Moscou, onde pôde lê-los e estudá-los atentamente. Os estudos e as reflexões de Gramsci, assim, constituíram em grande parte a base para a sucessiva elaboração teórica de Togliatti.

Togliatti foi o principal artífice da soldagem entre estes dois elementos, sob vários pontos de vista: ele foi, junto com Dimitrov, o principal teórico da nova estratégia da Internacional Comunista; e pôde experimentá-la na prática, em sua experiência na guerra de Espanha, onde ele começou a desenvolver a ideia de "democracia de tipo novo". O verdadeiro ato de nascimento do Pci como partido de massas – protagonista da vida política nacional – unanimemente identificado pela historiografia com a "viragem de Salerno", foi resultado de um longo processo iniciado em meados da década de Trinta.

As origens do "partido novo" podem ser identificadas como desenvolvimento da estratégia adotada pelo Pci no período da Resistência, que por sua vez, representa a aplicação da linha política tomada pela Internacional Comunista desde 1935, durante o

VII Congresso. Esta linha, como ressalta Sasson,[56] foi algo mais do que uma simples linha tática, tornou-se de fato uma estratégia que norteou a ação de grande parte dos partidos comunistas do Ocidente no segundo pós-guerra. Uma breve retrospectiva sobre o papel do Pci e em particular do seu secretário Palmiro Togliatti em qualidade de dirigente da IC é necessária para nossa análise, pois é a partir de então que o Pci deixou de ocupar uma posição periférica para tornar-se importante protagonista tanto no quadro do movimento comunista internacional como na história italiana.

Além disto, analisar este período ajuda a esclarecer e em parte a dissipar algumas críticas levantadas na reflexão política e historiográfica que apontam o Pci como responsável por uma Resistência "traída" e pela sua sucessiva capitulação diante do reformismo que caracterizariam o partido no segundo pós-guerra: o Pci conduziu a guerra contra o fascismo como guerra de libertação nacional e não como guerra para instauração do socialismo, assim como vinha teorizando desde meados da década de Trinta; nesta mesma perspectiva, podemos ressaltar que não teve suficiente autonomia para conseguir outro objetivo declarado desde o VII congresso da IC, a teoria do policentrismo, isto é, a autonomia teórica e prática de todos os partidos comunistas em desenvolver vias nacionais ao socialismo, ratificada pelo congresso. As "vias nacionais", de fato, foram submetidas às necessidades e exigências da política soviética. Neste aspecto, pagou o tributo, como a maioria dos partidos comunistas à política stalinista pelo menos até meados da década de Cinquenta.

O VII Congresso da IC marcara uma ruptura radical com a precedente resolução adotada em 1929 quando, ao identificar fascismo e socialdemocracia – social-fascismo – como inimigos comuns da classe operária, a IC decidiu adotar a linha de "classe contra classe", preconizando uma luta direta, sem fases intermediarias e sem nenhum

[56] SASSON, Donald, *Togliatti e la via italiana al socialismo*, Einaidi, Turim, 1980, p. 4.

tipo de aliança entre partidos comunistas e outras forças, para a tomada do poder. Para entender esta fase da IC é necessário entender o contexto e as formas em que isto aconteceu. A crise capitalista de 1929 e a avançada dos comunistas na Alemanha valoravam a tese de um iminente colapso do capitalismo, de uma radicalização da luta de classes e propunham para os partidos comunistas a tarefa da conquista imediata do poder, uma revolução proletária sem etapas ou formas transitórias de governo.

Esta linha foi substituída – sem que houvesse alguma autocrítica a respeito das precedentes posições – pela da frente única, isto é, uma aliança entre comunistas e socialistas, e pela da frente popular, que consistia na criação de um amplo bloco social e político, construído junto com a socialdemocracia e com as outras forças burguesas.

Este bloco, baseado na centralidade da classe operária, deveria tornar-se protagonista na luta contra o nazi-fascismo, identificado a partir de agora como inimigo principal, e criar e defender, onde estas existiam, as liberdades democrático-burguesas. Os elementos decisivos para impulsionar esta nova posição foram dois: um movimento em grande parte espontâneo que provinha debaixo e que, diante da avançada fascista na Europa impulsionava as bases militantes socialistas e comunistas a uma unidade de ação. Neste sentido o desdobramento dos acontecimentos na França em fevereiro de 1934 constituiu o primeiro ensaio e a primeira desmentida da política da IC: a greve geral promovida pela CGT contra as ligas fascistas pela defesa das instituições republicanas e das liberdades democrático-burguesas registrou a adesão do Partido comunista francês (neste momento o partido mais sólido após os partidos soviético e chinês, com mais de trinta mil filiados); a base comunista uniu-se e manifestou junto com os socialistas, depois de terem ocorrido manifestações distintas dos dois partidos nos dias precedentes. Sobre a pressão espontânea das bases dos militantes sindicais e dos trabalhadores organizados na CGT e na CGTU, depois de mais de dez anos de

divisão, o partido comunista e o socialista reaproximavam-se encontrando na unidade antifascista um terreno comum. Esta reaproximação tornara possível em 1936 a formação do governo de frente popular liderado por Leon Blum. Além disto, a aliança da União Soviética com a França em 1934 para contrastar a Alemanha nazista, constituiu o fator decisivo para a mudança de linha de todos os partidos comunistas sancionada pelo VII Congresso da IC. Dois anos mais tarde, em 1936, a guerra civil na Espanha ofereceu um novo teatro de experimentação para testar a nova linha da IC. Como ressaltado por vários historiadores o VII Congresso foi aquele que mais demorou a ser preparado e que, ao mesmo tempo, apresentou completa ausência de dialética interna[57]: não houve debate, ou ao menos isto não aconteceu nos canais e na sede oficiais, e não foi levantada alguma voz crítica com relação ao passado; fazê-lo significaria envolver não apenas a direção da IC, mas também o partido russo e sobretudo Stalin. Como dissemos o motor que impulsionou a transformação profunda e repentina de linha foi a mudança ocorrida na política externa da União Soviética, em função da consolidação do nazismo na Alemanha. Em 1934, depois de um inicial momento de imobilismo e de espera com relação à política alemã, a política externa soviética deu início, com decisão, a uma série de ações para contrastar o avançar das forças fascistas que ameaçavam assediá-la tanto na fronteira ocidental como na oriental. Este dado foi com certeza o que mais pesou em determinar a inversão de rota da IC. Todavia, existiam também pressões por parte dos partidos comunistas ocidentais diante do deteriorar-se da situação, não apenas na França, como dissemos. A catástrofe que se abateu sobre o KPD, maior partido comunista após o russo, que foi aniquilado com tanta facilidade pelos nazistas, foi ulterior sinal da necessidade de uma mudança.

[57] Veja-se entre outros: RAGIONIERI, Ernesto, *La Terza Internazionale e il Partito comunista italiano*, Turim, Einaudi, 1978, pág. 37ss; SPRIANO, Paolo, *Storia del Partito comunista italiano*, o.c., vol. 1, p. 35ss; GALLI, Giorgio, *Storia del PCI*, o.c.; AGOSTI, Aldo, *Bandiere Rosse. Profilo storico dei comunismi europei*, Roma, Riuniti, 1999; AGOSTI, Aldo, *Togliatti. Un uomo di frontiera*, UTET, Turim, 2003.

A história do Pci e em particular de seu secretário, Palmiro Togliatti, a partir deste momento mudaram de forma radical. Togliatti será o principal articulador, juntamente com Dimitrov, da política da Internacional a partir de 1934. O Pci vinculará toda sua política à perspectiva da frente popular, transformando esta escolha tática em linha estratégica, o que se tornará a característica precípua da política do Pci, assim como de boa parte dos partidos comunistas da Europa Ocidental, no pós-guerra. Não somente, pela primeira vez desde a fundação da IC, o partido italiano, pouco presente nos anos dos grandes debates teóricos que decidiram as linhas programáticas da organização, deixou de ocupar uma posição periférica para tornar-se protagonista a nível internacional. Seria o resultado da fidelidade e da contribuição à afirmação do stalinismo por parte do secretário do partido italiano? Sem dúvida o percurso político de Togliatti é vinculado estreitamente à figura de Stalin, tanto de um ponto de vista político, por ter sido interprete da política stalinista pelo menos a partir de 1934, assim como por ter sido partícipe dos "processos" na segunda metade da década de Trinta.[58].

Desde 1926, isto é, desde seu III Congresso, que teve lugar em Lion, o Pci havia identificado como sua tarefa principal a unificação dos sujeitos revolucionários na Itália, isto é, a classe operária, o proletariado agrícola e os camponeses do Sul, que viviam em situação de extrema pobreza; unificá-los e conduzi-los à ditadura do proletariado, sem descartar objetivos intermediários e transitórios. A previsão era de uma rápida crise e queda do fascismo, até então considerado como uma manifestação em substância tradicional das classes dominantes italianas. Entre 1927 e 1928 o caráter da revolução italiana foi ulteriormente e melhor definido ressaltando sua característica

[58] É interessante a este propósito uma declaração de Franco Rodano, amigo intimo de Togliatti além de membro do grupo dirigente do PCI: "Não se entende Togliatti sem entender esta verdade: ele julgava Stalin em modo positivo. Não se pode escrever uma biografia de Togliatti se não se sai do habito provinciano de negar a função da mentira. As mentiras, ditas no quadro das grandes instituições, têm uma verdade. Assim se devem considerar as mentiras de Togliatti dentro do stalinismo", BOCCA, Giorgio, *Togliatti*, cit. p. 255.

mais popular do que proletária, insistindo novamente sobre a eventualidade de estabelecer etapas democráticas. A viragem da IC durante o VI Congresso colheu de surpresa o partido italiano. A não imediata absorção por parte de uma parte do grupo dirigente, em particular Ruggero Grieco e Angelo Tasca, provocou duras críticas do Komintern, criando uma situação de conflito dentro do grupo dirigente. A nova linha, que afirmava o perfilar-se de uma fase de radicalização da luta de classe e a formação em tempos breves de uma nova onda revolucionária que teria como centro a Alemanha, levou à formulação da teoria do social-fascismo, isto é a equiparação entre socialdemocracia e fascismo como duas expressões da burguesia, e a identificação do inimigo principal na socialdemocracia. Esta nova orientação surgiu no meio do conflito entre Stalin e Bucharin, o segundo difícil obstáculo por Stalin após a liquidação de Trotsky, no seio do Pcus e no momento de fortalecimento do predomínio pessoal de Stalin e da imposição do culto da personalidade, que o VII Congresso sancionará de forma explicita. Este clima pesava não somente na Urss, mas repercutia também diretamente na IC, portanto a linha do social-fascismo foi imediatamente absorvida pelos partidos comunistas.

Ainda mais repercutiu sobre o Pci, um partido estremecido pela persecução fascista e que sobrevivia graças à ajuda financeira da IC e que, em dois meses adequou-se à nova linha. Em 1929, durante o X Plenum, Togliatti declarou:

> "evidemment l'experiénce faite par le parti allemand est sans doute la plus importante de ces dernieres temps [...] C'est en Allemagne que s'accomplit de la façon la plus rapide le procès de transformation réactionnaire de la social-democratie [...] Voilà porquoi dans l'expérience du prolétariat allemand nous pouvons trouver une ligne directrice pour toute l'activité de l'Internationale"[59]

Logo depois chegou a expulsão de Tasca, representante italiano na IC e defensor das posições de Bucharin (assim como Togliatti, que tinha com o dirigente soviético

[59] **La correspondance internationale**, 8 de outubro de 1929, p. 1377, cit. in BOCCA, Giorgio, Palmiro Togliatti, Milao, Mondadori, 1978, p. 213.

uma relação privilegiada), solicitada pelo diretivo da IC, e justificada como "manifestação aberta de oportunismo [...] uma tentativa de revisão radical da linha política fixada pelo VI congresso mundial"[60]

Esta nova linha encontrou o apoio dos "jovens" do partido, Pietro Secchia e Luigi Longo em primeiro lugar, mas provocou também fortes conflitos dentro do grupo dirigente[61], os quais se alastraram nos anos sucessivos mostrando uma forte dialética interna que questionava em diversas ocasiões a linha de Togliatti. Os dirigentes presos, sobretudo Gramsci e Terracini, manifestaram o dissenso reafirmando a validade da antiga linha do partido, a necessidade de etapas transitórias, e lançando a palavra de ordem da Assembleia Constituinte Republicana. Diversamente do quadro fornecido por Paolo Spriano, parece não existir um consenso unanime em torno de Togliatti neste período.

Entre 1930 e 1932 o Pci ficou quase que completamente ausente do debate internacional, evidentemente desorientado com a linha do social-fascismo e pelo clima instaurado dentro da IC que, à medida que avançava a eliminação dos inimigos de Stalin, se tornava um lugar fechado ao debate, dominado pelo dogmatismo e pela repetição mecânica de seus princípios e de obediência ao líder. No XII Plenum, em sua intervenção Togliatti foi obrigado, para prestar homenagem a Stalin e ao stalinismo a desmentir as precedentes teorias sobre o fascismo que o partido havia elaborado, em particular a de Gramsci, porque Trotsky a retomava em parte para explicar os acontecimentos na Alemanha. O discurso, mesmo que voltado contra Trotsky, era uma clamorosa retratação do trabalho realizado desde o Congresso de Lion:

"o movimento da pequena burguesia que constitui a base de massa das organizações fascistas não pode ser considerado como elemento independente tampouco como elemento determinante para a evolução do fascismo e para sua marcha ao poder. O elemento determinante é dado pelo

[60] **Lo Stato Operaio**, a. III, n. 7, settembre-ottobre 1929.

[61] O partido ficou oficialmente sem um secretário de 1926 (ano em que Gramsci foi aprisionado) até a nomeação, em 1934, de Ruggero Grieco que ficou no cargo até 1938.

grande capital financeiro"[62].

Consequentemente, a lição pratica à qual se chegava era de que apenas uma revolução poderia derrotar o capital financeiro. Esta declaração é particularmente significativa do clima na IC se considerarmos que, apenas três anos depois, em 1935, a inversão de marcha do VII Congresso possibilitará a Togliatti de desenvolver uma análise sobre o fascismo italiano por diversos aspectos convergente com a que Gramsci estava desenvolvendo na prisão e que na época ainda não era conhecida pelos outros dirigentes do partido.

Apesar das condições que acabavam impondo a autocensura aos delegados, o trabalho desenvolvido por Togliatti, designado como relator no congresso, revelou-se decisivo tanto para a futura posição do movimento comunista internacional como para a futura política do Pci. As diretrizes sobre as quais ele trabalhou, substancialmente, foram duas: a necessidade de uma luta por etapas dos partidos comunistas para derrotar o nazi-fascismo e, para tal fim, uma maior autonomia dos partidos para que estes encontrassem vias nacionais para a revolução. Neste trabalho afundam as raízes de conceitos como "democracia progressiva" que em poucos anos, os anos terríveis da guerra, tornar-se-á o núcleo da estratégia dos comunistas italianos.

À luz da nova linha, Togliatti trabalhou essencialmente sob duas frentes: por um lado voltou-se a investigar a história italiana, em particular o processo do Risorgimento, no esforço de elaborar teoricamente a passagem da revolução burguesa à revolução proletária. Estes elementos em parte já estavam presentes na reflexão do Pci, mas a teoria do social-fascismo havia obrigado a abandoná-los. Por outro lado, o elemento que mais lhe permitiu aprofundar este tema na prática foi a experiência da guerra civil na Espanha, imediatamente identificada como grande questão internacional. Ele

[62] BOCCA, Giorgio., *Togliatti*., cit., p. 213.

declarava:

> "A república democrática que está surgindo na Espanha não se parece com uma república democrática burguesa de tipo comum. Ela está se criando no fogo da guerra civil que tem como parte dirigente a classe operária. O traço característico desta nova república democrática consiste no fato de que nela, o fascismo que se levantou contra o povo, foi esmagado pelo povo em armas"[63]

Observando a fase inicial da guerra civil espanhola, Togliatti enxergou nela imediatamente seu caráter popular, nacional e antifascista, apontando a necessidade de uma primeira ruptura, uma fase democrático-burguesa que teria como tarefa a eliminação dos traços feudais ainda presentes na sociedade espanhola, o combate ao poder monárquico e clerical.

Para tal objetivo o primeiro passo era uma reforma agrária. Os acontecimentos espanhóis levavam Togliatti, a reconsiderar e a retomar as posições elaboradas pelo Pci no período de *L´Ordine Nuovo*, nos primeiros anos da década de Vinte, ou seja, no momento de afirmação do fascismo.

Discutiam-se aí as relações entre fascismo e capitalismo e apontava-se como exigência primária da luta antifascista, uma fase intermediaria, ou transitória, para chegar à revolução socialista. De que forma o Pci considerava e interpretava o fascismo? A análise de Antonio Gramsci, diferentemente das teorias elaboradas por Bordiga e mais tarde pela IC que consideravam o fascismo como uma simples reação contra o proletariado, expressão da burguesia, punha em evidência o caráter essencialmente pequeno-burguês do movimento.

Diante de uma análise basicamente economicista da IC, influenciada sobretudo pela leitura dos partidos russo e alemão, Gramsci propunha uma leitura que investigava as particularidades do fenômeno italiano[64] e identificava a base do fascismo nos

---

[63] ERCOLI, *Sulle particolarità della rivoluzione spagnola,* in **Lo Stato Operaio**, a. X, n. II, novembro de 1936, p. 759-771.

[64] A crítica que a IC constantemente dirigiu ao PCI tinha nisto seu fundamento. Segundo a IC a insistência

segmentos da pequena burguesia e das camadas médias os quais poderiam ser utilizados pela burguesia, pelo capital em crise, em formas reacionárias. Entre 1919 e 1920, à luz da crise e das profundas transformações que seguem os dois eventos que abrem e marcam o século XX – a guerra mundial e a Revolução de Outubro e, no que diz respeito à situação italiana, o "biênio vermelho" – Antonio Gramsci esboçava em *L´Ordine Nuovo*, através de uma série de artigos, uma primeira leitura das possíveis formas que se prospectavam para sair da crise:

> "A fase atual da luta de classe na Itália é a que precede: a conquista do poder político por parte do proletariado revolucionário para passar a novos modos de produção e de distribuição que lhe permitam uma retomada da atividade produtiva; ou uma terrível reação por parte da classe de proprietários e pela casta de governo. Nenhuma violência será descartada para subjugar o proletariado industrial e agrícola a um trabalho servil: procurar-se-á quebrar inexoravelmente os organismos de luta política da classe operária (Partido Socialista) e de incorporar os organismos de resistência econômica (sindicatos e cooperativas) na engrenagem do Estado burguês"[65].

No contexto de crise econômica do pós-guerra, a pequena burguesia ficava pressionada entre a avançada do movimento operário e a burguesia, sentindo o risco de proletarização; o fascismo oferecera-lhe um caminho, o "subversivismo reacionário" que Gramsci identificaria como especificidade das classes dominantes italianas, que se desencadeará contra o movimento operário[66]. Mais tarde, no período do cárcere, Gramsci desenvolverá de forma mais aprofundada o fenômeno fascista, apresentando-o como revolução passiva.

Togliatti teve modo de aprofundar e expor o significado do fascismo através de um curso de formação para exilados italianos que ministrou na seção italiana da escola leninista em Moscou em 1935. O objetivo, como dissemos, era de redefinir a política dos comunistas à luz da linha da "frente popular". Ele sublinhava a novidade do

---

sobre a peculiaridade, a "excepcionalidade" do caso italiano levaria a uma avaliação errada do fascismo.

[65] GRAMSCI, Antonio, *Per un rinnovamento del Partito Socialista*, **L´Ordine Nuovo**, II, 8 maggio 1920, in SPRIANO, Paolo, (org.), Antonio Gramsci, *Scritti Politici II*, Roma, Riuniti, 1973, p. 62.

[66] Veja-se a este proposito o artigo de FRESU, Gianni, *Gramsci: fascismo e classi dirigenti in Italia*, in **NAE**, rivista trimestrale di cultura, Anno VI, numero 21, marzo 2008.

fascismo italiano como movimento reacionário de massa, distanciando-se neste sentido da definição de Stalin e de Dimitrov, os quais se limitavam a ler no fenômeno apenas um regime baseado no exercício da violência, desconhecendo o elemento do consenso, da adesão de massa que o fascismo soube conquistar. E a força do fascismo estava em sua capacidade de aglutinar pequena burguesia e burguesia, coisa que os velhos partidos das classes dominantes não faziam, mas que se tornou uma necessidade diante da formação de dois importantes partidos de massa, o Partido socialista e o Partido popular. O Partido Fascista podia então ser definido como

> "partido burguês de tipo novo [...] adaptado às condições geradas no período de desagregação do capitalismo e no período da revolução proletária, adaptado sobretudo às condições da ditadura aberta da burguesia sobre o proletariado e sobre amplas massas trabalhadoras"[67]

Enquanto regime reacionário de massa, antagônico ao proletariado, o fascismo somente poderia ser combatido por grandes movimentos de massas, movimentos antifascistas de massas, inserindo dentro de suas estruturas, sindicatos, organizações da juventude, "dopolavoro"[68], quadros capazes de conscientizar estas massas e dirigi-las a posições democráticas. Para tal objetivo era preciso abandonar toda forma de sectarismo e trabalhar para construir amplas frentes, tanto pelo alto, procurando aglutinar os partidos que se declaravam antifascistas, tanto através de uma ação entre as massas. Esta foi a linha que o Pci aplicou durante a guerra antifascista.

Tanto na construção como no fortalecimento e manutenção da frente antifascista, o secretário do PCI, Palmiro Togliatti, teve um papel de primeiro plano. Superando as resistências internas e os suspeitos das outras forças antifascistas, criou as condições para concretizar o "partido novo", filho da estação da frente popular.

O Pci, portanto, combateu uma guerra de libertação nacional e não uma guerra revolucionária. Este foi o primeiro elemento que Togliatti ressaltou após sua volta à

[67] TOGLIATTI, Palmiro, *Lições sobre o fascismo*, São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1978, p. 120.
[68] Estruturas recreativas para os trabalhadores

Itália ("não faremos como na Rússia de 1917") pondo ênfase na função nacional da classe operária[69], abafando e reprimindo, quando necessário, a guerra de classe que também estava se travando, com greves operárias, ocupação e gestão das fábricas que continuaram também após o fim da guerra. Não somente não combater uma revolução, mas também, não radicalizar o conflito, e trabalhar para uma rápida reconciliação nacional. O primeiro ato concreto desta reconciliação foi protagonizado pelo Togliatti, em sua função de ministro da Justiça (1945-1946) com a concessão de uma ampla anistia. Cabe aqui ressaltar a contradição que se criou dentro do próprio partido entre a condução de uma batalha que queria eliminar as classes dirigentes comprometidas com o regime, como se declarava em todos os documentos oficiais do partido e, por outro lado, uma política voltada ao rígido respeito da legalidade e da manutenção da ordem[70]. Tal contradição resultou em conflitos abertos dentro do grupo dirigente[71], e criou contrastes entre a parte do grupo dirigente nacional mais próxima de Togliatti e os quadros locais do partido: dirigentes das federações de partido nas regiões do centro-norte (da Emília Romagna em particular), apesar da linha oficial, apoiavam e protegiam tanto os militantes como os ex-combatentes responsáveis pelos casos, numerosos, de execuções sumárias de colaboracionistas e de fascistas reconhecidos como responsáveis

---

[69] TOGLIATTI, P., *La politica di unità nazionale dei comunisti*, in **Critica Marxista**, a.II, n. 4-5, luglio-ottobre, 1964, p. 24. informe apresentado aos quadros da Organização comunista de Napoles, 11 de abril de 1944.

[70] Como lembra Ferruccio Parri, um dos primeiros atos de Togliatti ministro da justiça, foi de "transmitir aos procuradores de justiça rígidas disposições para garantir o respeito da lei e da propriedade". E ainda, o ministro pediu para intervir com firmeza para reprimir protestos de desempregados "que culminaram em graves episódios de devastação e saqueio contra edifícios públicos e de violência contra funcionários. [...] Recomenda-se de proceder com a máxima solicitude e com extremo rigor contra as pessoas denunciadas [...] para garantir uma pronta e exemplar repressão", cit. in BOCCA, Giorgio, *Togliatti*, o.c., pág. 413 e 417.

[71] Foi particularmente duro o confronto entre Togliatti e Mauro Scoccimarro, no período em que este último foi Alto Comissário Adjunto para a desfascisitização: ele apontava a necessidade de extirpar a burocracia fascista, núcleo da continuidade do velho Estado, e de extirpá-la com urgência, na excepcionalidade do momento, ciente de que, pela capacidade de reorganização das forças conservadoras, isto se tornaria impossível uma vez restabelecida uma situação de normalidade. Togliatti o acusou de intransigência, de querer atingir todos os que haviam tido, de alguma forma, relações com o fascismo, ou seja, a grande maioria da população.

de fatos particularmente hediondos nos anos do regime e na guerra.

A nova linha, com o abandono de uma perspectiva insurrecional e com os apelos à conciliação nacional, suscitou polêmicas e desentendimentos entre as fileiras dos militantes mais antigos e entre parte dos dirigentes: muitos pensavam na existência de uma dupla linha de ação, de um discurso público, institucional de caráter democrático e de uma linha revolucionária pronta a ser desencadeada ao momento oportuno. Esta ambiguidade permaneceu por um longo período no seio do partido envolvendo não apenas a base, mas os principais quadros e dirigentes. Pietro Secchia, a personalidade de maior destaque e influência após o secretário Togliatti, nunca excluiu de sua perspectiva a revolução e a legitimidade do recurso ao uso da violência: "a sociedade não se transforma pacificamente de capitalista para socialista"[72]. Também por esta razão, depois de 1945, o Pci não usou mais a expressão "guerra civil" ao referir-se à luta de Resistência – uma conotação que chamava ao conceito leninista de guerra civil como confronto entre classes – e trabalhou, ao contrário, para esvaziar tal elemento.

2.4 O pós-guerra

Como vimos, a estratégia do partido entre 1943 e 1947 foi de compromisso e de ampla colaboração com as outras forças políticas antifascistas. Além das campanhas de propaganda, não houve um forte engajamento na reformulação das diretrizes do sistema econômico por parte do Pci e dos outros partidos de esquerda, o Psi e o Partido de ação. O imediato pós-guerra, pelo seu caráter transitório, permitia a presença de perspectivas econômicas e sociais diferentes e distantes entre elas e deixava margens de ação. Este espaço de ação, proporcionado pelo sucesso da formula da frente popular, possibilitou

[72] MAFAI, Miriam, *L'uomo che sognava la lotta armata. La Storia di Pietro Secchia*, Milão, Rizzoli, 1984, p. 75.

um sensível crescimento dos comunistas na Europa. Em 1946 contavam-se, excluindo a União Soviética, entre seis e sete milhões de filiados aos partidos comunistas[73], sendo o italiano e o francês os dois maiores partidos.

Contudo, o Pci não conseguiu aproveitar do breve período de transição para modificar, ainda que parcialmente, o padrão de acumulação capitalista italiano. Diferentemente daquilo que estava acontecendo em outros países da Europa Ocidental que se encontravam em condições de destruição bélica parecidas com a da Itália, a política econômica de Reconstrução na Itália foi dirigida, sob a égide do liberalismo ortodoxo. A "crença" em um rápido colapso do sistema capitalista e a ausência de propostas reformadoras alternativas ao keynesianismo constituem as razões do "moderantismo" em campo econômico do Pci.

Preparava-se a guerra fria e a Itália, nos anos que seguiram, constituiu um de seus cenários principais. As tropas americanas de ocupação ficaram no território italiano até 1947, mais exatamente até a ruptura da experiência dos governos de unidade nacional e a exclusão do Pci dos sucessivos governos. Não foi apenas a Itália que viveu esta situação: pouco antes os comunistas franceses haviam sido excluídos do governo, e o mesmo aconteceu com as outras experiências de governo que marcaram a presença dos comunistas.

O enrijecimento de uma situação que de fato já se preconizava, ou seja, uma

[73] AGOSTI, Aldo, *Bandiere Rosse*, c. p.146

divisão em esferas de influência por parte das potências vitoriosas na guerra, e sua sucessiva formalização, representavam uma limitação objetiva para o Pci, e demandavam uma mudança de linha que, pelo contrário, não ocorreu.

Com a guerra fria e com a normalização, que o mesmo Pci havia contribuído a restaurar, iniciaram os anos de marginalização no plano institucional e de repressão contra as classes trabalhadoras. A repressão desencadeada contra os operários politizados foi particularmente dura nos grandes estabelecimentos industriais, na FIAT[74] em primeiro lugar. Na maioria dos casos culminavam com as demissões dos trabalhadores os quais, sucessivamente, enfrentavam dificuldades em encontrar novos empregos. Os militantes sofriam constantes controles policiais e o Pci correu o risco de ser posto na ilegalidade: a inteira estrutura da magistratura continuou, até 1956, a funcionar com o antigo ordenamento fascista.

O anticomunismo encontrou terreno fértil, agitado propagandisticamente pela Democracia cristã e pela igreja que, em julho de 1949, declarava a excomunhão para os católicos que propagandeavam ou aderiam à doutrina marxista. Contudo, apesar da repressão, o Pci continuou crescendo e se enraizando capilarmente na sociedade italiana na década de Cinquenta. Também não foi substancialmente abalado, após o choque inicial que repercutiu na militância, pelo relatório Kruschev que denunciava os crimes de Stalin e que se limitou a algumas defecções de intelectuais, mas deixou intacto seu consenso eleitoral.

Mais do que pela ação parlamentar, como partido de oposição no parlamento, a partir de 1947, o projeto de "partido novo" de Togliatti, enquanto instrumento democratizante da sociedade italiana teve êxito positivo no sentido de que introduziu elementos ausentes na cultura política italiana, e, sobretudo, quebrou a histórica

[74] Calculou-se que entre 1949 e 1966, a Fiat fichou mais de 200mil trabalhadores. Veja-se CRAINZ, Guido, *Storia del miracolo italiano*, Roma, Donzelli, 2005, p. 38.

passividade das massas, tornando-as protagonistas de grandes lutas coletivas.

Mao o seu papel não se esgotava apenas na organização de lutas e na capacidade de mobilizar massas. Isto lhe foi possível porque, primeiramente, o Pci conseguiu tornar-se "comunidade" por milhões de pessoas, desenvolveu a função básica de formar cidadãos quando as instituições do Estado não o faziam. Isto é particularmente verdadeiro, por exemplo, no que diz respeito a um dos fenômenos mais importantes e de certa forma mais trágicos da história italiana, como foi o fenômeno da emigração que obrigou milhões de italianos a abandonarem as regiões do Sul. O Pci tornou-se protagonista de um trabalho de inserção dos migrantes nas grandes cidades industriais, construindo, através de seus militantes, uma verdadeira rede de solidariedade, trabalhando contra a discriminação, na sociedade e nas fábricas, formando no novo proletariado industrial que provinha do campo uma consciência política que lhe era alheia.

Retomando uma expressão que o historiador inglês E. Hobsbwam[75] usou para caracterizar a Revolução bolchevique, e como desdobramento dos efeitos progressivos que esta produziu, poderíamos dizer que o Pci também foi, no contexto da história italiana, e mesmo sem fazer uma revolução, o fator que forçou o capitalismo a um "processo civilizatório", pelo menos em termos de extensão de direitos civis e trabalhistas para as grandes massas de trabalhadores dos países capitalistas. Em outros países europeus as socialdemocracias cumpriram esta tarefa. Na Itália, o Pci acabou ocupando o lugar e cumprindo o papel de um partido que, em parte, se aproximava aos partidos socialdemocratas. Projetando a alternativa socialista em um futuro longínquo, restava colocar, no presente, a alternativa entre desenvolvimento de um capitalismo dirigido pelas forças progressivas da sociedade, através de uma aliança de classes, e

[75] HOBSBAWM, Eric, *Era dos Extremos. O breve século XX*, *1914-1921*, São Paulo, ed. Schwarz, 1996.

desenvolvimento dirigido exclusivamente pela burguesia, inclusive pelos seus segmentos reacionários. Na impossibilidade de realizar de imediato o socialismo, e sem abrir mão de sua identidade comunista e de seu vínculo com a União Soviética, em ausência de propostas econômicas alternativas ao reformismo, restava-lhe, como partido de oposição, defender as conquistas democráticas realizadas e organizar grandes campanhas pela promoção de direitos trabalhistas, civis e sociais no quadro de uma democracia burguesa.

Um elemento constante que atravessa toda a história do Pci é a incapacidade de compreender as mudanças em curso e as tendências de longo período do capitalismo. Uma das consequências provocada por esta miopia foi o atraso em perceber que, sujeitos sociais que constituíam as referências do partido, nos anos da transição pós-guerra, desapareciam ou transformavam-se rapidamente. Ao referir-se ao capitalismo italiano, entre o fim da década de Quarenta e o inicio da década de Cinquenta, o Pci usava o termo de "restauração capitalista", apontando para um processo de reedificação, depois do parêntese da guerra, de um sistema idêntico ao de antes da guerra, com a diferença de que agora as classes dominantes encontrariam diante de si um movimento operário fortalecido no processo da luta de libertação, em um contexto – ainda que precário e em construção – de democracia. A persistência de áreas de atraso e subdesenvolvimento que caracterizavam o Sul do país induzia o partido a falar de uma economia em estagnação e de um capitalismo em fase de decadência irreversível[76], porque incapaz de dar soluções aos desequilíbrios históricos e estruturais da economia italiana E no caso italiano o desequilíbrio entre Norte e Sul, como nos

[76] Em 1957, Fabrizio Onofri, dirigente do Pci, em dissenso com o partido, afirmava: "enquanto todos os elementos de experiência direta, todos os dados estatístico indicavam que a economia em Milão estava em desenvolvimento, nas sedes do Partido, os velhos dirigentes afirmavam ´Milão está degradando´, é preciso lutar para a ´salvação da economia milanesa´, pelo ´renascimento de Milão´ e assim por diante. Negava-se, em suma, em linha puramente abstrata [...] que o capitalismo poderia desenvolver", cit. em CRAINZ, Guido, *Storia del miracolo italiano*, cit., p. 41.

períodos pré-fascista e fascista, não impedia, mas, pelo contrário, constituía uma forma de desenvolvimento econômico. Ainda na década de Cinquenta – à véspera do "milagre econômico" que tornou a Itália uma das economias mais fortes da Europa – o Pci continuava apoiando-se nas interpretações elaboradas na década de Trinta pelo Komintern, na tese de um colapso iminente do sistema capitalista.[77] Contrariamente às previsões comunistas, o capitalismo italiano, em poucos anos, usando justamente o atraso, conseguiu transformar o país: entre 1960 e 1965, os anos do "milagre econômico", a Itália transformou-se de sociedade essencialmente agrária a sociedade plenamente industrial. Foi uma transformação que se deu pelo alto, através de um processo conduzido pelos governos de centro-esquerda que incluíam o Partido socialista[78]. Estas transformações iniciavam a delinear uma nova sociedade e classes sociais completamente transformadas. Transformava-se, junto com a fábrica, a classe operária e tornavam-se marginais, até quase desaparecer os trabalhadores agrícolas. A Itália passou por uma fase de fortes desequilíbrios que evidenciavam, ainda mais marcadamente do que no passado, uma sociedade que vivia a duas velocidades distintas. O processo de modernização acelerada não eliminou, mas acentuou o atraso e os problemas estruturais (primeiramente, o Sul do país, a questão meridional, continuava um problema não resolvido, onde velhos mecanismos de dominação voltavam através de um sistema de clientelismo instaurado pela Dc). A afirmação de uma sociedade capitalista avançada baseada no consumo de massas chocava-se com outra sociedade em que permaneciam extensos bolsões de miséria. As convulsões sociais e políticas não tardaram a chegar.

[77] Em 1954, durante a IV Conferencia Nacional, Togliatti propunha de novo a visão de "uma progressiva decadência de nossa economia", em fase de estagnação e de um "capitalismo que chegou ao seu grau extremo de maturação", in BOCCA, Giorgio, *Palmiro Togliatti*, o.c. p. 525.

[78] A ruptura entre Pci e Psi gerou-se entre 1954 e 1958, ou seja, no período que vai da morte de Stalin à difusão do relatório Kruschev,

2.5 As últimas batalhas

Poucos anos depois do "milagre econômico" eclodem as contradições produzidas por um processo acelerado de mutação que havia criado e estimulado novas necessidades e novos modelos de consumo, mas que, ao mesmo tempo, como evidencia, entre outros, Lucio Magri[79], não havia resolvido as necessidades elementares ainda não alcançadas por grande parte da população. Modernização e atraso conviviam. A desigualdade econômica e social tornou-se mais evidente e amplificada.

Em resposta a tais mutações, surgiram novos movimentos sociais que pressionavam e questionavam o Pci; aos comunistas demandava-se uma ruptura de sua política norteada pelo parlamentarismo e pelo moderantismo.

O contexto internacional parecia marcar uma crise do imperialismo norte-americano, que sofrerá uma significativa derrota no Vietnã, e a União Soviética não representava mais o único modelo de socialismo possível. A revolução chinesa e a revolução cubana, as lutas de libertação nos países do Terceiro Mundo exerceram forte influência sobre os novos movimentos. Este novo contexto representou também uma revitalização do debate sobre as teorias marxistas depois da longa hegemonia do marxismo-leninismo proposto e imposto pela União Soviética de Stalin até meados da década de Cinquenta.

Em 1968, os protestos estudantis eclodiram na Europa e na Itália, que viveu um ´68 peculiar: aos estudantes somaram-se os protestos operários, dando vida a movimentos que se alastraram por toda a década de Setenta.

Este novo clima repercutiu evidentemente sobre o Pci: pela primeira vez

[79] MAGRI, Lucio, *Il sarto di Ulm. Una possibile storia del PCI*, Milão, Il Saggiatore, 2009.

emergiram claramente duas linhas interpretativas distintas da nova realidade italiana; e a linha política construída e aplicada por Togliatti desde 1943, e que de fato continuou após a morte do Secretário em 1964 com Luigi Longo, foi posta em questão. Parte do partido contestava, à luz de uma radicalização dos conflitos, a validade e a prioridade, atribuída ao parlamentarismo e à via gradual, às metas transitórias.

A nova conjuntura deixava espaço para o exercício da democracia direta, sustentava uma parte do partido. Os principais intérpretes foram por um lado Pietro Ingrao e por outro um grupo que em 1969 será expulso do partido e fundará o diário "Il Manifesto": às "reformas de estrutura" esta oposição interna propunha, a partir da análise da sociedade e do capitalismo italiano, um "modelo alternativo de desenvolvimento".

O novo secretário Enrico Berlinguer[80], pelo menos nesta questão, mostrou-se, ao contrário, pouco inovador e retomou, tentando adaptá-la ao novo contexto, a antiga linha da frente popular de Togliatti, trabalhando para construir a aliança com a Democracia cristã, o "compromisso histórico". Tratou-se de uma tentativa de construir um acordo entre os grupos dirigentes dos dois partidos, que se desenvolveu exclusivamente no plano institucional, para uma reedição de governos de unidade nacional. Hora, os governos de unidade nacional do período de transição do fascismo à república democrática, respondiam a uma situação de objetiva emergência. Foram concebidos no contexto de um país em guerra e ocupado por exércitos estrangeiros. Berlinguer justificou a necessidade de um compromisso com seu maior antagonista em base ao golpe chileno de 1973. O golpe mostraria aos comunistas italianos a impossibilidade de o proletariado industrial governar sozinho. Ainda que consistente,

[80] Após a morte de Togliatti, Luigi Longo foi eleito secretário. Permaneceu até 1972, quando motivos de saúde .impediram-lhe de continuar, sendo substituído por Berlinguer.

argumentava Berlinguer, o proletariado italiano representava uma minoria[81]:

"seria completamente ilusório pensar que, mesmo que os partidos de esquerda conseguissem alcançar 51% dos votos e da representação parlamentar (fato que representaria em si um grande passo à frente nas relações de força entre os partidos na Itália), isto garantiria a sobrevivência e a obra de um governo que seria expressão deste 51%. Eis porque nós não falamos de ´alternativa de esquerda´, mas de uma ´alternativa democrática´, ou seja da perspectiva política de uma colaboração e de um entendimento entre as forças populares de inspiração comunista e socialista e as forças populares de inspiração católica, e de formações de outra orientação democrática"[82]

Na Itália da década de Setenta existia um clima social acirrado, caraterizado por um movimento operário combativo que questionava a organização do trabalho nas fábricas e que lutava para reivindicar uma nova legislação trabalhista[83] que colheu de surpresa tanto os sindicatos como os partidos. A este movimento soldou-se um movimento nas universidades que deu vida, em breve, a numerosas formações extraparlamentares[84] que contestavam a linha institucional do Pci. A rigidez do partido para com estes movimentos foi também uma das razões que levou à formação de grupos que escolheram o caminho da luta armada. Ao mesmo tempo, a partir de 1969 até 1984 uma série de atentados e uma tentativa de golpe[85] procuraram criar um clima de desestabilização no país. Foi a chamada "estratégia da tensão"; ainda hoje não se conhecem todos os responsáveis, mandantes e executores materiais. Mas os resultados conseguidos pelas investigações, durante os processos e pelas comissões parlamentares que se formaram para esclarecer estes acontecimentos, apontaram a responsabilidade de

[81] O período entre 1972 e 1976 registrou o momento de maior consenso social e de maior força eleitoral do Pci. Isto colocou a hipótese de uma ultrapassagem, em termos percentuais, sobre a Democracia cristã. Em 1976 o partido conseguiu seu melhor resultado eleitoral, alcançando 34,37% , três pontos percentuais atrás da Dc).

[82] BERLINGUER, Enrico, *Alleanze sociali e schieramenti politici*, in **Rinascita**, 12 de outubro de 1973, disponível também em http://www.metaforum.it/berlinguer/compromesso3.htm, consultado em 10/01/2013.

[83] Em 1970, o novo Estatuto dos Trabalhadores, fruto destas lutas, reconheceu direitos e liberdades sindicais.

[84] As mais importantes foram Autonomia Operaia e Lotta Continua (que chegou a contar com milhares de militantes).

[85] Junio Valerio Borghese, ex-comandante da RSI (República Social Italiana), junto com o movimento neofascista Avanguardia Nazionale foi responsável pela organização de um golpe que deveria ser atuado na noite entre 7 e 8 de dezembro de 1970.

grupos neofascistas e segmentos do aparelho do Estado. Este foi o motivo da aproximação, por parte de Berlinguer, da situação chilena à italiana. Diante da luta armada e do "terrorismo", que culminou com o sequestro e a morte do Presidente do conselho Aldo Moro (9 de maio de 1979) pelas Brigadas vermelhas, o Pci escolheu uma frente comum com a Democracia Cristã, foi a política de "solidariedade nacional", que consistiu em governos liderados pela Dc, que podia contar com a "não oposição" do Pci.

Com Berlinguer, sancionou-se, de fato o progressivo abandono do instrumental marxista. Berlinguer rompeu progressivamente com a União Soviética e tentou propor um modelo diferente de comunismo que se tornou conhecido como Eurocomunismo (o projeto envolvia os partidos comunistas espanhol e francês), uma "terceira via" entre comunismo soviético e socialdemocracia, a construção de um "socialismo em liberdade, que nos fatos, consistia em ruptura com o marxismo e com o leninismo.

A política de "solidariedade nacional" e o "compromisso histórico" desencadearam a crise final do partido na segunda metade da década de Setenta.

Abandonava-se progressivamente o plano das lutas sociais para retomá-las, depois do esgotamento da experiência do "compromisso histórico", quando já se estava cumprindo uma nova mutação estrutural na vida econômica, política e social italiana. A última, mas já tardia batalha do PCI, em 1980, foi ao lado dos trabalhadores da FIAT que lutavam contra o plano de reestruturação da empresa que incluía um corte de 12-15 mil operários. A greve durou por 35 dias e terminou com uma derrota histórica do movimento operário, dos sindicatos e do partido, encerrando de fato um ciclo de lutas iniciadas em 1968 e marcando uma crise do movimento operário que se protela até o presente, sobre mudadas condições.

A estação da frente popular contra o nazi-fascismo, que possibilitou aos comunistas

italianos um papel de protagonista, talvez de protagonista principal nos anos da guerra, tornou-se um empecilho teórico e pratico que prendeu o partido em um contexto internacional dominado pela guerra fria, num primeiro momento, e pela manutenção da ordem bipolar depois, enquanto o capitalismo atravessava uma crise que conseguirá superar abandonando o modelo fordista de produção e de organização da sociedade, através de um processo de reestruturação produtiva que em poucos anos mudará profundamente o mundo do trabalho.

Para a última geração de dirigentes comunistas, os que se formaram e emergiram durante a liderança de Berlinguer, não se tratava mais de um distanciamento do comunismo soviético, mas de uma definitiva ruptura, agora abertamente declarada, com o marxismo e com o movimento operário. Em poucos anos, mesmo podendo contar ainda com uma base eleitoral significativa, o grupo dirigente liderado por Achille Occhetto resolveu levar o partido à dissolução. Este último grupo dirigente optou, em seguida, por uma linha distante até da tradição da socialdemocracia e orientada, ao contrário, para o liberalismo, político e econômico.

CAPÍTULO III

O PROGRAMA ECONÔMICO DO PCI ENTRE 1943 E 1947

3.1 O colapso do fascismo e a transição

Na Itália a construção de uma ampla frente antifascista só foi possível a partir de 1943, após a implosão do regime fascista Os sinais da dissolução da base que sustentava o fascismo se tornaram tangíveis em 1943. Depois de dois anos e meio de guerra e o fim da ilusão de uma guerra breve, como havia sido prospectado pelo regime, as condições de vida da população sofreram uma queda vertical. A entrada em guerra ocorreu quando a Itália já enfrentava uma situação econômica crítica: dívidas acumuladas pelas campanhas de guerra em Etiópia e Espanha; drástica queda do estoque de ouro nas reservas do Banco da Itália que passaram, entre 1927 e 1939, de 20,5 bilhões a 2,478 bilhões de liras[86]. Os indicadores oficiais apontavam, entre 1939 e 1942, um aumento da inflação de 43% que incidia sobretudo sobre os produtos alimentares, os quais se tornaram a principal fonte de gasto da população. Os custos da guerra e os bombardeios do exército anglo-americano, a partir de fim de 1942, abalaram sobretudo as classes populares. Desde 1940 vigorava o racionamento de

[86] Veja-se SANTARELLI, Enzo, *Storia del movimento e del regime fascista*, Roma, Riuniti, 1967, II vol. p. 368.

alimentos e vestuário[87] que favoreceu o proliferar do mercado clandestino. Em 1943 a inflação chegou a 67,7%. A semana de greve dos operários das principais fábricas do Norte da Itália, em março de 1943, às quais aderiram cerca de cem mil trabalhadores, foram a primeira manifestação política aberta da classe operária contra o fascismo na Itália e a segunda greve política na Europa[88]. E se realizavam em um contexto internacional marcado pela vitória dos soviéticos na batalha de Stalingrado (2 de fevereiro). A greve foi organizada pelos militantes comunistas e conseguiu ultrapassar seu caráter inicial de reivindicação econômica. Durante o mês de março os protestos se espalharam por todas as principais fábricas do Norte, sem que o aparelho repressivo conseguisse sufocar o movimento. Apesar de limitadas às cidades do Norte e de envolver apenas a classe operária, estas agitações constituíram o fator inicial e aglutinador que, em poucos meses, tornar-se-á o núcleo da Resistência no Norte. Por isto, como ressaltou Spriano, a conquista das reivindicações econômicas representou apenas um dos aspectos, não o principal, da mobilização. Sobretudo, aponta Spriano, as greves mostraram a ineficiência do aparelho de repressão do regime e o desgaste de sua base de apoio que nos dias das greves contestou abertamente e expulsou das fábricas os chefes políticos locais[89].

[87] Inicialmente o racionamento se limitou ao café e açúcar, mas já em outubro de 1940 acrescentaram-se as gorduras (azeite, manteiga e banha); em seguida farinha, arroz, massa e carne. Em outubro de 1941, finalmente, o pão também passou a ser racionado diariamente (inicialmente 200 gr. per capita, que em 1942 foram reduzidos a 150 gr.). Estima-se que um operário sobrevivia com cerca de 1100 calorias diárias.

[88] A primeira greve contra o nazi-fascismo e contra a perseguição aos judeus aconteceu em Amsterdã em 25 e 26 de fevereiro de 1941

[89] Spriano reproduz parte de uma carta de Farinacci (dirigente histórico do Partido fascista e organizador dos esquadrões fascistas) a Mussolini: "O partido é ausente, impotente... Hora, acontece o inimaginável. Em todo lugar, nos bondes, nos cafés, nos teatros, nos cinemas, nos trens critica-se, injuria-se contra o regime, já não se calunia um ou outro chefe político, mas até mesmo o Duce. E o mais grave é que mais ninguém insurge. As próprias delegacias são ausentes, seu papel parece ter se tornado inútil" Veja-se SPRIANO, Paolo, *Storia del Pci. La fine del fascismo. Dalla riscossa operaia alla lotta armata*, vol IV, Turim, Einaudi, 1975, p. 189.

A burguesia, dividida em 1940 sobre a oportunidade de uma intervenção italiana em guerra, mas que também não se opôs à decisão[90] – quando se tornou claro o êxito do conflito – e diante da capacidade de organização mostrada pela classe operária – iniciou a tratar paralelamente com os representantes diplomáticos e militares anglo-americanos. Esta operação foi programada e conduzida antes da destituição de Mussolini em 25 de julho de 1943. As greves que eclodiram em março, o progressivo apoio que conquistaram nos meses sucessivos, aceleraram o processo de articulação de personalidades como Agnelli, Volpi e Donegani (os últimos dois presidentes de Confindustria durante o regime fascista) com os ambientes econômicos, financeiros e diplomático-militares anglo-americanos. O objetivo era preparar e direcionar a transição nos trilhos da continuidade, imprimindo-lhe um marco moderado capaz de neutralizar a nascente reorganização da classe operária. De fato, a burguesia italiana mostrou prontidão e habilidade em desvincular-se por tempo do regime fascista, como mostram os desdobramentos provocados pelo golpe de estado de 25 de julho de 1943. Uma comparação, ainda que superficial, com a burguesia francesa e seus vínculos com a República de Vichy poderia ser suficiente em demostrar a maior perspicácia e desenvoltura da italiana.

Observando este momento do ponto de vista dos partidos que darão vida à frente antifascista, podemos perceber as dificuldades iniciais enfrentadas pelos grupos dirigentes (os quais, com a única exceção dos dirigentes comunistas, encontravam-se no exterior), o titubear nas iniciativas e as reciprocas desconfianças. De fato, a

[90] Enquanto alguns setores aproveitaram o aumento da demanda de materiais bélicos, diversos setores da grande indústria – entre eles Pirelli e Fiat, que aumentou seu faturamento entre 1940 e 1941, de 810 milhões a 1,150 bilhões – auspiciavam a manutenção da neutralidade. Isto porque estavam cientes das condições de grave crise da economia italiana e da impossibilidade de enfrentar os custos da guerra, e também porque não queriam romper os laços com o mundo econômico-financeiro anglo-saxão (que lhe garantiu o crescimento no primeiro conflito mundial). Contudo, apesar da existência de diversas posições, estas não chegaram a ser discutidas dentro de Confindustria.

construção de uma ampla frente antifascista somente se tornou possível a partir de 1943, após a implosão do regime fascista, que colapsou, apesar da queda de consenso, através de um processo de desestruturação interno.

Em 25 de julho de 1943, com um golpe, a monarquia – apoiada por algumas personalidades da hierarquia fascista, declarava decaído o ditador, atribuindo os poderes ao marechal do Exército Pietro Badoglio, homem profundamente comprometido com o regime fascista, responsável, entre outras coisas, pelas campanhas de colonização italiana na África e subscritor do Manifesto da Raça. O objetivo da monarquia e das classes que haviam sustentado o regime era de livrar-se da incômoda presença de Mussolini e de seu aliado nazista – quando já se prefigurava a derrota alemã na guerra contra as forças aliadas, e com as tropas americanas já presentes no Sul do território italiano – visando negociar um armistício.

O projeto da monarquia e da alta burguesia era de manter um estado não ditatorial, mas autocrático, usando os privilégios conquistados durante o regime fascista, mas finalmente livre da figura agora incomoda do ditador. Tratava-se, em outros termos, de manter um fascismo sem Mussolini, adequar-se ao novo contexto que se perfilava com a vitória da coligação anti-hitleriana e de aproveitar da presença das tropas anglo-americanas em função anticomunista. Por isto era necessário limitar (e reprimir quando necessário) a ascensão dos movimentos políticos e sociais antifascistas.

Em poucos dias o Partido Fascista, que contava com milhões de filiados, desvaneceu. O quadro que se apresentava mostrava a mesma classe dirigente – que durante mais de vinte anos apoiou política e economicamente o regime fascista – manter-se no poder, e, em uma operação de transformismo, tornar-se em breve tempo antifascista, por razões de sobrevivência no novo contexto internacional. Observando a composição do primeiro governo Badoglio (25 de julho de1943-17 de abril de 1944),

podemos destacar seu caráter de continuidade com a ditadura fascista: formado por diplomatas, militares e magistrados que aderiram desde a primeira hora ao partido fascista e por algumas personalidades do partido fascista excluídas pelo regime após as leis raciais de 1938[91]; única exceção o Ministro do Interior Vito Reale que se recusou, em 1924, de participar das eleições escolhendo o exílio.

Este plano da monarquia, todavia, fracassou sobretudo em função da aliança entre anglo-americanos e União Soviética contra a Alemanha: foi este novo quadro internacional que permitiu a formação, na Itália, de uma frente composta por partidos antifascistas que abrangia liberais, católicos e marxistas, os quais conseguiram aglutinar e envolver ativamente uma parte da população na luta de libertação contra o fascismo – agora reorganizado no Norte do país através da RSI (República Social Italiana), governo fantoche da Alemanha liderado por Mussolini. Tanto na construção como no fortalecimento e manutenção da frente antifascista, o secretário do PCI, Palmiro Togliatti, como já dissemos no precedente capítulo, teve um papel de primeiro plano. .

Em 1943 Togliatti encontrava-se em Moscou e, pelo que resulta de uma troca de correspondência com Dimitrov[92], ele pediu para que o governo soviético predispusesse a sua volta para Itália. Esta somente foi autorizada em março de 1944, após o reconhecimento por parte da União Soviética do governo Badoglio e quando Togliatti havia aprovado o apoio do Pci ao governo. Nas cartas que Togliatti escreveu a Dimitrov é interessante notar que, inicialmente, ele evidenciava dois elementos que deixavam

[91] Entre os integrantes: Dino Philipson (Secretário à Presidência do Conselho), advogado e latifundiário, iniciou sua carreira política nas fileiras do Partido Liberal para depois aderir ao fascismo, organizando o partido em Pistoia. Enquanto judeu foi exilado em 1938 e passou ao antifascismo. Raffaele Guariglia (Ministério das Relações Exteriores), aristocrata e diplomata durante o regime. Gaetano Azzariti (Ministério da Justiça), magistrado, subscreveu o Manifesto pela Raça em 1938 e foi presidente do tribunal pela raça junto ao departamento de Demografia e da raça do ministério do Interior. Guido Jung (Ministério das Finanças), judeu e fascista da primeira hora, afastado depois da proclamação das leis raciais. Antonio Sorice (Ministério da guerra), militar, chefe de gabinete do ministério da guerra durante o regime. Falcone Lucifero (Ministério da Agricultura), advogado, aderente ao Partido fascista, monarquista. Guido Rocco, diplomata, destacou-se durante o governo Badoglio por aplicar com particular rigor as leis sobre a censura.

[92] VACCA, Giuseppe, *Togliatti sconosciuto,* Roma, L'Unita Ed., 1994, p. 65-74

pressupor sua contrariedade em participar do governo Badoglio: a importância das manifestações populares em curso, apesar da repressão exercida pelo governo; a difusão de um manifesto político do Pci em Turim – com o apoio dos partidos socialista, democrata-cristão, republicano e liberal – contra o governo Badoglio. Estas cartas e outros documentos, que se tornaram públicos após a abertura dos arquivos de Moscou[93], levantaram dúvidas sobre a real posição de Togliatti com relação ao apoio ao governo recém-formado. Evidenciaram, ao contrário, que sobre a decisão de Togliatti pesou a pressão exercida por Stalin, que condicionou a definição da linha do Pci.

, Ao chegar à Itália Togliatti enfrentou a oposição de parte dos dirigentes comunistas contrários à participação da coalizão antifascista em razão da presença da monarquia. De fato, o trabalho que Togliatti teceu durante os anos do exílio, dentro dos limites postos pela política externa soviética, deveria agora ser metabolizado pela base militante, pelos dirigentes locais que durante vinte anos sofreram a repressão fascista. A eles o partido pedia agora de colaborar na guerra ao lado da monarquia, responsável principal pela ditadura fascista, e de figuras conhecidamente comprometidas com o regime. Neste acontecimento, que de fato desbloqueou uma situação de impasse particularmente grave pelo desenrolar da guerra, não influiu apenas a habilidade de Togliatti em manter a unidade dentro do partido controlando os dirigentes "rebeldes", os que estavam diretamente engajados na luta armada de resistência. De novo foi fundamental a decisão soviética de aceitar o pedido italiano de reconhecimento do governo Badoglio. A "viragem de Salerno" insere-se neste contexto e como vimos

[93] Além da troca de cartas entre Dimitrov e Togliatti, outros documentos que pertencem ao Acervo Stalin relatam de um encontro entre Stalin e Togliatti em março de 1944 que evidenciaria a influência determinante de Stalin sobre a definição da linha do Pci e sobre a decisão de Togliatti de aceitar participar do governo Badoglio destravando uma situação – a existência de dois campos – que , segundo Stalin, estava enfraquecendo a Itália. Veja-se a este propósito Elena Aga-Rossi e Victor Zaslavsky, *Togliatti e Stalin. Il Pci e la politica estera staliniana negli archivi di Mosca*, Bolonha, Il Mulino, 2007. O livro, que suscitou bastante polêmica entre os historiadores que se ocupam da história do Pci, sustenta a tese de que toda política do Pci nos anos da guerra até os primeiros anos da década de Cinquenta, teria sido inteiramente determinada pelas exigências da política externa da União Soviética.

representava coerentemente a linha que a IC e Togliatti vinham construindo, portanto nesta perspectiva não se tratou de uma "viragem", assim como ficou conhecida: uma vez que a URSS deu o aval reconhecendo o novo governo italiano, os comunistas apoiaram o governo Badoglio, num acordo que reenviava ao fim da guerra a questão relativa à monarquia. Foram postas três condições: a instituição de um governo de unidade nacional, expressão de todos os partidos da frente antifascista, para responder às emergências econômicas provocadas pela guerra; a convocação de eleições com sufrágio universal para eleger uma Assembleia Constituinte; a convocação de um plebiscito para que os italianos se pronunciassem a favor da instituição da república ou da manutenção da monarquia.

Baseado nestas diretrizes, o grupo dirigente do Pci, que estava de volta do exílio e mais próximo das posições de Togliatti colocou-se na perspectiva de combater exclusivamente, como já dissemos, uma guerra de libertação nacional sem conotações revolucionárias. A ênfase estava na capacidade dirigente da classe operária[94]. A questão, porém, tornava-se mais complexa, porque a base militante comunista (e os antifascistas de esquerda em geral)[95] que combatia na frente de guerra, não limitava, na prática, sua ação contra um inimigo e invasor estrangeiro. A luta não se esgotava nesta dimensão: pela forma em que a queda do fascismo ocorreu – um golpe pelo alto realizado por parte da classe dominante sem participação ativa da população – e pela colaboração de parte da população à tentativa de mantê-lo em vida apoiando a RSI controlada pelos nazistas, caracterizava-se ao mesmo tempo também como guerra civil. E ainda, não menos importante, como já colocamos precedentemente, existia uma dimensão de classe:

---

[94]TOGLIATTI, P., *La politica di unità nazionale dei comunisti*, in **Critica Marxista**, a.II, n. 4-5, luglio-ottobre, 1964, p. 24 relatório aos quadros da Organização comunista de Napoles, 11 de abril de 1944.

[95]Não apenas o Partido Socialista, mas também o Partido de Ação, um partido composto por setores da pequena burguesia e em parte por intelectuais.

tratava-se de uma guerra de classe, da classe trabalhadora contra a burguesia responsável pelo fascismo. Os apelos aos militantes e quadros intermediários comunistas a não radicalizar o conflito foram lançados em diversos momentos da guerra e no período imediatamente sucessivo á libertação.

Abandonada a perspectiva revolucionária imediata nos moldes da revolução soviética, o Pci agiu para criar um partido de massa e instaurar um regime de democracia progressiva e pluralista. Este abandono da perspectiva revolucionária, antes de teórico e ideológico, foi ditado pelas condições internas e internacionais: existia um forte núcleo de combatentes comunistas no Norte do país, todavia representava uma minoria no contexto nacional. Como afirma Sasson[96], o partido poderia contar com, no máximo, 300mil combatentes, concentrados no Noroeste e no Centro. Quanto ao Sul, sem experiência de guerrilha e com grande parte das massas camponesas alheias à ideia de revolução socialista, um movimento armado teria sido fácil campo de manobra para os latifundiários, acentuando ainda mais a divisão entre Norte e Sul e pondo em risco a unidade nacional, ameaçada também pela existência de movimentos separatistas, fortes sobretudo na Sicília. Além disto, o território estava ocupado pelas tropas aliadas (que somente deixarão o país em fim de 1947)[97] prontas a intervir em caso de uma revolução socialista. O caso grego foi repetidamente usado pela direção do Pci como exemplo dos riscos de uma insurreição socialista.

Após o engajamento inicial do partido em 1943 na construção da frente antifascista e na sua preservação, os comunistas estavam legitimados a participar dos governos de

[96] SASSOON, Donald, *Togliatti e la via italiana al socialismo. Il Pci dal 1944 al 1964*, Turim, Einaudi, 1980, p. 49-50.

[97] Em 1951, o governo italiano assinou um acordo com os Eua: em troca da reestruturação do sistema militar italiano, a Itália concedia parte do território entre Livorno e Pisa aos Eua para uma base militar (Camp Darby). Mais tarde, em 1955, uma nova base foi concedida para controlar as fronteiras do Nordeste, em Vicenza *(United States Army Southern European Task Force*), no contexto da militarização do território europeu em função da guerra fria. O número de instalações militares estadunidenses (marinha, aviação, exército, Setaf e Sna) cresceu no curso da segunda metade do século XX. As bases oficiais atualmente conhecidas são 7.

unidade nacional. Este primeiro objetivo tornou inevitável uma política de compromissos que se revelou desfavorável às esquerdas no momento em que a guerra terminou.

3.2 Algumas observações sobre o contexto da política de Reconstrução econômica na Itália

O problema da reconstrução tornou-se objeto central para as forças políticas quando a guerra ainda estava em curso. Reconstruir econômica e socialmente era um problema comum a todos os países europeus, devastados pela guerra. A deterioração da existência de milhões de pessoas, o desemprego e a miséria punham em risco a coesão social. Neste contexto, o relatório Beveridge[98] exerceu bastante influência no debate sobre os critérios que deveriam nortear a reconstrução nos países europeus ocidentais. Apresentado ao governo inglês em 1942, pelo economista William Beveridge, o relatório apontava duas questões principais: primeiramente, a impossibilidade de voltar, uma vez que a guerra terminaria, às antigas fórmulas politicas do Estado liberal; tornava-se necessário refundar sobre novas bases a relação entre Estado e cidadãos.

Nesta perspectiva, o relatório indicava a necessidade de adotar uma série de medidas econômicas e sociais visando garantir a todos os cidadãos direitos básicos: em primeiro lugar uma política voltada a alcançar o pleno emprego, renda mínima garantida, subsídios aos jovens, direito à educação e saúde, sistema de previdência para todos os cidadãos. Colocava-se, portanto, a questão de uma nova função do Estado e da intervenção pública na regulamentação da economia. O relatório circulou e começou a

[98] Report of the Inter-Departmental Committee on Social Insurance and Allied Services.

ser discutido nos ambientes antifascistas italianos em 1943[99] encontrando um juízo positivo tanto por parte dos comunistas e socialistas, como dos democrata-cristãos. Estes últimos, no mesmo momento, lançavam seu programa econômico, conhecido como código de Camaldoli[100], centrado em princípios que visavam conciliar a tradição de solidariedade da Igreja com o livre mercado. Nesta quadro se inserem as profundas mudanças no quadro político europeu logo após o fim do conflito que marcaram uma ampla afirmação das esquerdas na Inglaterra, França, Itália, Bélgica. Na Inglaterra, o governo laborista, vencedor das eleições em 1945, baseou nestas diretrizes sua política, construindo assim o *Welfare State*, Através de reformas de estrutura, meta do pleno emprego, sistema tributário progressivol, nacionalização de transportes e minas e instituição de uma planificação da despesa pública no sistema de educação, saúde e assistência social. Na França também, a reconstrução foi guiada por uma marcada intervenção pública na economia e por princípios de planificação, que encontraram posições favoráveis tanto entre as esquerdas como entre os conservadores. Foi o caso do plano Monnet (1946), elaborado e a aplicado sob os auspícios do general de Gaulle, constituía um modelo de planificação econômica, voltado, sobretudo, à modernização da indústria[101].

No contexto italiano, pelo contrário, todas as forças políticas, em base a motivações diferentes e em alguns casos opostas, excluíram a possibilidade de formas de intervenção do estado na economia. As três orientações econômicas que se

[99] Veja-se MASULLI, Ignazio, *Il dibattito sul lavoro e sui diritti sociali all´Assemblea Costituente*, Istituto De Gasperi Documentazione, in http://www.istitutodegasperi-emilia-romagna.it/pdf/callout2_saggio.pdf consultado em 10/01/2013.

[100] O código de Camaldoli deriva seu nome do lugar – o Mosteiro de Camaldoli – onde foi realizado o encontro entre os principais representantes políticos do mundo católico italiano entre 18 e 23 de julho de 1943.

[101] "Plan de Modernisation et d´Equipement"

confrontavam – liberal, marxista e católica – encontravam um terreno comum na recusa e na necessidade de superar os princípios corporativistas e autárquicos do fascismo.

Na década de Trinta, só a massiva intervenção do Estado na economia, possibilitou a continuação do desenvolvimento econômico evitando o colapso em seguida à crise de 1929. Tratou-se de uma intervenção direta do Estado na atividade industrial, no sistema de crédito e de investimentos. A intervenção do estado na economia, como se sabe, não foi apenas característica italiana. Como aconteceu em outros países europeus, nos Estados Unidos e no Japão, na Itália também as primeiras medidas tomadas tiveram como objetivo a preservação da agricultura e da indústria nacional, através da eliminação da concorrência estrangeira e da diminuição dos custos de produção e para salvar o sistema bancário. A peculiaridade italiana deve-se, segundo Castronovo[102], ao fato de a política anticíclica ter sido aplicada por um sistema autocrático, em um contexto econômico e social que se encontrava – em comparação com outros países como, por exemplo, França ou Inglaterra – em uma evidente situação de atraso. Um atraso causado por desequilíbrios internos, por um mercado pouco desenvolvido e por modestos avanços tecnológicos. Esta situação, afirma Castronovo, fez com que o regime fascista introduzisse também no campo econômico, elementos chauvinistas e populistas.

As dimensões e a profundidade da intervenção do regime fascista foram tão amplas que a Itália chegou a apresentar um grau de estatização na economia segunda somente a URSS[103]. A criação do IRI (Instituto Reconstrução Industrial), em 1933, tornou o estado proprietário dos três principais bancos italianos e de diversas empresas que estavam destinadas à falência. Em 1937, o IRI assumiu uma função direta de gestão de empresas

[102] CASTRONOVO, Valerio, *Storia economica d´Italia*, in Storia d´Italia, vol. IV, Dall´Unità ad oggi, Turim, Einaudi, 1975, p. 353
[103] Idem, p. 355

de serviços e produção que, se por um lado favoreceram um novo desenvolvimento industrial do país, por outro lado sempre ficaram subordinadas às exigências dos setores mais fortes da burguesia italiana. O Estado deixou de intervir diretamente nos setores estratégicos, como a indústria mecânica, química, têxtil, elétrica que ficaram nas mãos de poucas grandes empresas privadas e investiu nos setores que apresentavam os riscos maiores, como a indústria siderúrgica ou armadora. E ainda, uma vez recuperadas as indústrias pertencentes a estes segmentos, a política adotada era de retirar-se deixando espaço à iniciativa privada, tentando, onde possível, restaurar os antigos equilíbrios entre os grupos financeiros que controlavam o setor[104]. Portanto, o que não estava sob o direto controle e gestão do Estado, acabava concentrando-se nas mãos de oligopólios, controlados, em continuidade com o passado, por poucas dinastias familiares. Medidas de emergência, e que deveriam ser transitórias, acabaram cristalizando-se, dando lugar a um sistema formado por um "estado banqueiro e empresário" e por algumas grandes constelações de interesses, o que parecia reproduzir os antigos feudos[105], pois o regime fascista lhe garantia – como fazia em passado o estado liberal – uma série de privilégios. Além de contar com uma política protecionista, a burguesia podia dispor da força-trabalho com custo mínimo pela falta de liberdade de organização política e sindical da classe trabalhadora. Portanto, diversamente de outros países da Europa ocidental, a intervenção do Estado na economia para contrastar a crise de 1929, não deu lugar a uma economia mista, mas criou, ao contrário, um sistema caracterizado pelo entrelaçamento de interesses entre capital privado e Estado. O Estado não assumiu, através do IRI, a tarefa da programação, atuando essencialmente como um empresário privado. Isto gerou o crescimento do aparelho burocrático voltado, apenas teoricamente, ao exercício do

[104] Idem, p. 359.
[105]CASTRONOVO, Valerio, *Lo sviluppo econômico in Italia nel cinquantennio repubblicano. Problemi aperti,* Studi Storici, I, 1995, Anno 36

controle político sobre o mercado e sobre as estruturas financeiras, mas que de fato, nunca representou um impedimento contra os interesses e a atuação dos grupos mais poderosos da burguesia industrial. O bloco social que predominou durante o fascismo foi constituído portanto pela grande indústria e pela burocracia estatal nos setores que apresentavam os riscos maiores. À luz desta experiência, existia, entre as forças antifascistas, um clima de hostilidade para com a presença do Estado na economia. Em consequência disso, a Itália representou uma anomalia no quadro dos países europeus que enfrentavam a reconstrução: países como Inglaterra, França, Alemanha, aproveitaram das ajudas e dos empréstimos estadunidenses para reativar a produção em base a critérios mais modernos e eficientes usando o papel propulsivo do Estado. Na Itália, pelo contrário, aplicaram-se, de imediato, medidas clássicas do liberalismo. Formas de programação e intervenção públicas foram introduzidas na década de Cinquenta pelos governos de centro-esquerda com a participação do Partido socialista.

A posição dos comunistas de renúncia em reivindicar um papel central do estado na reconstrução e em aceitar um "liberalismo de emergência"[106] facilitou a recomposição das velhas classes dirigentes e favoreceu escolhas econômicas que gravaram sobre as classes populares.

O quadro da Itália em 1945, após o fim do segundo conflito mundial apresentava uma situação de emergência, sendo dominado pelo desemprego, inflação e especulação. Todos os setores da economia haviam sofrido perdas ou destruição: 20% da infraestrutura industrial resultava destruída, mas os danos foram bastante limitados nas regiões industrializadas do Norte, onde a guerrilha organizou a defesa militar dos estabelecimentos. A produção industrial havia sofrido uma redução de 29%. O que mais preocupava, porém, era o sistema de comunicações e transporte, que estava gravemente

[106] A expressão é usada por G. Crainz, in CRAINZ, Guido, *Storia del miracolo italiano*, o.c., cit. p. 33

comprometido, com 40% das linhas ferroviárias destruídas. O setor agrícola, até então a principal fonte de emprego e sobrevivência da população era o mais danificado, registrando uma queda de 63,3% na produção respeito aos valores de antes da guerra. Contavam-se cerca de 3 milhões de desempregados, sobre uma população de 45 milhões de habitantes[107].

A Reconstrução, de fato, iniciou já em agosto de 1944, quando os Estados Unidos colocaram a disposição do governo um empréstimo para a aquisição de matérias-primas e de materiais indispensáveis para reativar o setor industrial e para resolver os problemas imediatos de falta de alimentos.

3.3 A democracia progressiva

O novo implante teórico do Pci que Togliatti havia elaborado mediando entre os princípios estratégicos da frente popular e os Cadernos de Gramsci (neste momento ainda desconhecidos) foi apresentado pelo secretário do Pci durante as conferências aos quadros de partido em Nápoles, Roma, Florença e Milão em 1944. A política de unidade nacional queria dizer combater para instaurar um regime de democracia progressiva, a única forma, na conjuntura que se apresentava, para destruir as raízes fascistas, que tinham suas bases sociais nos monopólios e na grande propriedade agrária. O conceito de democracia progressiva diferenciava-se do conceito de democracia popular e não significava caminho ao socialismo através de um percurso democrático gradual, mas apontava um processo de transformações econômicas e políticas que deveriam produzir um novo tipo de socialismo, não assimilável, portanto, ao modelo reformista das socialdemocracias ocidentais. Em diversas ocasiões Togliatti

[107] COLARIZI, Simona, *Storia Politica della Repubblica 1943-2006,* Roma-Bari, Laterza, 2007.

voltou sobre o conceito de democracia progressiva tentando dar uma definição. De imediato, em 1944, queria dizer:

> "atuar uma profunda reforma agrária que crie, no campo, uma nova situação em favor do pequeno e do médio camponês, que destrua todo resíduo feudal, que dê a terra e os meios para cultivá-la aos camponeses que hoje não a possuem [e derrotar] os grupos plutocráticos, responsáveis pela instauração na Itália do regime fascista e autores diretos da catástrofe nacional hodierna, deverão ser atingidos e postos na impossibilidade de causar danos"[108]

Não significava, portanto, luta para a eliminação do capitalismo, mas luta contra o bloco mais reacionário da sociedade permanecendo, porém, dentro de uma ordem que não punha em discussão o princípio de acumulação capitalista.

Poucas semanas após a Libertação, em maio de 1945, Togliatti deu uma nova definição de democracia progressiva:

> "um regime democrático que realiza medidas de caráter socialista, ou seja, que se orienta para um regime de conteúdo social diferente do que existia antes do fascismo, e diferente do que existe nos países democráticos de capitalismo puro"[109]

A democracia progressiva vai configurando-se como uma forma de transição ao socialismo, a ser realizada através de uma série de reformas que, diversamente das reformas capitalistas das socialdemocracias, deveriam enfraquecer o capital, começando pela diminuição de sua concentração. Ao afastar-se do modelo soviético de revolução, Togliatti se afastava também teoricamente do marxismo, pelo qual não há uma forma intermediaria de Estado e de estrutura econômica entre socialismo e capitalismo.

Quem mais tentou aproximar a democracia progressiva com a teoria marxista foi um jovem dirigente do Pci, Eugenio Curiel, ativo na Resistência em Milão, morto em uma emboscada em fevereiro de 1945, poucos meses antes do fim da guerra. Da

---

[108] TOGLIATTI, Palmiro, *La politica di unità nazionale dei comunisti*, relatório apresentado à organização comunista em Napoles em 11 de abril de 1944, in **Critica Marxista**, a.II, n. 4-5, luglio-ottobre, 1964, p. 42.
[109] AGOSTI, Aldo, Togliatti. Un uomo di frontiera, Turim, Utet, 2003, p. 300.

experiência de luta e sucessivamente de governo, dos CLN (Comitês de Libertação Nacional) Curiel chegou a formular, e foi o primeiro a fazê-lo, o conceito de democracia progressiva:

> "Democracia progressiva significa, justamente, indicar o rumo do progresso, o rumo do socialismo à grande maioria da nação. Porque democracia progressiva não significa apenas uma etapa, uma fase que deve ser conquistada e que atrase o caminho que ainda falta para chegar à meta: a democracia progressiva é a formulação política do processo social da revolução permanente. A democracia progressiva não é uma condição de equilíbrio das forças sociais: a existência de uma democracia progressiva está condicionada ao contínuo progresso social, à cada vez mais firme participação popular ao governo, à cada vez mais madura hegemonia da classe operária"[110]

Para Curiel não existia

> "uma linha divisória pré-constituída entre os problemas da reconstrução e os da edificação da sociedade socialista... devemos lutar para que a democracia progressiva se realize superando os limites e os obstáculos que as forças reacionárias colocarão, devemos lutar para que a ruptura aconteça nas condições para nós mais favoráveis, portanto, para que a ruptura aconteça nas condições menos duras para a classe operária e para toda nação"[111]

A democracia progressiva era, portanto, o momento de ruptura, uma fase, necessariamente breve, de transição ao socialismo. Ele não considerava o Cln como uma coalizão de partidos, "mas o maior organismo nacional de massas, substância de todos os órgãos que o povo italiano forjou em sua luta"[112], ou seja, uma forma estatal de transição do estado fascista para o novo, uma forma de autogoverno e de exercício de democracia direta, num momento em que existia um dualismo de poder. Nesta mesma perspectiva, colocava-se também Pietro Secchia, que foi nos anos do pós-guerra o maior dirigente do partido após Togliatti e seu principal antagonista. No relatório apresentado à direção do partido em março de 1945, sobre o papel dos Cln, ele afirmava: "O

[110] CURIEL, Eugenio, *Due tappe della storia del proletariato*, cit. in SPRIANO, Paolo, *Storia del Partito comunista italiano*, o.c., p. 280.
[111] Idem.
[112] CURIEL, Eugenio, *Un´esperienza di lotta che non deve andare perduta: le cinque giornate di Milano e la situazione odierna*, cit. in SPRIANO, Paolo, *Storia del Partito comunista italiano*, o.c., p. 279.

governo democrático na Itália apoiará nestes órgãos populares. Sem estes órgãos, base do poder popular, é vão falar em democracia progressiva"[113].

Estas diferentes posições refletem as diferenças existentes entre os principais dirigentes do Pci e Togliatti. Em nenhum momento o secretário do Pci apontou ao Cln como forma e instrumento de transição; referindo-se à necessidade de substituir a estrutura de estado fascista e constituir órgãos democráticos de autogoverno, ele, pelo contrário, voltava-se ao passado, às "tradições de autogoverno locais" italianas[114]. Indicava, como passos necessários para a edificação de uma democracia progressiva, a eleição de uma Assembleia Constituinte e a sucessiva elaboração de uma Constituição que pusesse as bases para sua atuação, mantendo em primeiro plano o aspecto institucional da manutenção da unidade nacional, após o fim da guerra, entre os três maiores partidos.

O elemento que deveria diferenciar a democracia progressiva do reformismo estava no novo papel que Togliatti atribuía, mediando o pensamento de Gramsci, à classe trabalhadora, ou seja, sua função "diretiva", no sentido de classe que exerce sua hegemonia política e cultural, mas que ainda não detém o poder. Na análise de Togliatti por meio de Gramsci, a classe trabalhadora deveria tornar-se classe nacional, representante de interesses nacionais e levar a cabo o processo inacabado durante o Risorgimento. Substituir-se à burguesia que havia fracassado acabando por produzir o fascismo. A guerra antifascista constituía, portanto, a etapa de um processo revolucionário que deveria conduzir à formação de uma "república de tipo novo", em que a classe trabalhadora poderia tornar-se classe dirigente, construindo um novo bloco

[113] Informe apresentado por Pietro Secchia na reunião da Direção do Pci em março de 1945, in SPRIANO, Paolo, o.c., p. 497.
[114] "Que se abra o caminho para as forças populares nos Municípios e nas Províncias. Que se permita varrer a corrupção fascista, retomar nossas grandes tradições de autogoverno local", TOGLIATTI, Palmiro, *La politica di unità nazionale dei comunisti*, cit. p. 39.

social e conquistando hegemonia na sociedade (o consenso antes da tomada do poder). Isto explica a prioridade atribuída à atuação do partido na Assembleia Constituinte e à construção de uma nova Constituição, objetivo que acabou subordinando todos os outros.

3. 4 A batalha na Assembleia Constituinte e a nova Constituição

Uma vez definidas as linhas estratégicas – método democrático e via eleitoral como caminho para construir o socialismo, a "via italiana ao socialismo" – o esforço do Pci se concentrou na elaboração de uma nova Constituição que garantisse, pelo menos nos princípios, a possibilidade de alcançar formas de democracia avançada. Teoricamente a Constituinte representava um instrumento da democracia progressiva, o alicerce para construir uma sociedade avançada e chegar ao socialismo. Nas palavras de Togliatti:

> "A campanha para a Constituinte deve ser profunda, para preparar uma radical transformação da estrutura econômica e política italiana, através da intervenção na vida política de forma ativa de todas as massas trabalhadoras"[115].

Aparece aqui de forma evidente a ligação entre objetivos institucionais e objetivos econômico-sociais: a Constituinte era considerada como instrumento, legal, para viabilizar mudanças estruturais do Estado. Invertendo os termos, o Pci considerava a Constituição como o início de um processo de transformação e não como ponto de chegada de um processo revolucionário que intervinha para sancionar conquistas já adquiridas. Tratava-se de trabalhar para sancionar e afirmar os princípios da "velha democracia" (direitos civis e políticos) e para inserir "novos conceitos progressivos" (por exemplo, a "remoção dos obstáculos econômicos e sociais" que impedem ou

[115] Discurso de Togliatti de 19 de maio de 1945, in SECCHIA, Pietro, *Il Partito comunista italiano e la guerra di Liberazione, 1943-1945*, Milão, Feltrinelli, 1973, p. 1057.

limitam a igualdade entre indivíduos). Tratava-se, como ressaltam entre outros De Nicolò, Catone e D´Albergo[116], de inserir na Constituição as garantias contra possíveis tentativas de golpe, uma vez que existia o risco de involuções antidemocráticas e, ao mesmo tempo, de garantir o direito de ter reconhecidas, pela Constituição, eventuais possíveis conquistas econômicas e sociais no futuro.

Efetivamente, a Constituição foi a principal parcial conquista que o Pci conseguiu lograr. Um dado original da elaboração da nova Constituição é que foi resultado do trabalho, e do compromisso, dos principais partidos políticos e não de juristas. De certa maneira, isto fotografava com precisão as relações de força entre os partidos de massas dos primeiros anos do pós-guerra. Todas as fases de redação da Constituição foram um permanente jogo de equilíbrio entre as maiores forças, determinado também pelas mudanças que, no período do confronto e da elaboração, ocorreram no plano nacional e internacional.

Os trabalhos da Assembleia Constituinte iniciaram em junho de 1946 e se estenderam até 31 de janeiro de 1948. Em três anos, a conjuntura interna e internacional mudou profundamente. O segundo semestre de 1946, que se concluiu com a crise do governo liderado por Ferruccio Parri, representou, neste sentido, o esgotamento do momento mais favorável para as esquerdas. Em 1947 comunistas e socialistas foram excluídos do governo e o bloco conservador, após a temporária e parcial crise de poder no período entre a queda do fascismo e o fim da guerra, teve a possibilidade de reorganizar-se. A Democracia Cristã, que não representava apenas as massas populares católicas, conseguiu aglutinar os interesses deste bloco conservador formado por

[116] DE NICOLÒ, Marco, *Lo Stato nuovo. Fausto Gullo, il Pci e l´Assemblea Costituente*, Cosenza, Luigi Pellegrini Editore, 1996, em particular as pags. 125-128; e CATONE, Andrea, D´ALBERGO, Salvatore, *Lotte di classe e Costituzione. Diagnosi dell´Italia repubblicana*, Napoles, La Città del Sole, 2008.

grandes grupos econômicos privados e por setores vinculados ao aparelho burocrático do Estado. Ainda que dividido no seu interno entre liberais e reformistas (orientados segundo os princípios do solidarismo católico), o partido democrata-cristão foi, entre os partidos de massas legitimados pela luta antifascista, o que dava maior garantia sobre a manutenção das relações de classes e do regime de propriedade privada existentes. Além disto, De Gasperi, sobretudo em função do papel desenvolvido como ministro das relações internacionais, conseguiu estreitar os laços com os Eua e ganhar sua confiança, que se traduziu em ajudas econômicas, indispensáveis para que a Itália conseguisse retomar sua atividade econômica e produtiva. Em 1948, a adesão ao ERP (European Recovery Program) sancionava a entrada da Itália no bloco ocidental, no novo quadro da guerra fria que se perfilava. A tarefa do Pci de inserir elementos progressivos, sobretudo na parte relativa à definição dos direitos econômicos e sociais, encontrou, portanto, crescentes obstáculos. Mas era, sobretudo, em seu conjunto, a estratégia da frente popular a encontrar crescentes dificuldades, até tornar-se impraticável.

No programa apresentado pelo partido em ocasião das eleições de junho de 1946, declarava-se:

"A Constituição republicana deverá proclamar e sancionar novos direitos dos trabalhadores. O direito ao trabalho, ao descanso, à educação, à saúde, à aposentadoria [...]. Para garantir estes novos direitos deve existir um novo conceito social de propriedade que, ainda que reconhecendo amplas liberdades ao desenvolvimento da iniciativa privada na reconstrução nacional, permita ao Estado de combater contra os privilégios da plutocracia e de intervir com eficácia para aliviar a miséria do povo [...] Para desenraizar os privilégios dos grupos econômicos ainda semifeudais e monopolistas, que foram os artífices do fascismo, da guerra, do desastre nacional, o Partido comunista [...] reivindica: a nacionalização da grande indústria monopolista essencial para a reorganização industrial, dos serviços públicos, dos grandes bancos, das sociedades de seguro; a instituição de Conselhos de gestão que representem todos os fatores que contribuem à produção; a defesa do artesanato e da pequena e média indústria; uma profunda reforma agrária voltada à eliminação da grande propriedade latifundiária, à instauração de formas de condução cooperativas, à renovação dos contratos agrários a favor dos trabalhadores agrícolas, à extensão, proteção e ajuda da pequena e média propriedade, à extinção do desemprego crônico, à elevação da produtividade geral da agricultura italiana"[117]

[117] Programa do Pci, aprovado pelo CC em ocasião das eleições de 2 de junho de 1946, in **Rinascita**, n. 4, abril de 1946.

Tratava-se das linhas gerais estabelecidas durante o V Congresso. Em primeiro lugar a luta contra os monopólios, o reconhecimento de formas de propriedade diferentes da propriedade privada e a inserção de alguns limites ao conceito de propriedade e, no quadro de sua política de alianças, a tutela da pequena e média propriedade na agricultura e da pequena e média indústria.

Portanto, a verdadeira batalha do Pci colocava-se no campo econômico e social. E no discurso à Assembleia Constituinte Togliatti ilustrava os seis pontos com os quais o Pci entendia colocar e garantir, constitucionalmente, direitos econômicos que ainda não haviam sido adquiridos pela sociedade italiana e para os quais o Pci lutaria:

"a) a necessidade de um plano econômico que permita o Estado intervir na coordenação da atividade produtiva dos indivíduos e de toda a nação; b) o reconhecimento constitucional de formas de propriedade dos meios de produção diferentes da propriedade privada, ou seja, da propriedade cooperativa e estatal. O reconhecimento da propriedade cooperativa permitirá o legislador liberar o movimento cooperativo dos limites demasiado estreitos da legislação civil e comercial atual [...] O reconhecimento da propriedade estatal de determinados meios de produção, por outro lado, servirá para dar uma base constitucional ao processo de nacionalização de determinados ramos industriais; c) a necessidade de nacionalizar as empresas que, por seu caráter público ou pelo fato de serem monopolistas, devem ser subtraídas da iniciativa privada, para impedir que grupos plutocráticos se sirvam delas para estabelecer uma hegemonia sobre a vida de toda a nação; d) a necessidade de organização de conselhos de fábrica, como órgãos para o exercício de um controle sobre a produção por parte de todas as categorias de trabalhadores e no interesse coletivo; e) a necessidade de limitar, em função do interesse social, o exercício do direito de propriedade; f) a necessidade de modificar profundamente a distribuição da terra, de modo que se elimine a grande propriedade agrícola e que se defendam e protegiam a pequena e média propriedade"[118]

Durante os trabalhos da Constituinte, o único tema que registrou uma convergência por parte dos partidos foi a necessidade de combate aos monopólios. Por parte dos liberais, Luigi Einaudi propunha que a Constituição prevenisse a formação de monopólios com um artigo específico. A esta questão estava diretamente vinculada a outra que dominou a discussão, e que evidenciou as diferenças entre as forças políticas,

[118] TOGLIATTI, Palmiro, *Per una Costituzione democratica e progressiva*, discurso à Assembleia Constituinte, 11 de março de 1947, in **Critica Marxista**, a.II, n. 4-5, luglio-ottobre, 1964, págs. 200-222, cit. p. 220-221.

ou seja, a possibilidade e as formas de nacionalizar as empresas que representavam interesse público e coletivo. A proposta inicial apresentada por Pesenti, pelo Pci, previa a intervenção do Estado nos casos de uma empresa assumir caráter nacional. Esta foi modificada e restrita apenas às empresas de serviços públicos essenciais – foi o caso da energia elétrica – e aos casos de ”intoleráveis monopólios privados”. Todavia, o que mais encontrou a oposição de liberais e democrata-cristãos foi a reivindicação de um “plano econômico”, apesar de a proposta do Pci reconhecer sem ambiguidade o direito à propriedade privada. A objeção levantada era de que um artigo assim estruturado pudesse abrir a porta, se não de imediato no futuro, ao coletivismo. O termo “plano” foi finalmente substituído pelo de “programação”. Fazendo um balanço do resultado final dos artigos que regulam as relações econômicas da Constituição (os artigos de 41 a 47), podemos dizer que o Pci conseguiu um resultado positivo no sentido de que, através de um compromisso com os princípios liberais, viu reconhecidos, pelo menos formalmente, uma série de vínculos que submetiam a iniciativa e a propriedade privada às “funções sociais”, “utilidade social” e “objetivos sociais”. No que diz respeito às nacionalizações, ainda que a proposta inicial de Pesenti tivesse sido modificada, de fato a grande parte de empresas de grandes dimensões, passou nos anos que seguiram, através da instituição do Ministério da Participação Estatal (1956), sob o controle público.

. Usando uma expressão de Piero Calamandrei, a Constituição tornava-se uma “revolução prometida”, porque a Constituinte não tinha poder de legiferar e na Constituição não estavam indicados concretamente, os órgãos e os instrumentos para realizar as reformas indicadas. Assim, estava nas mãos dos sucessivos governos, cumprir, ou menos, com as indicações programáticas apontadas nos princípios constitucionais.

As esquerdas, e o Pci em particular, privilegiando o plano institucional e político ao econômico não se opuseram às escolhas liberais tomadas tanto pelos governos de unidade nacional dos quais participaram, quanto pelos que se sucederam pelo menos até 1948. A batalha legalista do Pci, concentrada no reconhecimento formal de direitos constitucionais para chegar a transformações estruturais do Estado, estando de fora do aparelho estatal, tornava-se ainda mais complexa.

3.5 O "novo curso econômico"

Se o objetivo do Pci de Togliatti era de construir um novo bloco social construído a partir da classe trabalhadora e por ela dirigido, voltado à instauração de um regime de democracia progressiva, tornava-se necessária uma política de compromisso, capaz de falar a segmentos econômicos e sociais diferentes, mediando interesses diferentes. A Conferência econômica *Ricostruire* (agosto de 1945) e o V Congresso (1945-46) mesmo mostrando uma dialética interna sancionaram esta linha, conhecida também como "novo curso". Os alicerces estavam fixados em três pontos: função nacional da classe operária, solidariedade nacional e reconstrução econômica e produtiva do país[119].

A função nacional da classe operária trazia consigo o conceito de aliança entre diferentes classes. A política do Pci, portanto, não estava direcionada apenas aos interesses da classe operária e camponesa, mas levava em conta também os interesses da pequena e média empresa e dos pequenos e médio proprietários de terra. Solidariedade nacional, como Togliatti explicou durante o V Congresso, não consistia apenas em socorrer e aliviar a situação das faixas mais pobres da população, mas queria

[119]TOGLIATTI, Palmiro, *Rinnovare l'Italia*, Informe apresentado ao V Congresso Nacional do PCI, Roma, 29 de dezembro – 6 de janeiro de 1946, in **Critica Marxista**, a.II, n. 4-5, luglio-ottobre, 1964, págs. 77-129.

dizer "atividade organizada pelo governo e pelos órgãos sindicais e populares para limitar os privilégios dos grupos mais ricos e de combater a especulação"[120]. Quanto à reconstrução econômica e produtiva, a linha do Pci colocava a necessidade de realizar uma reforma industrial e uma reforma agrária.

Este programa, pela forma em que foi conduzido, não chegou a constituir um verdadeiro empecilho para a classe empresarial. Esta colocava, de imediato, duas questões sobre as quais não houve oposição por parte das esquerdas: voltar ao total controle das fábricas, onde os trabalhadores, no período da luta antifascista, haviam imposto nas fábricas do Norte os Conselhos de gestão, reconhecidos em 1945 pelo Clnai (Comitê de Libertação da Itália do Norte), e contar com uma política econômica baseada no laissez-faire, ou seja, sem alguma forma de controle e intervenção por parte do estado. Cabe ressaltar a este propósito, como fazem Colarizi e Castronovo[121], que os capitalistas italianos pareciam remover, nesta conjuntura, o fato de que todo o desenvolvimento do capitalismo italiano havia sido sustentado pela intervenção do Estado.

Podemos dizer que a demanda de "normalização" por parte da burguesia, depois do clima de guerra de classes instaurado nas fábricas do Norte e dos movimentos no campo, sobretudo no Sul, que também apresentavam conteúdo classista, foi acolhida pelo Pci. Esta postura de recusa de qualquer forma de radicalização das lutas sociais, e a aprovação de uma "trégua social" nos anos do pós-guerra, acompanhava a nova estratégia (o caminho ao socialismo através de um percurso institucional e parlamentar apoiado por uma mobilização de massas que deveria funcionar como pressão para

[120] Idem, p. 98.
[121]COLARIZI, Simona, *Storia del Novecento Italiano. Cent'anni di entusiasmo, di paure, di speranza,* o.c. (em particular as págs 325-332), e CASTRONOVO, Valerio, *La storia economica*, in Storia d´Italia, vol. IV, Dall´Unità ad oggi, o.c., págs. 409-421.

obtenção de conquistas democráticas progressivas) pela qual não havia condições objetivas para conduzir com sucessos ações revolucionárias. A este propósito é interessante evidenciar que Togliatti temia, sobretudo após a exclusão do partido do governo, o eclodir de fenômenos de esquerdismo, que ele definia como "orientações milenaristas"[122] que deveriam ser combatidas.

A Conferência *Ricostruire* foi convocada para discutir e definir as diretrizes de política econômica do partido, "uma linha econômica construtiva concreta" afirmava Togliatti e, apesar de o debate acabar tratando de questões e propostas conjunturais, tais linhas gerais constituíram, por um período bastante extenso, o quadro de referência para o partido (ainda em começo da década de Sessenta Togliatti reafirmava a validade dos princípios gerais traçados na conferência). No momento da realização da conferência, o Pci participava do governo liderado por Ferruccio Parri (21 de junho-10 de dezembro de 1945) ocupando o Ministério da Justiça (Togliatti), da Agricultura (Gullo) e das Finanças (Scoccimarro).

O Pci propunha um regime de economia de mercado mediada e regulamentada pela intervenção do Estado, dos sindicatos e dos Cln voltada principalmente ao aumento da produtividade e evidenciava, em diversas ocasiões, o fato de não reivindicar uma política econômica planificada:

> "Reivindicar um plano econômico nacional neste momento e, sobretudo, apresentá-lo como condição para um grande desenvolvimento da atividade de reconstrução do país, a meu ver é utópico […] Estou convencido de que proporíamos uma reivindicação que nós mesmos não conseguiríamos realizar […] mesmo se nós governássemos sozinhos, hoje recorreríamos à iniciativa privada para a reconstrução […] A luta, portanto, não é contra o capitalismo em geral, mas contra formas particulares de rapina, de especulação e corrupção"[123]

---

[122] MARTINELLI, Renzo (org.), *La politica del Pci nel periodo costituente. Il rapporto di Palmiro Togliatti al Comitato centrale del 18-19 settembre 1946*, in **Studi Storici**, Anno 32, n. 2 (Apr.-Jun.), 1991, págs. 487-494, cit. p. 491.

[123] Relatório de Togliatti em ocasião da abertura da Conferência econômica Ricostruire, in CENTRO STUDI ECONOMICI DEL PCI DI ROMA (org.), *Ricostruire* (resoconto del Convegno econômico del Pci), Roma, l´Unità, 1945, p.159.

Togliatti argumentava seu discurso tomando como exemplo a própria União Soviética e seu percurso para chegar a elaborar e atuar os planos quinquenais:

> "Na Rússia soviética chegou-se aos planos quinquenais depois de dez anos de governo da classe operária, e depois de uma série de tentativas de aplicação de planos limitados que, em determinados períodos, deixavam ampla margem de ação à iniciativa privada"[124]

A recusa de uma economia planificada no capitalismo não era peculiar do Pci, mas pertencia à cultura da Internacional comunista; a economia planificada por parte do Estado somente poderia ser específica de um "novo sistema de produção". O conceito subjacente era a impraticabilidade da reforma do capitalismo e, além disto, estava radicada a ideia de um iminente colapso do sistema capitalista. Portanto, podemos colocar também neste contexto a "docilidade" de Togliatti em não reivindicar uma intervenção do Estado na economia. Esta reivindicação não estava presente no programa do Pci, mas, como vimos, foi colocada no debate desenvolvido durante a Constituinte (a reivindicação de um "plano econômico nacional"). Não se tratava de uma contradição porque, explicitamente, a nova Constituição era considerada como projeto e instrumento para conseguir uma democracia avançada a ser realizada no futuro, uma vez superados os problemas emergenciais do pós-guerra.

A proposta do Pci, por outro lado, consistia em completar a etapa inacabada da revolução democrático-burguesa e, em uma situação de emergência como era a situação italiana, o controle econômico do Estado deveria limitar-se ao combate contra os monopólios e à especulação. Neste sentido, no curso do debate que se desenvolveu durante a Conferência dominou a posição de Antonio Pesenti que, distinguindo em tema de intervenção do estado, entre "fenômenos contingentes" e "características estruturais", propôs de limitar-se aos primeiros[125]. Não faltaram, contudo, propostas de

[124] Idem.
[125] Veja-se MC CARTHY, Patrick, *I comunisti italiani, il "new deal" e il reformismo*, in **Studi Storici**, Anno 33, n. 2/3, 1992, págs. 457-478; COMEI, Marina, *Le sinistre e la Ricostruzione*, Bari, Dedalo, 1979, págs. 23-27.

planificação de tipo soviético. Tratava-se de posições minoritárias que encontravam em Dami o principal interprete, e que foram duramente criticadas por Togliatti[126].

A ausência de uma reivindicação de planificação econômica, por outro lado, não queria dizer, para o Pci, abrir mão completamente de qualquer forma de controle e de direção política da economia. Esta deveria estar direcionada prioritariamente ao combate do fenômeno da especulação e à destruição dos monopólios.

Togliatti insistiu sobre a necessidade de inserir "formas de controle democrático e popular" e de instrumentos para realiza-las, sempre baseadas no pressuposto de uma ação pelo alto, no plano institucional, impulsionada por um forte movimento de massas que o partido deveria estimular e manter. Nesta perspectiva, durante a Conferência foram avançadas propostas e identificados campos de ação para pôr em prática este controle democrático e popular. Foi discutido, por exemplo, o tema das nacionalizações. Luigi Longo identificava como elemento crucial a nacionalização dos bancos e de indústrias estratégicas. No que diz respeito à nacionalização dos bancos, mais do que a questão da propriedade, considerava-se necessário o controle sobre o uso dos capitais dos bancos, sobre as concessões de crédito, através de órgãos que incluíssem representantes populares nos conselhos de administração e direção dos bancos. Desta maneira criava-se um instrumento para responder ao problema contingente da especulação ativando diretamente a participação democrática popular. Segundo Sereni, tratava-se de tornar efetivas e potencializar as funções dos Conselhos de gestão das indústrias (estes já implantados) e dos bancos, para que as exigências das classes trabalhadoras conseguissem ter voz ativa dentro das próprias instituições. E, ao

[126] "Há camaradas que, diante das dificuldades da situação refugiam-se no puro estudo abstrato de problemas gerais sem se preocupar com a intervenção imediata para modificar a realidade atual. Eles fogem a ação para defender-se atras da propaganda", Relatório de Togliatti, in CENTRO STUDI ECONOMICI DEL PCI DI ROMA (org.), *Ricostruire* (resoconto del Convegno econômico del Pci), cit. p.159.

mesmo tempo, ele ressaltava o fato de que se trataria de uma forma de intervenção do Estado distinta do tipo de direção monopolista que havia caraterizado o regime fascista, porque vislumbrava a possibilidade de as classes trabalhadoras apropriarem-se e ter o controle das instituições do Estado. Diversos estudiosos do Pci evidenciaram, todavia, a pouca clareza e as contradições existentes dentro do partido sobre a questão das nacionalizações[127].

As conclusões da Conferência perfilavam um Pci orientado, portanto, a propor uma economia de mercado aberta com algumas intervenções do estado em setores estratégicos.

A gravidade da situação econômica direcionou o debate sobre formas de intervenção conjunturais. Era necessário combater a inflação e chegar a estabilizar a moeda. Scoccimarro, ministro das finanças, elaborou um plano que previa a substituição da lira com uma nova moeda e a introdução de um imposto de caráter extraordinário sobre o patrimônio. Era uma forma, segundo o Pci, de redistribuir os custos da reconstrução econômica de forma equilibrada, para que estes não recaíssem em particular sobre a classe trabalhadora. A substituição da moeda permitiria em primeiro lugar calcular a quantidade efetiva de moeda em circulação para poder controlar, desta forma, a inflação, e medir as capacidades contributivas dos cidadãos. O imposto extraordinário sobre o patrimônio, assim como o confisco dos lucros obtidos durante a guerra e o imposto progressivo sobre os bens de luxo, se colocavam no quadro de uma mais ampla reforma do sistema tributário que a Assembleia constituinte

[127] Entre eles, Fabrizio Barca evidencia as permanentes oscilações do próprio Togliatti sobre a questão de intervenção do Estado. Em diversas ocasiões, no curso de 1945, por exemplo, ele afirmava os riscos de burocratização presentes nas nacionalizações. Por outro lado, porém, propunha de nacionalizar os grandes monopólios; recusava formas de controle de tipo bolchevique, mas mostrava a incapacidade de sair das genéricas formulas de "supervisão" operária e apresentar formas alternativas de controle com os relativos órgãos prepostos ao controle. Veja-se BARCA, Fabrizio, *Il capitalismo italiano. Storia di un compromesso senza riforme,* Roma, Donzelli, 1999, págs. 16-18

deveria definir na nova Constituição. Representavam medidas emergenciais de arrecadação destinadas a favor de obras de reconstrução em setores de interesse público, reativando desta forma a ocupação (reivindicava-se também a redução da jornada de trabalho e uma indenização de desemprego). Este projeto, apoiado pelas esquerdas, constituía o principal ponto de oposição à linha liberal de Reconstrução. Scoccimarro encontrava a oposição dentro do governo, do ministro do Tesouro, o liberal Corbino que, exatamente sobre a questão da introdução de uma nova moeda e do imposto patrimonial, provocou a crise e a queda do governo Parri. Com os sucessivos governos guiados por De Gasperi, eclipsava a perspectiva de contrastar uma politica econômica baseada nos princípios do liberalismo puro. Tanto Corbino como Luigi Einaudi,. a partir de 1947, atuaram políticas de deflação. Einaudi em particular reduziu a quantidade de moeda em circulação congelando 25% do valor dos depósitos bancários e introduziu uma série de normas para limitar o crédito. Ele alcançou desta maneira o objetivo de controlar a inflação, mas afetou sobretudo a pequena e média indústria que encontrou dificuldade em obter financiamentos. Como consequência diminuíram drasticamente os investimentos e a produção industrial; o custo, evidentemente, acabou recaindo sobre o proletariado industrial, que foi duramente afetado pelo desemprego – o número de desempregados superou os dois milhões em 1948 – e pelo arrocho salarial.

No mesmo relatório Togliatti chamava os operários para que estes se empenhassem na produção:

> "A primeira coisa que deve ser feita é, em minha opinião, a chamada aos operários para que em todos os locais de trabalho aumentem a produtividade do trabalho. A partir de agora este deve ser um dos pontos fundamentais de nossa agitação […] A classe operária deve saber que o aumento da produtividade do trabalho é uma das condições para criar na Itália um regime

democrático, porque se nós não conseguirmos hoje resolver os problemas econômicos e o mau hábito de não trabalhar se generalizar, o destino da democracia seria seriamente prejudicado"[128]

Tanto em *Ricostruire*, como durante o V Congresso, poucos meses depois, ao falar sobre a necessidade urgente de uma reforma industrial e agrária, Togliatti enfrentava a questão da insuficiente produtividade do trabalho na Itália. Esta era identificada como a principal causa da pobreza do país. Não se tratava, como apontavam os outros partidos, de uma pobreza devida à falta de matérias-primas, problema facilmente solucionável por meio da interdependência econômica entre as nações. A baixa produtividade era uma herança da política autárquica fascista, explicava Togliatti e, antes do fascismo, das políticas econômicas praticadas pelo bloco dominante industrial e agrário, sempre voltadas a reduzir e fechar o mercado interno para obter altos lucros. Neste caso também, a linha do partido com relação aos operários estava voltada a estabelecer uma colaboração entre operários e empresários em função da excepcionalidade do momento. Esta linha de colaboração significou aceitar o desbloqueio das demissões em janeiro de 1946, e mais tarde, em outubro do mesmo ano, a "trégua salarial", que não foi acompanhada por igual trégua no aumento dos preços. Que se tratasse de uma política desfavorável aos operários o mesmo Togliatti afirmou-o claramente em um discurso à Assembleia Constituinte, após a ruptura dos governos de unidade nacional (em seguida às pressões exercidas pelos Eua e vinculadas à liberação das ajudas do plano Marshall)[129], para demonstrar o senso de responsabilidade da classe operária. Dirigindo-se a De Gasperi afirmou:

"Os operários fizeram mais, moderaram a mobilização, a frearam, aceitaram a trégua salarial, ou seja, uma suspensão dos aumentos salariais sem que houvesse a correspondente suspensão do aumento dos preços. Negociaram recentemente a prorrogação desta trégua, ou seja, mostraram capacidade de direção política e econômica na vida do país. Não se podem

[128] Relatório de Togliatti, in CENTRO STUDI ECONOMICI DEL PCI DI ROMA (org.), *Ricostruire* (resoconto del Convegno econômico del Pci), cit. p.178.

[129] Contemporaneamente os comunistas foram excluídos dos governos dos quais participavam na França e na Bélgica.

repreender os operários, os trabalhadores, e os partidos que representam tais trabalhadores não podem ser objeto desta manobra”[130].

3.6 A reforma agrária

Uma das duas questões prioritárias no programa do Pci era a reforma agrária. Depois do fim da guerra (e pelo menos até meados da década de Cinquenta), o Pci dedicou bastante atenção às lutas camponesas, selecionando e enviando seus quadros mais preparados para montar uma estrutura organizativa que o partido não possuía no Sul. Mas a atenção não se limitou apenas ao Sul, porque o campo, além de envolver mais de 40% da população ativa no país representando 28% do PIB, constituía parte fundamental da estratégia do partido, desde os tempos do Congresso de Lion em 1926. Os camponeses, identificados como pequenos produtores, em contraposição à grande produção capitalista, constituíam a classe que, junto com os operários e os trabalhadores rurais, seria protagonista da revolução na Itália. Portanto, uma reforma agrária deveria ser realizada junto com eles e levando em conta as peculiaridades e as profundas disparidades existentes no território italiano, caracterizado por uma agricultura capitalista no Norte e por uma condição que apresentava traços feudais no Sul.

Sobre a questão da reforma agrária, por um período limitado (os meses que precederam o fim da guerra), criou-se uma convergência entre Pci e Psi de um lado e Dc do outro. Os democrata-cristãos também percebiam a necessidade de superar relações econômicas e sociais atrasadas que existiam nas regiões do Sul e de chegar a novas formas de regulamentação nas relações de trabalho no campo, sem pôr em

[130] Discurso de Togliatti à Assembleia Constituinte em 20 de junho de 1947, in TOGLIATTI, Palmiro, *Discorsi alla Costituente*, Roma, Riuniti, 1973.

discussão a propriedade privada da terra. Nas regiões do Sul, em particular na Calábria, desde 1943 havia iniciado um movimento de ocupação dos latifúndios não cultivados que se tornou mais consistente no ano seguinte. Movimentos análogos, ainda que de menor intensidade, aconteciam nas outras regiões meridionais. Tratava-se em parte de movimentos espontâneos e heterogêneos, porque existiam diversas categorias de trabalhadores rurais, submetidos a diferentes relações de trabalho. Um acordo entre os três partidos e um controle sobre o movimento camponês permitiria a aplicação da linha política de Togliatti – o plano institucional e o plano de organização e direção das massas – e nesta perspectiva, inseriu-se a ação do ministro comunista Fausto Gullo.

O Pci participava do segundo governo Badoglio[131] assumindo o ministério da Agricultura, com Fausto Gullo que ocupou o cargo de 1944 a 1946. Não podendo realizar uma reforma agrária (a questão havia sido adiada para ser debatida na Assembleia Constituinte, depois do fim da guerra), Gullo realizou um decreto que estabelecia uma reforma dos pactos agrários e a concessão de terras não cultivadas aos camponeses que constituíssem cooperativas. Gullo entendia tais medidas como um

> "primeiro passo decisivo para uma ação de transformação fundiária, que deverá esta acompanhada, está subentendido, com maior eficácia, por outras e mais radicais iniciativas"[132]

A concessão das terras estava vinculada ao reconhecimento da legalização da ocupação. A estabelecer a legitimidade da ocupação eram comissões compostas por um presidente do tribunal de apelação, por um representante dos proprietários e um dos camponeses.

[131] O segundo governo Badoglio ficou no cargo de 22 de abril de 1944 a 8 de junho de 1944. Neste governo Togliatti foi vice-presidente do Conselho, Antonio Pesenti vice-ministro do Ministério das Finanças e Fausto Gullo Ministro da Agricultura. Gullo e Pesenti mantiveram as mesmas funções durante o governo Bonomi I (18 de junho de 1944 a 12 de dezembro de 1944) e Bonomi II (12 de dezembro de 1944 a 21 de junho de 1945). Neste último executivo, Togliatti voltou à vice-presidência do Conselho e Pesenti assumiu o Ministério das Finanças, enquanto Gullo continuou como Ministro da Agricultura.

[132] Artigo de Fausto Gullo in **Rinascita**, julho-agosto 1945, cit. in MACALUSO, Emanuele, *Le conferenze agrarie, p. 1087-1103*, in FONDAZIONE GIANGIACOMO FELTRINELLI, *Il Partito comunista italiano. Struttura e storia dell´organizzazione, 1921-1979*, Milão, Feltrinelli, 1982, cit. p. 1090.

Os dados estatísticos indicam de forma clara como ocorreu a maioria dos julgamentos sobre as ocupações:

> "As estatísticas relativas à Sicília sintetizam de forma brutal o que isto significou: as ações camponesas aprovadas pelas autoridades locais foram 987, interessando 86mil hectares de terra não cultivada; as ações recusadas foram 3822, interessando não menos de 820mil hectares"[133]

Na Sicília, em particular, os latifundiários recorreram sistematicamente à ajuda da máfia para reprimir o movimento camponês. A ilha foi teatro do primeiro massacre de trabalhadores na história da Itália republicana, em Portella della Ginestra. Durante as celebrações do 1 de maio, em 1947, e pela vitória obtida em abril nas eleições pelo Blocco del Popolo, formado pelo Pci e pelo Psi[134], nove trabalhadores e duas crianças foram mortas e outras 27 pessoas ficaram feridas em um atentado organizado pelos latifundiários e executado pela máfia.

Existiam dificuldades objetivas que obstaculizaram a efetiva atribuição das terras às cooperativas. Estas foram provocadas pelos mecanismos burocráticos da lei, pela continuidade na estrutura dos aparelhos burocrático e judiciário fascistas – que nunca chegaram a ser afetados concretamente pelos processos de "depuração". Todavia, além disto, um elemento que igualmente pesou negativamente foi a falta de um adequado financiamento que deveria sustentar o inteiro projeto. Gullo havia previsto em seu decreto uma concessão de crédito por parte do ministério da Agricultura que, porém, nunca chegou, e uma série de facilitações para obtenção de crédito junto aos bancos, que também não teve êxito. Segundo os dados reportados por Sasson e Tarrow[135], apenas 10% dos 1675 hectares de terra distribuída chegou a ser cultivada coletivamente

---

[133] GINSBORG, Paul, *Storia d´Italia dal dopoguerra ad oggi. Società e politica 1943-1988*, Turim, Einaudi, 1989, p. 79.

[134] Nas eleições a frente de esquerda (Pci e Psi) conquistou 29% dos votos contra o 21% da Democracia Cristã.

[135] SASSON, Donald, *Togliatti e la via italiana al socialismo. Il Pci dal 1944 al 1964*, cit., p. 68 e TARROW, Sidney, G., *Partito comunista e contadini nel Mezzogiorno*, Turim, Einaudi, 1972, p. 258.

pelas cooperativas. Mediamente, cada camponês dispunha de uma cota de cerca de um hectare e, na maioria dos casos, os camponeses mais pobres, que por falta de meios não conseguiam manter sua cota de terra, cediam-na aos mais ricos.

Os decretos Gullo provocaram ampla discussão dentro do Pci. Reconhecer as ocupações queria dizer manter-se no plano da reivindicação e conduzir dentro da legalidade as lutas camponesas, neutralizando de certa forma, a luta de classes. Spriano também ressaltou o fato de que parte da direção do Pci estava orientada a não impulsionar uma radicalização do conflito, que significaria abalar o equilíbrio institucional[136]. A crítica a uma linha que potencialmente poderia desmobilizar a luta no campo foi levantada por dirigentes de primeiro plano, como Ruggero Grieco e Emilio Sereni. No debate interno ao partido sobre a proposta de reforma agrária, em 1945, confrontaram-se duas linhas: uma propunha a expropriação de todas as terras de proprietários absenteístas, não apenas os latifúndios, e a atribuição a camponeses individuais ou a cooperativas de trabalhadores, excluindo toda forma de empresa capitalista:

> "Desapareceria toda forma de propriedade parasitária e todas as relações de produção tornar-se-iam simplificadas. [Sobreviveriam] apenas, dentro dos limites das empresas inferiores aos 100-200 hectares, relações de produção de tipo capitalista puro. A relativa consolidação de relações de produção de tipo capitalista, revitalizando os elementos permanentes da luta de classes nos campos, [deveria ser considerado como um fator] politicamente progressivo. O baixo limite fixado para a propriedade e empresas de tipo capitalista é garantia suficiente para conseguir o desenraizamento do fascismo no campo"[137]

A outra proposta, mais moderada, previa somente a expropriação dos latifúndios, para liquidar o fascismo, mas "sem eliminar todos os resíduos feudais"[138], mantendo todos os contratos agrários existentes e excluindo os médios e pequenos proprietários

[136] SPRIANO, Paolo, Storia del Pci, cit., p. 494.
[137] Relatório apresentado por Ruggero Grieco em 14 de novembro de 1945 (Nota per la Segreteria), cit. in BERNARDI, Emanuele, *Il Pci e la Dc di fronte alla riforma agraria. Un dialogo interrotto (1944-1947)*, in MONINA, Giancarlo (org.), *1945-1946. Le origini della Repubblica*, Soveria Mannelli, Rubettino, 2008, págs. 277-308, p. 284-285.
[138] Ibidem, p. 285.

absenteístas das expropriações. Este projeto, comentava o relator Grieco, menos coerente e menos eficaz no plano da mobilização das massas, "do ponto de vista estreitamente eleitoral [...] apresenta perspectivas mais tranquilizadoras"[139]. Emilio Sereni chegou ao núcleo do problema ao questionar os objetivos que o Pci queria alcançar com a reforma agrária. Ele afirmava que uma verdadeira reforma agrária, enquanto reforma estrutural, teria posto a necessidade de mudar a classe dirigente na agricultura italiana e que:

> "se nós nos colocássemos neste terreno, não conseguiríamos mobilizar as forças necessárias (isto é, seria preciso de uma luta de classes aguda, podendo mesmo chegar a formas de guerra civil...). Para fazer uma reforma agrária que seja o início da solução do problema da terra nós precisamos pôr em movimento forças consideráveis, as mais numerosas possíveis. [...] Se nós não tivermos a totalidade dos votos para fazer as leis que queremos fazer na Constituinte, haveria guerra civil nos campos. Existe um aspecto parlamentar, o voto, que tem grande importância, mas também aspectos de luta de classes que me parecem essenciais"[140]

Estas duas perspectivas correspondiam a duas visões existentes no partido sobre a revolução italiana. Segundo Grieco era preciso completar a etapa democrático-burguesa e para isto era suficiente colocar objetivos que se limitassem à eliminação do latifúndio e à reforma dos contratos agrários. Para Sereni, pelo contrário, configurava-se no Sul uma "via prussiana": já durante o fascismo o capital financeiro tinha penetrado na economia do campo, numa aliança com os latifundiários e, portanto, a luta deveria ser levada contra o capital financeiro. Por isto, segundo ele, decaiam os pressupostos etapistas, os objetivos intermédios da revolução democrático-burguesa; devia-se propor e lutar por objetivos socialistas[141].

Prevaleceu a linha mais moderada: no V (1945-46) e no VI congresso (1948) o partido apoiava a abolição do latifúndio e a distribuição de terra aos sem terra; a

[139] Ibidem
[140] Apontamentos de Emilio Sereni, in ibidem, p. 288.
[141] Veja-se a este propósito SERENI, Emilio, La questione agraria nella rinascita nazionale, Turim, Einaudi, 1946.

reforma dos contratos agrários para melhorar as condições de vida dos trabalhadores rurais favorecendo desta maneira uma melhora nas capacidades de produção; a constituição de associações entre camponeses e trabalhadores rurais visando contrastar, em perspectiva, a empresa capitalista. Esta linha, sustentada por Togliatti, prevaleceu por uma série de questões: além da prioridade atribuída à manutenção da unidade da aliança, julgou-se possível encontrar um terreno de diálogo com os segmentos progressistas da Democracia Cristã, que também parecia orientada a querer a liquidação do latifúndio, preservando os pequenos e médios proprietários de terra. Crítico com os que sustentavam uma linha classista, Togliatti afirmava que "a expropriação indiscriminada somente pode servir a reforçar o bloco entre médios e grandes proprietários de terra do Sul"[142]. Em uma perspectiva oposta, anos mais tarde, refletindo sobre esta linha legalista do partido, Pietro Secchia argumentava:

> "o fato de não ter explorado as pressões das massas populares para obter algumas transformações da estrutura econômica acabou favorecendo as forças mais conservadoras as quais, aproveitando do ´realismo´ e da ´moderação´ das esquerdas, puderam trabalhar à reconstrução de um novo consistente bloco moderado"[143]

Em 1946 Gullo foi substituído pelo democrata-cristão Antonio Segni que incentivou sobretudo, a formação da pequena e média propriedade e desenvolveu uma clara política classista contra as cooperativas que haviam conquistado o reconhecimento das terras ocupadas e que agora, diante da falta de meios para cultivá-las, sofriam a perda das concessões a favor dos grandes proprietários.

3.7 O esgotamento dos governos de unidade nacional

[142] Atas da reunião da secretaria de 18 de dezembro de 1945, cit. in BERNARDI, Emanuele, *Il Pci e la Dc di fronte alla riforma agraria. Un dialogo interrotto (1944-1947)*, cit. p. 287
[143] GAMBINO, Antonio, *Storia del dopoguerra dalla Liberazione al potere Dc*, Bari, Laterza, 1975, p. 411

Os resultados eleitorais de 1946 que levaram à formação do segundo governo De Gasperi, foram aquém das expectativas para o Pci. O resultado foi considerado duplamente negativo: com 18,9% dos votos o Pci era apenas o terceiro partido após a Democracia Cristã (35,2%) e o Partido socialista (20,7%) e, outro elemento, era apenas o segundo partido da classe operária.

O comitê central que se reuniu logo depois das eleições discutiu sobre a oportunidade de continuar a participar dos governos, mas de tal forma que a participação não acabasse impedindo ao partido de "exercer sua ação autônoma em defesa dos interesses dos trabalhadores e das liberdades democráticas" [144]. Temia-se, como evidencia Martinelli que um abandono do governo radicalizasse a situação, tanto por parte da esquerda como por parte da direita, isolando as forças democráticas avançadas. A decisão final foi a favor da participação no governo (serão quatro os ministros comunistas do governo De Gasperi: Scoccimarro, Gullo, Ferrari e Sereni). A ideia era de canalizar a pressão popular para obter determinados objetivos e balançar, desta maneira, o resultado eleitoral negativo; tratava-se de trabalhar para construir o "partido de massas e de governo".

Para tentar dar uma nova coesão ao bloco antifascista, Togliatti chegou a propor um new deal:

> "Devemos pôr ao centro de nossa ação os problemas da reconstrução, para que possamos de novo orientar as grandes forças nacionais, assim como fizemos no curso da guerra de libertação. Nós devemos elaborar uma espécie de 'new deal', ou seja, um programa de reconstrução que consiga pôr o partido em condição de dirigir todas as forças nacionais [...] É preciso elaborar, com o apoio das massas, um plano geral para reconstrução do país. Daqui poderia surgir uma ampla frente democrática para a reconstrução"[145]

Nesta proposta de Togliatti surpreende a insistência numa estratégia que se estava esgotando, à luz da nova recomposição das principais forças no plano internacional que

[144] Atas do CC do Pci, 27 de julho de 1946, in MARTINELLI , Renzo, *La politica del Pci nel periodo costituente,* o.c.p. 489.
[145] Atas do CC do Pci, Fondazione Gramsci, Archivio Pci, 27 de julho de 1946, p. 2.

já configurava dois campos contrapostos. O próprio Togliatti não deixava de considerar como um grande risco para a manutenção da recém-conquistada democracia o renascente conflito entre Usa e Urss após o parêntese da luta comum contra o nazi-fascismo. Neste sentido inseriu-se também a escolha de Togliatti de conceder a anistia: era um passo para favorecer não somente um clima de pacificação e reconciliação nacional na sociedade, mas também uma forma para procurar fortalecer a aliança de governo. Poucos meses depois, todavia, o plano Marshall punha definitivamente um ponto final sobre a possibilidade para o Pci e as esquerdas de continuar no governo. A adesão ao plano Marshall significou para a Itália 1.413,02 bilhões de dólares em ajudas e 95, 6 milhões em empréstimos, por um total de 1.508,8 bilhões de dólares entre 1948 e 1952.

A guerra fria e uma decisão imposta principalmente pelos Eua de Truman mas que encontrava o favor da Democracia cristã e da Confindustria que a apoiava, excluíram comunistas e socialistas do governo sem que os dois partidos da classe operária conseguissem as propostas avançadas, em particular a reforma agrária e uma política financeira voltada a uma redistribuição parcial da riqueza e a uma equitativa divisão dos custos da reconstrução. Também as esquerdas não conseguiram uma ruptura completa com as raízes fascistas. Pesou particularmente, a este propósito, a total ausência de uma reflexão e de uma ação sobre os aparelhos burocráticos do Estado que saíram quase completamente incólumes das tentativas de depuração na passagem do fascismo à democracia e que a lei de anistia promulgada por Togliatti ministro da Justiça fechou definitivamente. Por outro lado, a confiança do partido nas instituições democráticas levava a não atribuir um peso decisivo a esta questão.

A exclusão do governo provocou uma divergência interna sobre a conduta que o partido seguiu. Togliatti declarou na reunião da direção em julho de 1947:

"o elemento favorável para nós está, sobretudo, no fato de que saímos do governo sem chamar a insurreição, isto aumentou o prestígio de nosso partido em determinadas camadas sociais"[146]

Pietro Secchia, que mesmo aceitando e apoiando a linha política de Togliatti nunca excluiu a possibilidade de uma insurreição armada, respondeu criticamente a esta afirmação de Togliatti em seu informe sobre a situação italiana em Moscou:

"nosso partido foi particularmente débil quando fomos excluídos do governo e jogados na oposição. Nesta circunstância nossa oposição manifestou-se, sobretudo, verbalmente, na imprensa e nos comícios. [...] Consideramos não exata esta avaliação [de Togliatti], porque não se tratava de lançar a palavra de ordem da insurreição, mas de organizar uma grande mobilização popular, antes mesmo de sermos excluídos do governo. Entre o não fazer nada e fazer a insurreição... Nós nos deixamos expulsar do governo sem um grande protesto de massas, sem proclamar uma greve geral de 24 ou 48 horas"[147]

Reproduzimos estas duas avaliações porque, a nosso ver, transcendem a questão específica da exclusão do governo e são significativas de duas linhas que existiam dentro do partido, não totalmente contrapostas, e que se reproduziram em todas as discussões, sem todavia chegar a colidir, mas configurando-se como um confronto dialético. Existiu uma linha, que teve como intérprete absoluto Togliatti e que antepunha a manutenção da frente popular a todos as outras questões, acabando por ter uma posição que resultou particularmente defensiva porque temerosa de possíveis involuções antidemocráticas. Por outro lado, existia uma parte do grupo dirigente que, mesmo apoiando os princípios do partido novo, percebia uma fraqueza do partido em ligar e administrar a luta no plano institucional e no plano extraparlamentar. A proeminência acordada ao plano institucional era enxergada como fator de neutralização e de freio para atuação do partido na organização de lutas de massas, frequentemente subordinadas aos equilíbrios institucionais.

---

[146] NAPOLITANO, Giorgio, *Dal Pci al socialismo europeo. Un´autobiografia politica*, Bari, Laterza, 2008, p. 40

[147] SECCHIA, Pietro, *Relazione sulla situazione italiana* (Mosca 16 dicembre 1947), in GRAZIOSI, Marcello (org.), *Il partito, le masse, l´assalto al cielo. Scritti scelti di Pietro Secchia*, Napoles, La città del sole, 2006.

Refletindo sobre o papel do Pci entre 1943 e 1947, ou seja, em um momento de transição e de potencial transformação da sociedade italiana, podemos observar uma série de elementos que podem ser associados com o conceito de revolução passiva de Gramsci. Para Gramsci uma revolução passiva pode ser lida como

"reação das classes dominantes ao subversivismo esporádico e inorgânico das massas populares, através de «restaurações» que acolhem algo das exigências populares, isto é, «restaurações progressivas» ou «revoluções-restaurações », ou ainda «revoluções passivas»"[148]

Gramsci ressalta assim a natureza dialética das revoluções passivas: a revolução passiva possui um caráter progressivo, porque as instâncias populares, ainda que parcialmente, encontram uma resposta. Isto significa também que existe uma reivindicação popular, ou seja, as classes subalternas não são inteiramente passivas, mas não possuem a capacidade dirigente, não conseguem tornarem-se hegemônicas.

Neste sentido, no período analisado ocorreram rupturas significativas, mas parciais. O êxito da guerra inviabilizava um retorno ao *status quo ante* fascista. Os partidos de massas e seu envolvimento ativo no processo de libertação também representavam uma ruptura. E as massas populares viram acolhidas, parcialmente, no II pós-guerra, suas reivindicações. Contudo, elas não conseguiram tornarem-se hegemônicas: os espaços abertos no período da transição para disputar a hegemonia, marcaram uma continuidade com o passado, e foram conquistados pelas classes dirigentes tradicionais mediante novos representantes políticos não comprometidos como o regime fascista.

.

[148] GRAMSCI, Antonio, *Quaderni del cárcere*, Roma, Riuniti, 1975,

CONCLUSÕES

Traçando um balanço da ação do Pci nos anos da transição do fascismo à república pós-fascista, anos em que o partido chegou a participar ativamente dos governos de unidade nacional, podemos dizer que a estratégia da frente popular que norteou a ação do partido conseguiu resultados parciais com relação aos objetivos que havia colocado.

Os objetivos principais do partido consistiam em cortar definitivamente as raízes do fascismo e – uma vez que se considerou inviável uma revolução socialista na Itália – completar o processo de revolução democrático-burguesa, iniciado com o Risorgimento e abortado pela incapacidade da então classe dirigente liberal de desenvolver sua função de classe revolucionária.

Era necessário cortar, usando os conceitos de Gramsci, o subversivismo das classes dirigentes italianas e a passividade das massas, características da história italiana desde o processo de unificação, e responsáveis pelo nascimento do fascismo.

Por um lado o PCI representou realmente para as classes subalternas um importante, talvez o principal, instrumento de participação e de protagonismo no cenário político e social italiano do II pós-guerra. Por outro lado não foi capaz – como classe dirigente nacional, assim como propunha ser e como de fato se tornou – de cortar pela raiz o *modus operandi* genético e peculiar das classes dominantes italianas, que se mantem até os dias atuais: a manutenção no poder através de mecanismos que se configuram como revolução passiva, na acepção dada por Antonio Gramsci a esta categoria ao analisar a história italiana.

O grande avanço do PCI e sua capacidade de mobilização de massas representou um entrave a este modus operandi das classes dominantes, mas ao mesmo tempo o partido comunista não conseguiu impor-se como agente transformador, para sua superação, em função de um instrumental teórico que se revelou inadequado.

O período que analisamos representa, deste ponto de vista, um momento privilegiado por tratar-se de um período de transição. Os anos da Reconstrução foram anos "fluidos", ou seja, anos em que existiam, potencialmente, diversas possibilidades de reorganização social e econômica. E, sobretudo, foram anos em que a correlação de forças – a luta de classes – era mais favorável às classes trabalhadoras, deixando espaço para enfrentar os problemas estruturais que os mesmos dirigentes comunistas haviam identificado como responsáveis pelo atraso e pela geração de fenômenos como o fascismo. O partido, mesmo participando do governo, não conseguiu impor os poucos, mas substanciais pontos que havia posto, em primeiro lugar uma reforma agrária e uma reforma industrial. Pelo contrário, canalizou toda sua batalha no terreno institucional, em particular, na Assembleia Constituinte para obter uma carta constitucional que possibilitasse a atuação de reformas econômicas e sociais democráticas e progressivas. E por isto abriu mão das batalhas imediatas, que foram determinadas pelo caráter de emergência, mas foram também decisivas para o desenvolvimento das diretrizes futuras.

No campo de ação do governo preferiu refugiar-se em um "liberalismo de emergência", aparentando um moderantismo que de fato escondia uma incapacidade de formular, mantendo-se dentro do marxismo, um claro projeto econômico alternativo ao keynesianismo e ao socialismo soviético.

A nosso ver pesou, em particular, o fato de não ter tido a capacidade de adequar sua ação à rápida mudança de cenário que se produziu entre 1945 e 1946, anos em que, por um lado, houve uma reorganização das forças econômicas e políticas que

representavam a continuidade com o passado, ou seja, a burguesia monopolista que o Pci identificava como principal adversário e entrave ao desenvolvimento democrático. Esta reestruturação foi possível porque, embora abaladas pela luta de Resistência, estas forças conseguiram manter o controle do aparelho burocrático e de repressão do Estado que nunca passou por um profundo processo de desfascistização, sobretudo em virtude de um espírito de reconciliação nacional que o próprio Pci em primeiro lugar promoveu. contribuindo, de fato, à "normalização" das relações entre as classes, promovendo uma política de colaboração. Desta forma o Pci acabou entrando na engrenagem que queria combater.

O Pci havia afastado num horizonte longínquo o objetivo principal pelo qual nasceu em 1921. Ficou na impossibilidade de continuar com uma estratégia que somente poderia ser atuada dentro de um quadro de ampla unidade, como foi de fato a frente popular contra o nazi-fascismo. Restava apenas, para não abrir mão da identidade comunista, manter uma constante mobilização popular que, porém, tinha que manter-se dentro de uma ordem que o partido considerava garantir espaços para uma gradual transformação socialista da sociedade.

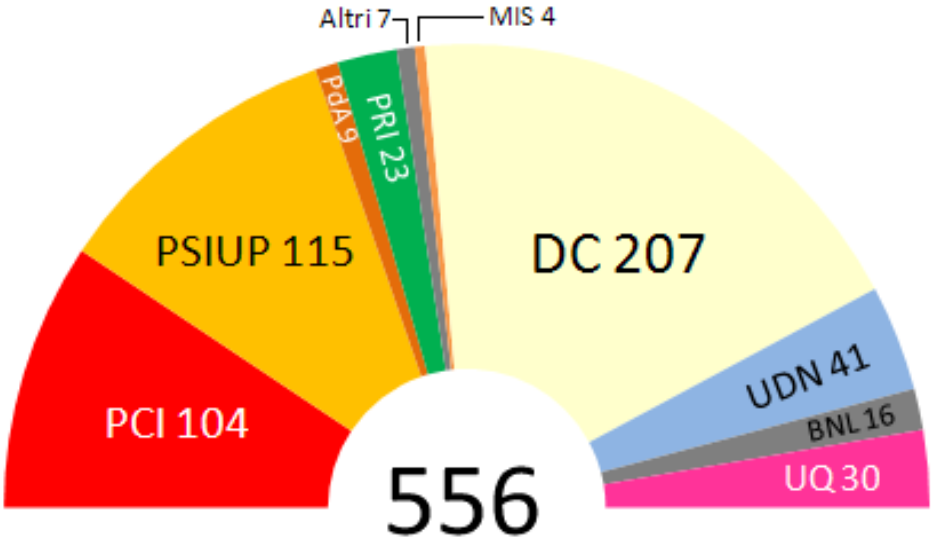
Refletindo sobre este último ponto, a "via italiana ao socialismo" proposta pelo Pci, como foi construída por Togliatti, representou uma substancial ruptura, do ponto de vista teórico, com a tradição marxista: afirmava-se a possibilidade de chegar ao socialismo sem derrubar o estado burguês. O socialismo, para Togliatti e para a maioria do grupo dirigente do partido, poderia ser construído já dentro do regime burguês, sem passar pela ditadura do proletariado, usando os instrumentos legais da democracia burguesa, como o parlamento e a Constituição. Esta não foi a única posição existente dentro do partido, mas foi a linha maioritária.

Resultados eleitorais do Pci (1921-1989):

Eleições		Lista	votos	%	Parl. eleitos
Políticas 1921	**Câmara**	Partito Comunista d'Italia	304.719	4,6	15
Políticas 1924	**Câmara**	Partito Comunista d'Italia	268.191	3,74	19
Políticas 1946	**Assemblela Constituinte**	Partito Comunista Italiano	4.356.686	18,93	104
Políticas 1948	**Câmara**	Fronte Democratico Popolare	8.136.637	30,98	183
	Senado	Fronte Democratico Popolare	7.015.092	31,08	72
Políticas 1953	**Câmara**	Partito Comunista Italiano	6.121.922	22,6	143
		Partito Comunista Italiano	4.912.093	20,21	51
Políticas 1958	**Câmara**	Partito Comunista Italiano	6.704.706	22,68	140
		Partito Comunista Italiano	5.701.019	21,8	59
Políticas 1963	**Câmara**	Partito Comunista Italiano	7.767.601	25,26	166
		Partito Comunista Italiano	6.461.616	23,52	78
Políticas 1968	**Câmara**	Partito Comunista Italiano	8.551.347	26,9	177
		Partito Comunista Italiano	8.577.473	30	101
Políticas 1972	**Câmara**	Partito Comunista Italiano	9.072.454	27,15	179
	Senado	Partito Comunista Italiano-PSIUP	8.475.141	28,14	94
Políticas 1976	**Câmara**	Partito Comunista Italiano	12.616.650	34,37	228
	Senado	Partito Comunista Italiano	10.637.772	33,83	116
Políticas 1979	**Câmara**	Partito Comunista Italiano	11.139.231	30,38	201
	Senado	Partito Comunista Italiano	9.859.044	31,45	109
Europeias 1979		Gruppo Comunista	10.361.344	29,57	24
Políticas 1983	**Câmara**	Partito Comunista Italiano	11.032.318	29,89	198
	Senado	Partito Comunista Italiano	9.577.071	30,81	107
Europeias 1984		Gruppo Comunista	11.714.428	33,33	27
Políticas 1987	**Câmara**	Partito Comunista Italiano	10.254.591	26,57	177
	Senado	Partito Comunista Italiano	9.181.579	28,33	101
Europeias 1989		Gruppo Comunista	9.598.369	27,58	22

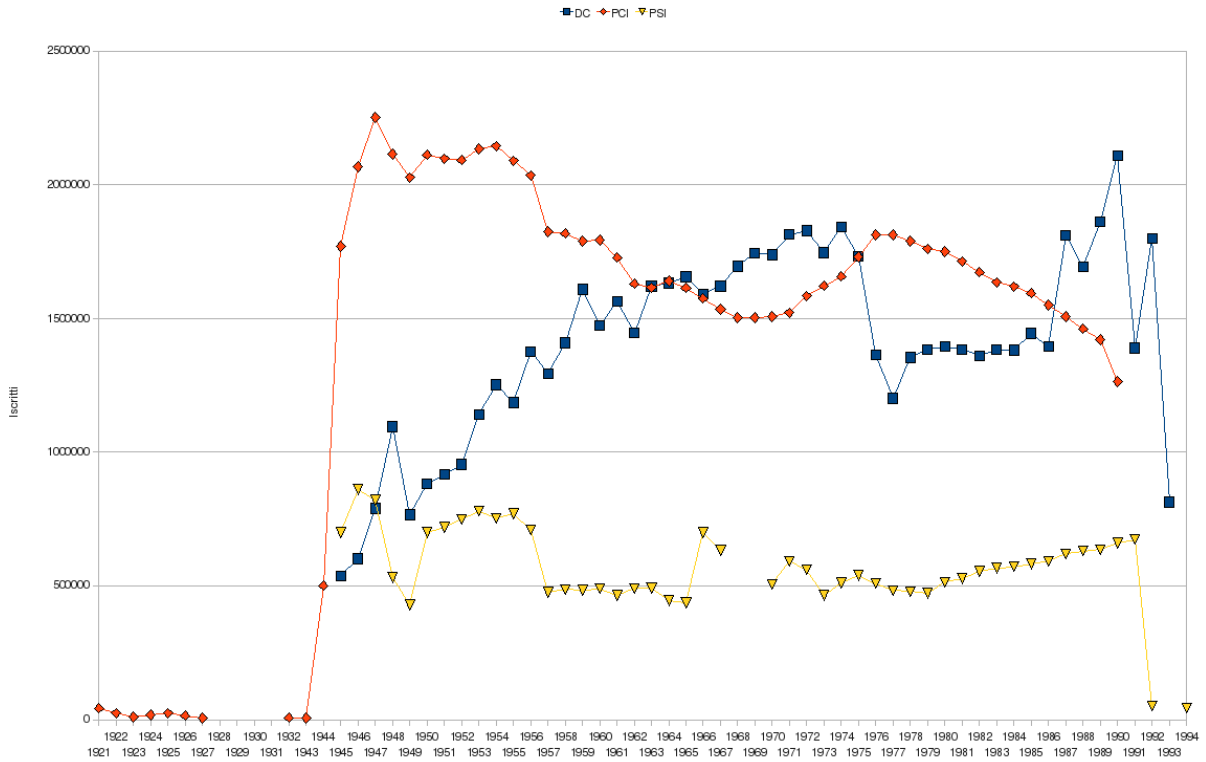
Fonte: FONDAZIONE GIANGIACOMO FELTRINELLI, *Il partito comunista italiano. Struttura e storia dell´organizzazione 1921/1979*, Milão, Feltrinelli, 1982.

Composição Assembleia Constituinte



Fonte: Wikipedia http://it.wikipedia.org/wiki/Elezioni_politiche_italiane_del_1946

Filiações Pci, Dc, Psi (1921-1992)



Fonte: Wikipedia http://it.wikipedia.org/wiki/File:GraficoIscritti_DC_PCI_PSI.png

BIBLIOGRAFIA

AGOSTI, Aldo, *Togliatti. Un uomo di frontiera*, Turim, Utet, 2003.

_____ (org.), *Enciclopedia della sinistra europea nel XX secolo,* Roma, Riuniti, 2000.

_____, *Bandiere Rosse. Un profilo storico dei comunismi europei,* Roma, Editori Riuniti, 1999.

_____, *Storia del PCI*, Roma-Bari, Laterza, 1999.

_____, *Les archives et l´histoire du Parti Communiste Italien: bilan et perspective de la recherche*, in **Materiaux pour l´histoire de notre temps**, n. 68, 2002, págs. 55-61.

_____, *Il Partito comunista italialno e la svolta del 1947*, in **Studi Storici**, Anno 31,
n.1, Contributi alla storia del Pci (1945-1956), jan.-mar., 1990, págs. 53-88.

AMENDOLA, Giorgio, *Un´isola*, Milão, 1982.

_____, Gli anni della Repubblica, Roma, Riuniti, 1976

ANDERSON, Perry, *Considerações sobre o Marxismo Ocidental nas Trilhas do Materialismo Histórico,* São Paulo, Boitempo, 2004.

ANDREUCCI, Franco, SYLVERS, Malcolm, *The italian communists write their on history*, in **Science and Society**, Vol. 40, n. 1 (Spring, 1976), págs. 28-56.

BARATTA, Giorgio, *As rosas e os Cadernos. O pensamento dialógico de Antonio Gramsci,* Rio de Janeiro, DP&A, 2004.

BARATTA, Giorgio e CATONE, Andrea, (orgs.), *Gramsci e la Critica dell'Americanismo,* Roma, Ed. Associate, 1989.

BARCA, Fabrizio, *Il capitalismo italiano. Storia di un compromesso senza riforme,* Roma, Donzelli, 1999.

_____, (org.), *Storia del capitalismo italiano dal dopoguerra a oggi*, Roma, Donzelli, 1997.

BATTILOSSI, Stefano, *Cultura economica e riforme nella sinistra italiana dall´antifascismo al neocapitalismo*, in **Studi Storici**, Anno 37, n. 3 (Jul.- Sep.) 1996, págs. 771-811.

BERNARDI, Emanuele, *Il Pci e la Dc di fronte alla riforma agraria. Un dialogo interrotto (1944-1947)*, in MONINA, Giancarlo (org.), *1945-1946. Le origini della*

Repubblica, Soveria Mannelli, Rubettino, 2008, págs. 277-308

BOCCA, Giorgio, *Togliatti*, Roma-Bari, Laterza, 1973.

BORDIGA, Amedeo, *I rapporti delle forze politiche e sociali in Italia*, in Rassegna Comunista, 30 settembre-31 ottobre 1920, in http://www.quinterna.org/archivio/1921_1923/rapporti_forzesociali.htm

BURGIO, Alberto, *Per Gramsci. Crisi e potenza del moderno*, Roma, Derive e Approdi, 2007.

BOFFA, Giuseppe, *L'Ultima Illusione. L'Occidente e la Vittoria sul Comunismo,* Roma-Bari, Laterza, 1997.

BONGIOVANNI, Bruno, *La caduta dei comunismi,* Milão, Garzanti, 1995.

CAROCCI, Giampiero, *Storia d'Italia dall'Unità ad Oggi,* Milão, Feltrinelli, 1989.

CASTRONOVO, Valerio, *Lo sviluppo economico in Italia nel cinquantennio repubblicano. Problemi aperti.* In **Studi Storici**, n. 1, gennaio-marzo, 1995, a. 36.

_____, *La storia economica*, in Storia d´Italia, vol. IV, Dall´Unità ad oggi, Turim, Einaudi, 1975.

CATONE, Andrea, D´ALBERGO, Salvatore, *Lotte di classe e Costituzione. Diagnosi dell´Italia repubblicana*, Napoles, La Città del Sole, 2008.

CENTRO STUDI ECONOMICI DEL PCI DI ROMA (org.), *Ricostruire* (resoconto del Convegno econômico del Pci), Roma, l´Unità, 1945.

CHABOD, Federico, *L'Italia Contemporanea (1918-1948),* Turim, Einaudi, 1991.

CHIARANTE, Giuseppe, *Da Togliatti a D'Alema. La Tradizione dei Comunisti Italiani e le Origini del PDS,* Roma-Bari, Laterza, 1996.

CLAUDÍN, Fernando, *A Crise do Movimento Comunista,* 2 vols., São Paulo, Global, 1986.

COLARIZI, Simona, *Storia Politica della Repubblica 1943-2006,* Roma-Bari, Laterza, 2007.

_____, *Storia del Novecento Italiano. Cent'anni di entusiasmo, di paure, di speranza,* Milão, BUR, 2007.

COMEI, Marina, *Le sinistre e la Ricostruzione*, Bari, Dedalo, 1979

CORTESI, Luigi, *Le origini del Pci. Studi e interventi sulla storia del comunismo in Italia*, Milão, Franco Angeli, 1999.

_____, *Le ragioni del comunismo. Scritti e interventi per la rifondazione*, Teti, 1991.

CRAINZ, Guido, *Storia del miracolo italiano*, Roma, Donzelli, 2005.

DE FELICE, Franco, *Doppia lealtà, doppio Stato*, ***Studi Storici,*** Anno 30, No. 3 (Jul. - Sep., 1989), pp. 493-563.

DE NICOLÒ, Marco, *Lo Stato nuovo. Fausto Gullo, il Pci e l´Assemblea Costituente*, Cosenza, Luigi Pellegrini Editore, 1996

DREYFUS, Michel et al., *Le Siècle des Communismes*, Paris, Seuil, 2004.

DONDI, Mirco, *La lunga Liberazione, Roma, Ed. Riuniti/l'Unità, 2008.*

ENGELS, Friedrich, MARX, Karl, *Manifesto do Partido Comunista,* São Paulo, Cortez, 1998.

FONDAZIONE GIANGIACOMO FELTRINELLI, *Il partito comunista italiano. Struttura e storia dell´organizzazione 1921/1979*, Milão, Feltrinelli, 1982.

FRESU, Gianni, *Gramsci: fascismo e classi dirigenti in Italia*, in **NAE rivista trimestrale di cultura**, Anno VI, numero 21, marzo 2008.

FURET, François, *O passado de uma ilusão. Ensaio sobre a idéia comunista no Século XX*, São Paulo, Siciliano, 1995.

GALEAZZI, Marco, *Luigi Longo e la politica Internazionale. Gli anni della Guerra fredda*, in **Studi Storici**, Anno 31, n. 1, Contributi alla storia del Pci (1945-1956), jan.-mar., 1990, págs. 117-133.

GALLERANO, Nicola (org.), *L´uso pubblico della storia,* Bologna, Il Mulino, 1995

GALLI, Giorgio, *In Difesa del Comunismo nella Storia del XX Secolo*, Milão, Kaos, 1998.

_____, *Storia Del PCI. Il Partito Comunista Italiano: Livorno 1921, Rimini 1991,* Milão, Edizioni Kaos, 1993.

GAMBINO, Antonio, *Storia del dopoguerra dalla Liberazione al potere Dc*, Bari, Laterza, 1975.

GIANNULI, Aldo, *L'abuso pubblico della storia*, Parma, Guanda, 2009.

GINSBORG, Paul, *Storia d´Italia dal dopoguerra ad oggi. Società e politica 1943-1988*, Turim, Einaudi, 1989.

GENTILE, Emilio et al., *Novecento italiano*, Bari, Laterza, 2011.

GERSCHENKRON, Alexander, *Economic Backwardness in historical perspective*, NY,

Washington, London, Frederick Praeger Publisher, 1962.

GOBETTI, Piero, *Risorgimento senza eroi*, Roma, Storia e Letteratura, 2011.

GRAMSCI, Antonio, *Quaderni del Carcere,* Turim, Einaudi, 1975, 4 vols.

_____, *Le Opere*, Roma, Ed. Riuniti, 1997.

GRAZIOSI, Marcello (org.), *Il partito, le masse e l´assalto al cielo. Scritti scelti di Pietro Secchia*, Napoles, La città del sole, 2006.

GRIECO, Bruno, *Un partito non stalinista, Pci 1936: "Appello ai fratelli in camicia nera"*, Veneza, Marsilio, 2004.

HOBSBAWM, Eric, *Era dos Extremos. O Breve século XX, 1914-1991,* São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

_____, *Estratégias para uma Esquerda Racional,* SP-RJ, Paz e Terra, 1991.

_____, (org.), *História do Marxismo,* SP-RJ, Paz e Terra, 1987.

_____, (org.), *Napolitano. Intervista sul Pci*, Bari, Laterza, 1976.

INGRAO, Pietro, *Le cose impossibili*, Roma, Riuniti, 1990.

INGRAO, Pietro e ROSSANDA, Rossana, *Appuntamenti di Fine Secolo*, Roma, Manifestolibri, 1995.

LENIN, Vladimir I., *Opere Complete*, Roma, Ed. Riuniti, 1970, 45 vols.

LIGUORI, Guido, *La morte del Pci*, Roma, Manifesto Libri, 2009.

LOSURDO, Domenico, *Antonio Gramsci dal liberalismo al comunismo critico*, Roma, Gamberetti, 1997.

_____, *Fuga da História?* Rio de Janeiro, Revan, 2004.

LUXEMBURG, Rosa, *Reforma ou Revolução?*São Paulo, Global, 1986.

MAFAI, Miriam, *L'uomo che sognava la lotta armata. La Storia di Pietro Secchia*, Milão, Rizzoli, 1984.

MAGRI, Lucio, *Il sarto di Ulm. Una possibile storia del PCI*, Milão, Il Saggiatore, 2009.

MC CARTHY, Patrick*, I comunisti italiani, il "new deal" e il reformismo*, in **Studi Storici**, Anno 33, n. 2/3, 1992, págs. 457-478.

MANDEL, Ernest, *Crítica do Euro-Comunismo,* Lisboa, Antídoto, 1978.

MARX, Karl, *Il Capitale,* Roma, Ed. Riuniti, 1993, 3 vols.

_____, *Opere Complete*, Roma, Ed. Riuniti, 1972.

MARTINELLI, Renzo (org.), *La politica del Pci nel periodo costituente. Il rapporto di Palmiro Togliatti al Comitato centrale del 18-19 settembre 1946*, in **Studi Storici**, Anno 32, n. 2 (Apr.-Jun.), 1991, págs. 487-494.

_____, *Il "Partito nuovo" e la preparazione del V Congresso. Appunti sulla rifondazione del Pci*, in **Studi Storici**, Anno 31, n. 1, Contribuit alla storia del Pci (1945-1956), (Jan.-Mar), 1990, págs. 27-51.

MASULLI, Ignazio, *Il dibattito sul lavoro e sui diritti sociali all´Assemblea Costituente*, Istituto De Gasperi Documentazione, in http://www.istitutodegasperi-emilia-romagna.it/pdf/callout2_saggio.pdf

_____, *Il "Partito nuovo" e la preparazione del V Congresso. Appunti sulla rifondazione del Pci*, in **Studi Storici**, Anno 31, n. 1, Contributi alla storia del Pci (1945-1956), jan.-mar., 1990, págs. 27-51.

MELOGRANI, Piero (org.), *Amendola. Intervista sull´antifascismo*, Roma-Bari, Laterza, 1976.

MINICUCCI, Adalberto, *I comunisti e l´ultimo capitalismo*, Roma, Newton Compton, 1989.

NAPOLITANO, Giorgio, *Dal Pci al socialismo europeo. Un´autobiografia politica*, Bari, Laterza, 2008.

NOVELLI, Diego, TRANFAGLIA, Nicola, *Vite Sospese. Le Generazioni del Terrorismo*, Milão, Baldini Castoldi, 2007.

PAGGI, Leonardo, D´ANGELILLO, Massimo, *I comunisti italiani e il riformismo*, Turim, Einaudi, 1986.

PAVONE, Claudio, *Una Guerra Civile. Saggio Storico sulla Moralità della Resistenza,* Turim, UTET, 1991.

RAGIONIERI, Ernesto, *La Terza Internazionale e il Partito comunista italiano*, Turim, Einaudi, 1978.

REVELLI, Marco, *Le Due Destre,* Turim, Boringhieri, 1996.

RICCI, Aldo G., *Aspettando la Repubblica. I governi della transizione (1943-1946)*, Roma, Donzelli, 1996.

RICCIARDI, Ferruccio, *Il "Management" del "Governo della scarsità": L'Iri e i piani di ricostruzione economica (1943-1947)*, in **Studi Storici,** Anno 46, No. 1 (Jan. - Mar., 2005), págs. 127-154.

ROMEO, Rosario, *Risorgimento e capitalismo*, Bari, Laterza, 2008.

_____, *Breve storia della grande industria in Italia 1861-1961*, Milão, Mondadori, 1988.

ROSSI, Marco, *Il conto aperto*, in **Materiali di Storia**, n. 13, 1999, págs. 3-56.

SALVADORI, Massimo, *Storia del Pensiero Comunista,* Milão, Mondatori, 1984.

SALVATI, Mariuccia. *La dirigenza dei ministri economici. 1945-1951,* in: **Mélanges de l'Ecole française de Rome. Moyen-Age, Temps modernes** T. 95, N°2. 1983. pp. 183-207. http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/mefr_0223-5110_1983_num_95_2_2727

SANTARELLI, Enzo, *Storia critica della Repubblica: L´Italia dal 1945 al 1994*, Milão, Feltrinelli, 1997.

_____, *Storia del movimento e del regime fascista*, Roma, Riuniti, 1967.

SASSOON, Donald, *Cento Anni di Socialismo. La Sinistra nell'Europa Occidentale del XX secolo,* Roma, Editori Riuniti, 1997.

_____, *Togliatti e la via italiana al socialismo. Il Pci dal 1944 al 1964*, Turim, Einaudi, 1980.

SECCHIA, Pietro, *Chi sono i comunisti. Partito e masse nella vita nazionale 1948-1970*, Milão, Mazzotta, 1977.

_____, *Il Partito comunista italiano e la guerra di Liberazione, 1943-1945*, Milão, Feltrinelli, 1973.

_____, *La Resistenza accusa*, Anpi, Roma, 1949, in http://www.resistenze.org/sito/ma/di/cp/mdcp6d17.htm

SECCO, Lincoln, *Gramsci e a Revolução*, São Paulo, Alameda, 2006

_____, *O Comunismo Histórico: Algumas Notas (1917-1991)*, in **Projeto História**, São Paulo, n. 30, p. 151-168, junho 2005.

SEGRETO, Luciano, *Gli investimenti americani in Italia (1945-1963)*, in **Studi Storici**, Anno 37, n. 1, Italia, Europa, America. L'integrazione internazionale dell'economia italiana (1945-1963) (Jan. - Mar., 1996), pp. 273-316.

SELVA, Simone, *State and Economy in Italy before the Economic Miracle: Economic Policy and International Constraints from the Reconstruction through the Pre-Boom Years,* in **Business and Economic History on line**, n.2. 2004, URL: http://www.thebhc.org/publications/BEHonline/2004/Selva.pdf

SERENI, Emilio, *La questione agraria nella rinascita nazionale*, Turim, Einaudi, 1946.

SPRIANO, Paolo, *Le passioni di un decennio, 1946-1956,* Roma, ed. L'Unità, 1992.

_____, *Storia del Partito Comunista Italiano,*Turim, Einaudi, 1975, 5 vols.

_____, *L´occupazione delle fabbriche. Settembre 1920*, Turim, Einaudi, 1973.

SODDU, Paolo, *L´Italia del dopoguerra. 1943-1953. Una democrazia precaria*, Roma, Riuniti, 1998.

STERNHELL, Zeev, *Nascita dell´ideologia fascista*, Milão, Baldini e Castoldi, 2008.

TARROW, Sidney, G., *Partito comunista e contadini nel Mezzogiorno*, Turim, Einaudi, 1972.

TEODORI, Massimo, *Storia delle Nuove Sinistre in Europa (1956-1976),* Bologna, Il Mulino, 1976.

TRANFAGLIA, Nicola, *La transizione italiana. Storia di un decennio*, Garzanti, Milão, 2003.

TOGLIATTI, Palmiro, *La formazione del gruppo dirigente del Partito comunista italiano nel 1923-1924*, Roma, Riuniti, 1984.

_____, *Socialismo e Democracia*, Rio de Janeiro, Ilha Livraria Ed. 1980.

_____, *Lições sobre o fascismo*, São Paulo, Ed. Ciências Humanas, 1978.

_____, *Discorsi alla Costituente*, Roma, Riuniti, 1973

_____, *La politica di unità nazionale dei comunisti*, in **Critica Marxista**, a.II, n. 4-5, luglio-ottobre, 1964, págs. 13-46.

_____, *Per una Costituzione democratica e progressiva*, in **Critica Marxista**, a.II, n. 4-5, luglio-ottobre, 1964, págs. 200-222.

_____, *Rinnovare l'Italia*, Relatório apresentado ao V Congresso Nacional do PCI, Roma, 29 de dezembro – 6 de janeiro de 1946, in **Critica Marxista**, a.II, n. 4-5, luglio-ottobre, 1964.

_____, *Per un´Italia nuova*, in **Rinascita**, 5 de maio de 1962.

VACCA, Giuseppe, *Togliatti sconosciuto*, Roma, l´Unità, 1994.

_____, *La politica di unità nazionale dei comunisti (1945-1949)*, in Studi Storici, **Studi Storici**, Anno 31, n. 1, Contributi alla storia del Pci (1945-1956), jan.-mar., 1990, págs. 9-25.

VILLARI, Lucio (org.), *Pasquale Saraceno. Intervista sulla Ricostruzione*, Bari, Laterza, 1977.

_____, *Il capitalismo italiano del Novecento*, Bari, Laterza, 1975, 2 vols.

ZIBORDI, Giovanni, *Storia del Partito socialista italiano attraverso i suoi congressi*, Reggio Emilia, La Giustizia, 1950.

Arquivos:

Arquivo do Istituto Gramsci. Sede: Via Portuense, 95c, Roma.
Endereço eletrônico: http://www.gramsci.it

Arquivo da Fondazione Basso. Sede: Via della Dogana Vecchia 5, Roma.
Endereço eletrônico: http://www.fondazionebasso.it

Arquivos digitais:

Arquivo da Câmara dos Deputados:

Consulta Nazionale (1945-1946):

http://archivio.camera.it/patrimonio/archivi_della_transizione_costituzionale_1944_1948/atc02/struttura/

Assemblea Costituente (1946-1948):

http://archivio.camera.it/patrimonio/archivi_della_transizione_costituzionale_1944_1948/atc04/struttura/

PERÍODICOS:

LO STATO OPERAIO, 1929-1943
L´UNITÀ, 1943-1949, disponível também em http://archivio.unita.it/
RINASCITA, 1944-47;
CRITICA MARXISTA, 1963-1980

PÁGINAS WEB:
http://www.marx.org (The Marx-Engels Internet Archives)
http://www.resistenze.org (Centro di Cultura e Documentazione Popolare)